



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

**A NAÇÃO ANGOLANA À DERIVA: UTOPIA E DISTOPIA EM
*MAYOMBE E PREDADORES, DE PEPETELA.***

Marco Castilho

Orientadora: Ana Claudia da Silva

Brasília – DF

2018



Marco Castilho

**A NAÇÃO ANGOLANA À DERIVA: UTOPIA E DISTOPIA EM
*MAYOMBE E PREDADORES, DE PEPETELA.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas – TEL do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Literatura

Linha de Pesquisa: Estudos Literários Comparados

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia da Silva

Brasília

2018

Marco Castilho

A NAÇÃO ANGOLANA À DERIVA: UTOPIA E DISTOPIA EM
MAYOMBE E PREDADORES, DE PEPETELA.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Claudia da Silva – TEL/UnB
(Orientadora e Presidente da Banca)

Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva
(Membro Externo)

Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo
(Membro Interno)

Prof. Dr. Claudio Roberto Vieira Braga
(Membro Suplente)

À minha mãe, Myriam Nogueira de Castilho. *Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás.* Não é assim?

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, onde sou servidor, pela disponibilização da licença integral para a realização deste mestrado. Um órgão forte e qualificado é feito pela valorização de seus servidores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília e aos servidores do Departamento de Teoria Literária e Literaturas.

À Profa. Dra. Ana Claudia da Silva, pela aceitação incondicional do projeto, por possibilitar meu aprofundamento no cenário das literaturas africanas de língua portuguesa e pelo respeito às escolhas e abordagens feitas nesta dissertação.

Ao Prof. Dr. Edvaldo Bergamo, pelo suporte e aconselhamentos. Esta dissertação foi amadurecida enquanto eu ainda estava na condição de “aluno especial” da disciplina Teoria da Narrativa. Tentei aplicar aqui muitas de suas observações realizadas não somente no curso, mas também ao longo do mestrado.

Ao Prof. Dr. Claudio Braga, pelos apontamentos precisos realizados nos encontros do grupo de pesquisa e também como membro da banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Rogério Canedo, pela leitura minuciosa e considerações sensíveis.

À Profa. Dra. Regina Dalcastagnè pela coragem e enfrentamentos em tempos sombrios.

Ao Prof. Dr. Paulo Thomaz pelas observações feitas quando elaborei o primeiro ensaio que se transformaria nesta dissertação.

Ao escritor e membro da União dos Escritores Angolanos David Capelenguela. Suas observações e contribuições sobre o cenário da literatura angolana, ainda que breves, foram fundamentais para a realização deste trabalho. Espero não ter escrito nenhum absurdo aqui.

Aos do meu musseque: Maria, Myriam, minha querida irmã Laura, Márcio, Bibis (tradutora oficial) e Ceci (temos um “livro”!).

Um agradecimento muito especial à Ismália Afonso. Mergulhando em Angola, vou mergulhando em você. Sua ajuda foi fundamental nesta caminhada. Juntos, vamos descortinando as miríades obliteradas deste mundo paradoxal. Muito amor.

Aos Netflixers, por todo afeto, pelas risadas, pela amizade... Ao longo desses quase dois anos, lutamos contra o golpe e contra a heteronormatividade. Teve piscilipa, Decurators e o confronto mais frenético que o frevo já viu. Recife jamais será a mesma depois de conhecer a sadhução. As crianças estão chegando, e o bloquinho daqui a pouco vira um blocão.

Um axé especial ao bonde: Alê e Phelipe, sempre atentos no rolê. A Rose e Homero, Carlos Coury e toda a família, e Pedro Molusco, professor e grande mestre do cavaco. O samba não pode parar.

Aos colegas do Inep, Alexandre dos Santos e Patrícia Vieira. Aos colegas da equipe de Ciências Humanas e também a Zé Roberto, Anarcisa, Carlão, Elysio, Sara, Daniela, José Reynaldo e demais colegas que acompanharam a realização deste projeto. Dentre todos eles, é preciso destacar dois: Helciclever Vitorino (doutorando no PósLit), pela provocação e incentivo. Grandes revoluções são feitas de pequenas ações, não é? E Sidelmar Alves da Silva Kunz, querido colega, pelos conselhos e energia inesgotável.

Agradeço ter crescido com uma biblioteca tão vasta quanto aos dos meus avós em Minas. Nela tive meus primeiros contatos com Tolstói, Dostoiévski, Balzac e Flaubert, e também com Josué de Castro, Florestan Fernandes e Edison Carneiro, pilares do pensamento social brasileiro.

A todos que me receberam em Luanda. Muito obrigado.

Dilema do colonizado lúcido:

*“E se a maioria de nós partisse pro
arrebento?”*

Emicida – Triunfo

*Nenhum “nós” deveria ser aceito como
algo fora de dúvida, quando se trata de
olhar a dor dos outros.*

Susan Sontag - Diante da dor dos outros

Passei na Rua

da Maianga

a ver se a via:

havia não.

David Mestre – Lacônico da rua da
Maianga

Resumo

Esta dissertação analisa a obra do autor angolano Pepetela, notadamente os romances *Mayombe* (2013) e *Predadores* (2005). O escritor tem uma relação orgânica com o processo histórico do país desde a década de 1950, no ativismo político, na luta armada e na literatura. As duas obras são importantes pois ficcionalizam o movimento utópico-distópico, representado, por um lado, pela crença no projeto socialista de Estado defendido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e, por outro lado, pela desventura do processo de modernização do país, marcado pela atuação predatória da elite nacional e pela fragilidade política dos segmentos sociais subalternizados. A pesquisa relaciona o corpus aos pensamentos de Frantz Fanon (1968) e Amílcar Cabral (1975), e às críticas de Edward Said (2011) e Gyorgy Lukács (2011a, 2011b), situando-se no debate pós-colonial, considerando que a narrativa de Pepetela oferece um contraponto às narrativas hegemônicas. Dessa forma, este estudo contribui para fortalecer os vínculos de solidariedade transatlântica, aprofundando o conhecimento de literatura africana de língua portuguesa no Brasil.

Palavras-chave: Angola, Pepetela, Mayombe, Predadores, Pós-colonialismo.

Abstract

This dissertation analyses the work of the Angolan author Pepetela, mainly the novels *Mayombe* (2013) and *Predadores* (2005). The writer has had an organic relationship with the country's history since the 1950's, both through political activism and literature. These two works are important because they fictionalize the utopic-dystopic movement, represented, on the one hand, by the belief on a socialist project of State, defended by the Popular Movement of Liberation of Angola (known as MPLA) and, on the other hand, by the unfortunes of the country's modernization process, marked by the predatory action of the national elite and by the political fragility of the subalternized social segments. The research relates the corpus to the thinking of Frantz Fanon (1968) and Amílcar Cabral (1975), and to the Edward Said's (2011) e Gyorgy Lukács' (2011a, 2011b) criticism. It situates itself in the postcolonial debate, as Pepetela offers a counterpoint to hegemonic narratives. Therefore, this research contributes to the improvement of the transatlantic bonds of solidarity, deepening the knowledge about Portuguese-speaking African literature in Brazil.

Keywords: Angola, Pepetela, Mayombe, Predadores, Postcolonialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: o que Pepetela e Angola dizem de nós.....	12
1 “Sejamos realistas, exijamos o impossível”: Utopia e distopia na obra de Pepetela.....	16
1.1 Crítica ao colonialismo como eixo estruturante do pensamento nacional africano	19
1.2 Ideia de nação e a experiência dos movimentos nacionalistas: apontamentos para o contexto angolano	30
2 Aspectos da Teoria do Romance em diálogo com a obra de Pepetela	38
2.1 Literatura, poder colonial e independências.....	41
2.2 Pepetela entre seus pares: panorama sobre a literatura angolana.....	46
2.3 As múltiplas espacialidades e seus sentidos no olhar de Pepetela.....	49
2.4 O aprofundamento da perspectiva pós-colonial na literatura angolana.....	52
3 Mayombe e a imagi(nação): o frágil “nós”	59
3.1 As múltiplas representações da composição social do MPLA	74
4 Predadores: novos agentes em velhos circuitos	81
4.1 Contra-hegemonia: Nacib, os “marginalizados do processo” e as novas estratégias utópicas.	94
5 CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

Siglas:

CEI – Casa dos Estudantes do Império

ELA – Exército de Libertação de Angola

EUA – Estados Unidos da América

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FLN – Frente de Libertação Nacional (Argélia)

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco

MAC – Movimento Anti-Colonialista

MIA – Movimento para a Independência de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MLN – Movimento de Libertação Nacional

MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola

MMP – Movimento dos Marginalizados do Processo

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCA – Partido Comunista Angolano

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Portugal)

PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

UEA – União dos Escritores Angolanos

UPA – União das Populações de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução: o que Pepetela e Angola dizem de “nós”

Pepetela, também conhecido como Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, é ele próprio fruto de um mundo efervecente, resultante do paradoxal contexto ao qual se tem chamado *pós-colonial*. Um mundo criativo e também violento; a “fronteira do céu com o inferno”, diria (ressignificando) a canção¹. Angolano de Benguela, descendente de portugueses, guerrilheiro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sociólogo, escritor, não se furta a abraçar seu tempo e a defender posições sem medo. Afirma em sua escrita que seu lugar de angolano é feito de muitas influências e generosamente nos cede aquela rebeldia que alimentou, na década de 1960, jovens da França, Brasil, Angola, EUA, Chile ao desejarem outro mundo.

Reescrever a trajetória da nação angolana tem sido o foco de seu exercício crítico, elevando a narrativa da complexa relação entre passado, presente e futuro para além dos discursos oficiais, tentando desenhar a história com as variadas nuances da formação social de seu país. Isto pode ser observado em suas obras mais diretamente ligadas ao contexto colonial e à tentativa de romper o domínio português, em que se encontra a força utópica de sua narrativa. Está presente também nas obras mais recentes, que dirigem um amplo arsenal crítico ao período pós-independência, revelando um universo distópico. Dois livros de Pepetela são, neste sentido, significativos na análise deste movimento utópico-distópico: *Mayombe* e *Predadores*, utilizados aqui como corpus referenciais da pesquisa. O primeiro narra a reunião de um grupo de guerrilheiros na floresta no norte do país para combaterem Portugal. O segundo se passa em torno de Vladimiro Caposso, representação da predatória elite angolana.

Pepetela elabora uma escrita em luta contra a desumanização da África, seja ela provocada por agentes externos ou internos. A tensão entre o regional e o global, sob a ótica do campo pós-colonial, confronta os discursos hegemônicos. Nesse sentido, estudar a obra do autor angolano ganha potência também por que amplia as possibilidades de análise da condição brasileira.

Olhar o mundo a partir de Pepetela nos permite aproximar Angola e Brasil, para além dos vínculos estabelecidos no período escravista, e reitera o poder da literatura nestes laços. É importante dizer que a historiografia brasileira – ou sobre o Brasil – avançou muito nas últimas décadas no sentido de apresentar o escravo diferentemente de seu entendimento reificado. Suas vivências, conhecimentos, vínculos de solidariedade,

¹ *Capítulo 4, Versículo 3, Racionais MC's* (1997).

hábitos, que tanto impactaram na formação do Brasil, têm sido reveladas pelo esforço de historiadores e historiadoras, entre eles Sidney Chalhoub (1990, 2012), Hebe Mattos (2013), Mary Karasch (2000), Carlos Eugênio Soares (2002), Luis Felipe de Alencastro (2000), dentre outros.

Lendo estas pesquisas, descobrimos que atravessaram o Atlântico milhões de africanos das mais variadas etnias. Entre elas, quimbundos, bakongos, ovimbundos e muitas outras etnias bantu. Finda a escravidão, porém, escaceiam-se as informações sobre outras experiências vivenciadas por estas milhões de pessoas desde o fim do século XIX. O que têm feito? Como? Quais são as experiências hodiernas? De que forma têm dialogado com o mundo? São perguntas que me faço como pesquisador.

É pela literatura que este olhar sobre África se renova. É por ela que acessamos a África e obtemos as respostas. Quando abrimos as páginas de *Mayombe*, descobrimos o que estas etnias mencionadas têm feito: uma nação chamada Angola. Não há mais a tragédia da escravidão, ainda que suas marcas continuem latentes. Agora há também novas formas de exploração que vêm se atualizando ao longo dos séculos XX e XXI. No recorte temporal definido aqui, o colonialismo português surge como problema inicial, contexto abordado naquela obra. Posteriormente, o foco se volta para o processo de modernização tardia em Angola.

Quando lemos *Predadores*, compreendemos que a experiência política atual, embora exitosa em relação à independência, tem sido frustrante. O colonialismo de outrora foi substituído por uma elite beneficiária de suas ligações com o Estado, pouco compromissada com a coletividade nacional.

Aqui no Brasil, o fato de estarmos vivendo novamente uma crise que nos defronta com um projeto de nação, coloca as literaturas africanas em geral, mas a angolana em particular, em nosso horizonte crítico. Tornou-se comum em nossos dias escutar políticos e especialistas diversos campos discutirem o fracasso de um modelo de construção do Estado que (mal) se sustentou desde a reabertura política do país, em 1985, e cujo resultado foi o golpe parlamentar-midiático-judiciário dado em 2016. Havia uma certa dose de otimismo e prosperidade nos últimos anos que foram barradas pelos setores conservadores da sociedade. Um movimento que pontualmente, espera-se, vai de um cenário relativamente otimista para, em pouco tempo desde que consolidado o golpe, um outro cenário de desmonte das conquistas sociais criadas com muita dificuldade nas últimas quase duas décadas.

Este balanço utópico-distópico é, portanto, algo que nos aproxima do universo que se observa também nas linhas da literatura angolana, em particular na obra de Pepetela. Isso, em boa medida, envolve também o fato de termos uma burguesia que se formou como caricatura da europeia, como diria Fanon (1968). Aqui, como em Angola, temos uma elite que obsta qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo e com a qual foi preciso pactuar na tentativa de tornar este projeto minimamente executável.

As semelhanças entre as elites angolanas e brasileiras são tamanhas que uma comparação entre Vladimiro Caposso, protagonista de *Predadores*, e Eike Batista, reconhecido empresário brasileiro, poderia ser estabelecida: ambos desenvolveram seus negócios às custas de relações escusas realizadas no âmbito do Estado, em nome de seus privilégios. Ambos tiveram filhos que causaram mortes em acidentes de trânsito e se valeram de suas influências para livrarem seus descendentes de responderem à justiça. Em ambos os países, significa que o *ser rico* reveste-se de uma aura sacralizadora que isenta o sujeito rico da norma, ao mesmo tempo em que opera uma estrutura de violência que assegura o seu privilégio, mas também a injustiça.

Para além das semelhanças do comportamento “boçal” das elites brasileiras e angolanas, é importante dizer: Angola passou 41 dos últimos 56 anos em guerra (Guerra colonial – 1961/1974 – e guerra civil – 1975/2002), fato que condiciona a trajetória e o horizonte analítico sobre a nação. Teve o mesmo presidente por praticamente 38 anos (José Eduardo dos Santos governou entre 1979 e 2017) que deixou o cargo após as últimas eleições presidenciais, realizadas em 23 de agosto de 2017. É cedo para dizer se seu sucessor, João Lourenço (também do MPLA) será capaz de provocar alguma transformação significativa. A cobertura inicial da imprensa angolana sugere que sim, mesmo a imprensa de oposição. A expectativa é que – sem ingenuidades – o panorama distópico descortinado em *Predadores* seja superado e que, no futuro, o título desta dissertação pertença somente ao passado. O povo angolano, em suas diferentes expressões, é gigante.

O capítulo 1 será dedicado à apresentação de um referencial crítico em diálogo com a obra de Pepetela. Em primeiro lugar, uma discussão sobre os possíveis sentidos de utopia e distopia presentes nos romances do autor. Posteriormente, um debate sobre pensamento nacional africano que impactou a trajetória da formação do Estado-nação angolano, e com o qual Pepetela esteve organicamente comprometido.

O capítulo 2 analisa a relação da obra de Pepetela com aspectos gerais da Teoria do Romance e as múltiplas abordagens que surgem da narrativa pepeteliana sobre a condição colonial e as independências como características do romance angolano. Ainda, apresenta a inserção do autor dentro do universo literário angolano, a dimensão da espacialidade e o aprofundamento da perspectiva pós-colonial a partir de sua obra.

O capítulo 3 discute a obra *Mayombe* como expressão da força utópica de uma geração, do processo de descolonização angolano, bem como da representação de um modelo de nação, vinculado ao MPLA.

Por fim, o capítulo 4 aborda o romance *Predadores*, uma crítica sobre o paradoxal cenário político social de Angola e o novo quadro crítico que se forma sobre a África após as independências. De um lado, a predatória elite angolana e seus privilégios; de outro, os subalternos e suas estratégias de sobrevivência e solidariedade.

1. “Sejamos realistas, exijamos o impossível”: Utopia e distopia na obra de Pepetela

Imaginar, pensar, propor novos horizontes, projetar o futuro, questionar os dilemas do presente são exercícios sobre os quais continuam a se debruçar muitos autores e autoras nos mais diversos lugares e tempos, bem como movimentos políticos com as mais diferentes bandeiras. Defender utopias e defrontar-se com seus limites são práticas que perpassam todas as linhas políticas e que encontraram na literatura o terreno fértil para florescerem e se desenvolverem. Falar de Pepetela é tentar situar-se nesta complexa dinâmica que se relaciona, de um lado, com o ímpeto transformador do socialismo, com a energia revolucionária e contestadora da década de 1960 em suas mais profusas manifestações e, de outro, com a dificuldade em lidar com a incompletude dos projetos que defendiam igualdade e justiça, e a insuficiência das novas formas de organização social em seu poder de transformação. Como nos lembra Michel Löwy (2008, p. 32),

O espírito de 1968 é uma poderosa bebida, uma mistura apimentada e embriagadora, um coquetel explosivo composto de diversos ingredientes. Um de seus componentes – e não o menor deles – é o romantismo revolucionário, isto é, um protesto cultural contra os fundamentos da civilização industrial-capitalista moderna e uma associação, única em seu gênero, entre subjetividade, desejo e utopia – o triângulo conceitual que define 1968.

Considerando as análises de Rita Chaves (2005) e Inocência Mata (1999, 2015), pesquisadoras das literaturas africanas de língua portuguesa, a trajetória da literatura angolana e em particular de um de seus principais expoentes, o autor Pepetela, expressa esse movimento entre utopias e distopias. Falar de utopia (e distopia), entretanto, não é algo simples. Sua polissemia está relacionada às práticas e interpretações políticas tanto à esquerda quanto à direita do espectro ideológico. Literariamente, entendendo a utopia enquanto gênero literário, falar em utopias precede em muito o surgimento dos modernos Estados-nação.

Para além do senso comum que reduz o entendimento de utopia ao “devaneio”, à “irrealidade” ou à falta de alternativas para o modo de produção capitalista, é necessário problematizar os caminhos por onde passam a noção de utopia e distopia em Pepetela como uma representação da trajetória histórica de Angola. Para tanto, admitir-se-á de partida utopia como uma maneira de pensar alternativas à realidade, “espanando a acomodação diante de conceitos, categorias e formas de reflexão dominantes” (MIGUEL, 2017, p. 197).

Em extensão, Luigi Firpo (2005) aponta as três dimensões que delineiam o entendimento de utopia enquanto gênero literário. Para o estudioso italiano, a utopia precisa ser “global”, “radical” e “prematura”. Global por envolver “na sua totalidade o modo de viver dos homens em sociedade, isto é, um projeto que não seja voltado para um único fim, mas que seja porém importante e significativo” (FIRPO, 2005, p. 229). Radical porque não pode se tratar de um mero ajuste ou pequenas modificações na estrutura social. E, por fim, a utopia é prematura porque ela é também uma mensagem expressada antes de seu tempo, dirigida e decodificada por pessoas de gerações futuras (FIRPO, 2005). Portanto, há nessa compreensão uma negação da ação imediata, atributo que estaria vinculado ao discurso político que visa a uma ação. Como ressalta Firpo (2005), embora essas três características sejam importantes para a definição do gênero utópico, elas não acontecem em sua integralidade.

A partir das reflexões de Luiz Felipe Miguel (2017), é possível chegar a outros entendimentos sobre utopia(s), desenvolvidas por teóricos de diferentes linhas políticas. Para o cientista político, uma noção norteadora de utopia é aquela que “direciona a ação política e potencializa a insatisfação com o mundo existente” (MIGUEL, 2017, p. 160), no sentido de se aproximar de uma sociedade ideal, sem, no entanto, deixar de estar ligada a um movimento real. Continuando,

A narrativa utópica afirma a sociedade humana como autoinstruída, isto é, regida por normas que as mulheres e os homens se deram e, se quiserem, podem modificar. Em qualquer projeto político transformador existe, ao menos em germe, a projeção de uma sociedade nova, que nunca se realizou. Caso isto não esteja presente, a disputa política se reduz à mera alocação de recursos (MIGUEL, 2017, p. 161).

Como o autor recorda, o sentido de utopia assume, tanto à esquerda quanto à direita do largo espectro político ideológico, uma carga semântica por vezes negativa. Segundo Karl Popper, o pensamento utópico “tenta realizar um estado ideal, usando um projeto de sociedade como um todo, e isso exige um forte regime centralizado de uns poucos” (apud MIGUEL, 2017, p.159). Para Robert Nozick (apud MIGUEL, 2017, p. 159), a sociedade utópica é “estática e rígida, sem oportunidade ou expectativa de mudança ou progresso e sem oportunidade para que seus habitantes escolham novos padrões”. Ainda, e mais central, Marx entendia a utopia como algo sem valor prático para a luta de classes, uma vez que as considerações utopistas (para Marx e também para Saint-Simon, Fourier, Owen, dentre outros) estavam apartadas do processo histórico, sem no entanto deixar de compreendê-las como importantes para

abrir a mente dos operários. Suas proposições positivas sobre a sociedade futura – por exemplo, a supressão do antagonismo cidade/campo, da família, do lucro privado, do trabalho assalariado, o anúncio da harmonia social, a transformação do Estado em simples administrador da produção – todas essas proposições exprimem simplesmente o desaparecimento do antagonismo de classe. (ENGELS; MARX, [1848] 2010, p. 67).

Se a utopia torna-se importante pelo horizonte que ela estimula, acaba também por fantasiar o processo de transformação social. O entendimento de Marx terá, mais de cem anos depois do Manifesto do Partido Comunista (1848), reflexos em outros autores estruturantes nos pensamentos libertários africanos, em particular aqueles que serão abordados aqui, o martinicano Frantz Fanon e o guineense/cabo-verdiano Amílcar Cabral. Todos os três últimos mencionados, importante ressaltar, referências para Pepetela em sua atuação como guerrilheiro, escritor e sociólogo.

A problemática do fluxo utopia-distopia na obra de Pepetela traduz, em boa medida, a encruzilhada vivida pelas nações que surgiram dos processos de descolonização no século XX. Isso porque, se as lutas alimentaram (e foram alimentadas) pelo ideário utópico da geração de 1960, esse mesmo contexto traz consigo as bases da distopia. Não por acaso, *Mayombe* é marcado pelas manifestações utópicas, pelos pensamentos que marcaram a esquerda e as lutas por independência, mas desenha algumas questões que serão formatadoras do olhar distópico, predominantes em *Predadores*.

A relação entre utopia e distopia é o balanço entre “a descrição de Mundos Possíveis radicalmente melhores” para “a descrição de Mundos Possíveis radicalmente piores”, como resumiria Darko Suvin (2015). Baseado nas ideias do teórico, distopia relaciona-se com a percepção de decadência social, o arruinamento das grandes bases políticas e tem como resultado a impotência das classes trabalhadoras. Remete a um contexto no qual o poder do Estado é minimizado por um “complexo midiático, militar e corporativo”, e os governantes por “uma agregação anônima de diretórios interligados” (SUVIN, 2015, p. 453). Entretanto, se de um lado distopia tem a ver com ruína, ela também expressa estratégias de defesa contra uma realidade obtusa e fortemente controlada. Enquanto forma literária,

A distopia está viva e vigorosa onde quer que a esfera e a reflexão públicas ainda têm a chance de não estar confinadas à luta pela sobrevivência imediata. Uma tal luta psicofísica não admite tempo ou dinheiro para a escrita e a leitura de ficção: de fato, acredito que a “precarização” de intelectuais e dos jovens seja um movimento ou uma manobra cujo objetivo é impedi-los de pensar (SUVIN, 2015, p. 457).

Longe de um entendimento simplório que poderia definir distopia como negação da utopia, o termo pode apresentar um sentido dialético, não resignado, ao amalgamar “desespero e utopia: mantém o impulso utópico, mas o submete ao teste da ameaça de desespero, desolação e abandono. Ele, simultaneamente, identifica um veneno no, e oferece uma antitoxina para, o corpo político” (SUVIN, 2015, p. 460).

Baseado nas observações de Dodsworth (2017), os sintomas de um mundo distópico passam pela normalidade de uma realidade autoritária, pela austeridade no campo das representações políticas e pela trivialidade do mal, ou o “mal que brota de nossa própria banal humanidade” (DOSDSWORTH, 2017). Drasticamente, estes sintomas não são unicamente decididos e impostos pela mão invisível do Estado, mas também amplamente partilhado ou não recusado por segmentos expressivos da sociedade.

O debate sobre utopia e distopia nos mais diferentes campos disciplinares é vasto e secular. As noções aqui apresentadas são importantes na medida em que perpassam o universo da obra pepeteliana e apontam possíveis sentidos mobilizados pela sua leitura, menos relacionado ao debate específico sobre o gênero utopia e mais ligado ao debate com matrizes do pensamento político. Ainda que as diegeses das duas obras que referenciam a presente dissertação sejam fundamentalmente trágicas – *Mayombe* se passa na guerra e *Predadores* trata da precariedade e dos privilégios do falido Estado angolano – é importante ressaltar que a utopia ou a distopia não se colocam como realidades absolutas. Há sempre elementos de uma ou de outra coexistindo. Como se tentará mostrar a seguir, enquanto pensadores/ativistas como Frantz Fanon e Amílcar Cabral estavam elaborando seus discursos e ações políticas com olhos projetados no porvir (portanto ligados a um senso utópico), não deixaram de estar atentos às questões mais duras e precárias que se mostravam latentes em seus presentes. E a permanente angústia desta vida situada entre a glória e o fracasso é magistralmente contada por Pepetela.

1.1. Crítica ao colonialismo como eixo estruturante do pensamento nacional africano

Quando olhamos para o mundo periférico, para o universo literário que se desenvolve nas colônias europeias sobretudo a partir do século XIX, um tipo específico de relações econômicas, políticas e culturais precisa ser considerado na formação deste universo literário, que se mistura com a formação das próprias nações, na África, Ásia ou onde quer que o imperialismo tenha se consolidado. Sendo mais específico, no

colonialismo, entendido como uma forma de efetivação de uma política imperial, a ocupação sistemática realizada pela Europa nos diferentes continentes onde estabeleceu a exploração carregou consigo a subalternização de muitos povos, levada a cabo pela violência do colonizador como instrumento de domínio.

Dentre os intelectuais que abraçaram a questão anticolonial, Frantz Fanon (1925–1961) é quem se sobressai. É o autor que aprofunda o quadro explicativo das relações coloniais e como elas oprimem o colonizado, como elas desumanizam colonizador e colonizado pelo absurdo grau de violência e exploração empregados, pela vida maniqueísta que se constitui no espaço colonizado. Fanon também se destaca pelas análises das (possíveis) desventuras nacionais pelas quais passariam boa parte dos países africanos. O tempo confirmaria muitas de suas observações sobre os limites das nações que se formaram ao longo do século XX. Por fim, mas não menos importante, em sua obra, Fanon assumiu sua militância e disponibilizou sua enorme capacidade crítica em prol dos movimentos de libertação de vários países africanos, notadamente a Argélia, e, ao mesmo tempo, foi influenciado por esse ativismo. De acordo com Rita Chaves e Luís Felipe Cabaço (2004, p. 68), Frantz Fanon

Foi um dos mais enérgicos e controversos teóricos do papel da violência nos processos libertadores das periferias. Em seus textos e em sua atuação, uma preocupação mostrou-se sempre essencial: desmistificar o canto enganador que procura elidir a força da desigualdade e da opressão na análise das trocas culturais realizadas sob o signo do sistema colonial.

Dada a extensão do colonialismo, o pensamento de Fanon abarcou diversos pontos críticos, tais como racismo/racialidade, violência colonial, unidade nacional, terceiro mundismo, formação das “burguesias” subdesenvolvidas e luta de classes. Seu pensamento se tornou fundamental para a reposição da práxis revolucionária e das organizações políticas *à esquerda* nos países periféricos em sua rejeição ao suposto universalismo hegemônico europeu. Numa tentativa de orientar o debate sobre a luta de classes para além de sua centralidade europeia, pautado na ascensão da burguesia e operariado urbanos, Fanon colocou o debate sobre a luta de classes em outros termos, uma vez que o universo colonizado da década de 1950 apresentava um cenário social muito diverso do que aquele que deriva do processo de urbanização e proletarização das massas europeias no século XIX. É exatamente na década de 1950 que se desenvolve boa parte da produção de Fanon, inclusive sua tese de doutorado em psiquiatria que deu origem ao livro *Pele negra, máscaras brancas*.

Diversos autores e autoras foram e são influenciados pelo pensamento de Fanon. Desde Sartre, em seu célebre prefácio de *Os Condenados da Terra*, passando por Stuart Hall, Slavoj Žižek e Walter D. Mignolo, até Gayatri Spivak e Edward Said. Os estudos pós-coloniais foram profundamente impactados pela obra do martinicano.

Dentre toda a sua produção, aquela que se torna estruturante para esta pesquisa é *Os Condenados da Terra*, finalizado em 1961, e que analisa o balanço entre o processo de descolonização e a “desventura da consciência nacional” (FANON, 1968). De outra forma, uma abordagem sobre a emergência da violência colonial, em que se considera que a

Libertação Nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que a estudemos a descolonização é simplesmente a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de um novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica. Mas nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado (FANON, 1968, p. 25-26).

Por outro lado, a precoce constatação de que a transição da condição de colônia para país dependente não seria assim tão simples, sobretudo pelo comportamento da nascente “burguesia” nacional:

Essa burguesia que se afasta cada vez mais do povo global não chega sequer a arrancar do ocidente concessões espetaculares: investimentos que interessem à economia do país, instalação de certas indústrias. Ao contrário, multiplicam-se as oficinas de montagem, consagrando assim o tipo neocolonialista em que se debate a economia nacional. Não é preciso dizer que a burguesia nacional retarda a evolução do país, que lhe faz perder tempo ou que ameaça conduzir a nação a caminhos sem saída. Na verdade, a fase burguesa na história dos países subdesenvolvidos é uma fase inútil (FANON, 1968, p. 145).

Os dois trechos citados logo acima de *Os Condenados da Terra* (1968, 2001) dão uma dimensão muito precisa da análise que se propõe em tela, feita a partir da correlação entre *Mayombe* (1971) e *Predadores* (2005), obras escritas por Pepetela. Nas linhas da ficção do autor angolano, os dilemas nacionais vão ganhando forma, revestindo a ficção como o lugar por excelência do pensar sobre a nação, colocando também a literatura como uma expressão da “reivindicação mínima do colonizado”.

Politicamente, Fanon esteve ligado à Frente de Libertação Nacional na Argélia (FLN), país para onde se mudou em 1953. Tal fato não o impediu de pensar o colonialismo a partir de uma perspectiva macrocós mica, a considerar a miríade de diferentes países africanos citados em *Os Condenados da Terra*, Angola entre eles.

É importante ressaltar que em 1957, quando foi criado o Movimento Anti-Colonialista (MAC), formado por estudantes e militantes angolanos e de outras colônias portuguesas – dentre eles Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lucio Lara, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral² –, um dos importantes acontecimentos ligados ao movimento seria o encontro com Frantz Fanon no Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em março de 1959 na cidade de Roma. Nesse encontro, Frantz Fanon propôs que o MAC fosse treinado para a luta armada pela FLN, na Argélia. Num encontro posterior, na Segunda Conferência dos Povos Africanos, realizado em Túnis em janeiro de 1960, Fanon reafirma para o MAC a necessidade de nacionalização e interiorização da luta. As orientações seriam assumidas pelos respectivos movimentos nacionais, quando então o nome do MPLA começa a ser conhecido no cenário internacional (BITTENCOURT, 1997). Questões muito próximas daquelas levantadas em *Mayombe*.

A considerar os agentes envolvidos, não é difícil entender porque a literatura assumiu a condição de grande canal de denúncia e de formação de um pensamento nacional, desde os processos de descolonização e para além deles. Isso ocorreu não somente pela insipiência de outros campos do conhecimento (Sociologia, Economia, História) nas colônias que também pudessem formular narrativas para os surgimentos das respectivas nações, mas porque os próprios militantes eram literatos, ou fariam da literatura a forma de expressar os dilemas nacionais. Para Inocência Mata (2007, p. 21),

Não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais, colectivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais. Pensemos, por exemplo, nos “nossos” cinco países [Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau], durante o regime monopartidário, em que a liberdade de expressão estava cerceada em nome de desígnios ditados pela consolidação pátria: foi a literatura que “nos” informou sobre as sensibilidades discordantes, os eventos omitidos do discurso oficial, as vozes em dissenso, as visões menos monocores, menos apologéticas e menos subservientes ao Poder político. O ponto de partida desse protocolo de transmissão de “conteúdos históricos” é a ideia de que o autor – em pleno domínio e

² Os três primeiros se tornariam membros fundadores do MPLA em Angola. Marcelino dos Santos é um dos fundadores da FRELIMO, de Moçambique, e Amílcar Cabral, do PAIGC, de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

responsabilidade sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizerem – psicografa os anseios e demónios de sua época, dando voz àqueles que se colocam, ou são colocados, à margem da “voz oficial”: daí poder pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura.

Pode-se dizer então que das linhas de *Mayombe* e *Predadores* muitos dos “anseios e demónios” de um momento crítico da história de Angola são expressados, quando então os dilemas sobre o colonial e pós-colonial, modernização e construção nacional surgem simultaneamente.

A discursividade do texto de Fanon, em paralelo ao seu vigor político, colaborou para estabelecer também uma forma de abordagem sobre as literaturas africanas no campo da crítica literária, uma maneira de se compreender a nação pelas linhas da literatura, mesmo que a “excepcional fecundidade cultural” que derivaria da luta e da união dos povos tenha se mostrado, na prática, limitada. Fanon mesmo apontou esses limites em suas colocações em *Os Condenados da Terra*. Em suas observações, o psiquiatra e militante martinicano desenvolveu uma crítica que ressalta a necessidade da luta dos países colonizados pelas suas independências e, ao mesmo tempo, anuncia problemas que o próprio tipo de organização destes países enfrentaria, seja pela posição de suas lideranças, apartada da totalidade do povo, seja pela posição assumida pelas ex-colônias no jogo de poder internacional, já de partida dependente.

A perspectiva de Fanon, porém, vai muito além das análises sobre a exploração concreta ou da precariedade da capacidade produtiva do (ex)colonizado. A leitura de *Os Condenados da Terra* mostra-se fundamental pela consistência das análises sobre os vários mecanismos de controle desenvolvidos pelo colonizador, em um quadro geral que vai da Argélia a Madagascar, mas não somente pela generalidade das relações coloniais apresentadas nele. *Os Condenados da Terra* serviu como farol na organização das lutas pelas independências nos mais diversos países africanos, instrumentalizando as ações anticoloniais, elaborando uma crítica sobre (possíveis) descaminhos da pós-independência. Sua contribuição crítica foi fundamental, por exemplo, para que Amílcar Cabral desenvolvesse um olhar mais localizado sobre as condições das colônias portuguesas, em particular Guiné-Bissau e Cabo Verde.

As contribuições de Amílcar Cabral continuam centrais para a compreensão e análise sobre pensamento nacional, descolonização e formação do Estado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Enquanto Fanon oferece um panorama genérico colonial fundado na violência, sem adentrar especificamente na análise de um determinado país, o militante e pensador guineense nos oferece um ajustamento mais

objetivo e prático. Cabral avança também na crítica marxista-leninista, considerando as nuances político-sociais mais ligadas ao contexto de sua liderança, que foi consolidada entre os anos de 1952, quando retorna de seus estudos em Portugal para Guiné-Bissau, até 1973, ano em que foi assassinado. De seu amplo e original pensamento, interessa aqui alguns dos pontos elaborados em suas análises. A noção de libertação como um ato de cultura, a concepção de “volta às origens” e a sua compreensão de traição da “pequena-burguesia” e lideranças políticas são pontos amplificados na narrativa de Pepetela. Fundamentam em boa medida aquilo que se tem chamado de utopia e distopia na obra do autor angolano.

Tanto em *Libertação Nacional e Cultura* (1974) quanto em *Análise de Alguns Tipos de Resistência* (1975), obras elaboradas sobre discursos e palestras, Amílcar Cabral deixa claro que a luta pela libertação deve ser também compreendida dentro de sua dinâmica cultural, ou sobre como a cultura será inevitavelmente alterada a partir das relações coloniais. Ao contrário de propor uma negação pura e simples da presença europeia, sua orientação toma outro rumo:

Temos que acabar com toda a indiferença da nossa gente em matéria de cultura, com constância nas nossas decisões, na nossa determinação de fazer as coisas. Já conseguimos combater isso. E devemos evitar que, porque uma coisa é do estrangeiro, não vale nada, vamos recusar. Isso não é cultura, isso é uma mania, é um complexo, seja de inferioridade ou de estupidez. Devemos saber, diante das coisas do estrangeiro, aceitar aquilo que é aceitável e recusar aquilo que não presta. Devemos ser capazes de fazer a crítica. E a nossa luta tem sido, numa parte de nossa ação, a aplicação constante do princípio da assimilação crítica, quer dizer, aproveitar dos outros, mas criticando aquilo que pode servir para a nossa terra e aquilo que não pode servir. Acumular experiência e criar (CABRAL, 1975, p. 105).

Essa noção de hibridismo cultural, posteriormente refletidas no pensamento de autores como Boaventura de Sousa Santos (2003) e Ana Mafalda Leite (2012), amplia o entendimento de pós-colonialidade não simplesmente como uma substituição de narrativas do sul sobre o norte, do dominado sobre o dominador, mas uma conjunção derivada do próprio processo histórico. Como bem observa Edward Said (2011), esse tipo de estratégia, de levar em consideração certos aspectos da cultura metropolitana (defendida também por Ho Chi Minh, no Vietnã), visava a obter alguma receptividade na própria metrópole. Amílcar Cabral, assim como Fanon e Aimé Césaire, foram quem

Instigaram Sartre e outros europeus a se opor abertamente à política colonial francesa na Argélia e na Indochina na década de 1950. Dessas iniciativas surgiram outras: a oposição humanista a práticas coloniais

como a tortura e a deportação, uma nova consciência da era mundial do fim do império e, com isso, novas definições das metas nacionais, e, igualmente importante nos anos da Guerra Fria, várias defesas do “mundo livre” que lograram persuadir nativos pós-coloniais por meio de revistas, viagens e seminários culturais (SAID, 2011, p. 375).

A perspectiva de Amílcar Cabral será assumida na obra de Pepetela, não somente por estarem ambos envolvidos nos processos de descolonização, mas por fazerem uso de uma mesma discursividade, característica de um posicionamento em diálogo com o marxismo. Ainda que, em *Mayombe*, a figuração de Portugal seja quase ausente (e essa quase ausência é significativa, já que oportuniza o debate dos vários sujeitos angolanos e também realça Portugal como um espectro), em *Predadores* a lógica de um sul que tenta se valer positivamente de um legado oriundo do norte pode ser observado na personagem Nacib.

O entendimento da luta de libertação em sua dinâmica cultural leva em consideração o peso das tradições e a pluralidade étnica como fatores que incidem no conjunto da nação. Aqui é necessário ressaltar a distinção feita por Amílcar Cabral entre “etnicidade” e “tribalismo”. De acordo com as reflexões de Alexis Wick (2012, p. 88),

A ideia de “tribalismo” para Cabral é a articulação política de uma organização social racialista. Ela corresponde a uma instituição política, a um dado grupo social, definido por critérios preestabelecidos e fixos. Ela reenvia à expressão política exclusivista o sentimento identitário que representa a etnicidade. O “tribalismo” é uma expressão política possível de etnicidade.

Tal distinção é fundamental para situar *Mayombe*, já que o tribalismo é, associado à colonização, o fator que potencialmente capaz de desarticular a luta por libertação. Ao contrário do entendimento de nação idealizada e homogênea, a noção de etnicidade em Cabral ressalta as especificidades identitárias como algo a ser valorizado, e não solapado, formando uma unidade plural (WICK, 2012). O entendimento é compartilhado e ambicionado no romance de Pepetela. A nação como um mosaico, com suas multifaces e polifonias, já que

A guerra de libertação nunca pode ser a história de uma única pessoa: o cenário era complexo demais para isso, as partes e as realidades envolvidas variadas demais; assim, toda versão autêntica que é acrescentada é outro matiz na maturação e sabor do vinho (NYAMFUKUDZA apud VAMBE; ZEGEYE, 2012, p. 51).

Como se poderá perceber, há uma confluência entre o pensamento de Amílcar Cabral sobre a formação da nação enquanto um processo derivado da organização e da luta popular e a narrativa de *Mayombe*.

Levando-se em conta a multiplicidade étnica como um fator a ser considerado dentro do processo de descolonização, e a partir da diferenciação entre etnicidade e tribalismo, Amílcar Cabral desenvolve uma outra noção da dinâmica colonial: a “volta às origens”. Ao contrário daquilo que uma leitura apressada poderia indicar, o termo não significa um retorno a um passado mítico pré-colonial. Sua crítica está voltada para a desconstrução da doutrinação colonial inculcada nos povos africanos, com o objetivo de desarticulá-los, alimentando o “tribalismo”. “Volta às origens” seria também uma reconversão ideológica das elites (intelectuais, inclusive) e uma aproximação com as lutas das massas, sobretudo das camponesas; um encontro entre diferentes segmentos sociais. Para Cabral (1974, p. 17),

Os líderes do movimento de libertação, originários da “pequena burguesia” (intelectuais, funcionários) ou do proletariado urbano (trabalhadores, motoristas, assalariados) precisam conviver diariamente com as comunidades camponesas para conhecerem o povo melhor, descobrirem a origem, a riqueza de seus valores culturais (filosóficos, políticos, artísticos, sociais e morais), adquirindo uma consciência mais nítida da realidade econômica da zona rural, os problemas, sofrimentos e expectativas das massas. Os líderes assim enriquecem sua cultura pessoal, aprimorando-se e liberando-se de alguns complexos, enquanto reforçam suas habilidades de colocar o movimento a serviço da nação³.

Amílcar Cabral, assim como Fanon, acreditava que a interiorização da luta seria um momento de epifania do povo, um momento em que a nação se descobriria e as diferenças seriam equalizadas. Mais do que isso, seria também uma forma de deslocar da capital a centralidade do poder (o que não ocorreu em Angola. A ocupação de Luanda significou automaticamente o controle do poder). A diferença entre ambos é que Fanon não via a “pequena burguesia” como potencialmente transformadora. Para ele, os segmentos sociais urbanos das colônias que se valiam da aproximação e, de certa forma, recebiam algum privilégio do aparelho colonial eram exatamente aqueles que teriam algo

³Tradução livre: “The leaders of the liberation movement, coming from the “petite bourgeoisie” (intellectuals, employees) or from the working classes of the towns (workers, chauffeurs, wage-earners in general), having to live daily with the various peasant communities in the heart of the rural population, get to know the people better, discover at the source, the richness of their cultural values (philosophical, political, artistic, social and moral), acquire a sharper awareness of the economic realities of the countryside, the problems, suffering and expectations of the masses. The leaders thus enrich their personal culture cultivate themselves and free themselves from some complexes, whilst reinforcing their ability to put the movement to the service of the nation”.

a perder e, por isso, tendenciosos a manterem sua condição de privilegiados. Tratava-se do papel contrário ao realizado pela pequena burguesia europeia no século XIX, que impulsionou as transformações sociais (FANON, 1968).

Amílcar Cabral, neste ponto, talvez fosse mais otimista. Por outro lado, sua convicção no encontro e reconhecimento mútuo dos diferentes segmentos sociais por meio da luta de independência não impedia que as elites e dirigentes políticos se afastassem das causas populares e nacionais. Ele tinha a exata compreensão das fissuras e dos termos dentro do movimento de ruptura colonial. Não por acaso, o que Cabral considerou como “traição das massas” foi ponto sensível dentro de seu discurso.

Ao contrário de uma posição idealista e ingênua que consideraria a perfeita correspondência política-ideológica entre liderança e povo, Amílcar Cabral, assim como Frantz Fanon, admite as fraquezas no seio das relações já no desenrolar das descolonizações. O risco de “traição”, no sentido elaborado por Cabral, tem a ver com

A deficiência ideológica, para não dizer a carência total de ideologia dentro dos movimentos de libertação nacional – que se deve fundamentalmente à ignorância da realidade histórica que tais movimentos afirmam transformar –, constitui uma das fraquezas maiores de nossa luta contra o imperialismo (Chinodya apud VAMBE; ZEGEYE, 2011, p. 52).

A traição das elites e lideranças políticas marca a transição discursiva do contexto colonial para a tragédia da pós-colonialidade. Quando da retirada das forças coloniais,

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objetivos da libertação nacional (CABRAL, 1975, p. 87).

O sentido de traição está fundamentalmente relacionado com o movimento distópico na narrativa de Pepetela. Sua personagem central em *Predadores*, Vladimiro Caposso, encarna a traição tanto pela sua debilidade ideológica quanto pelo seu alheamento às questões comunitárias e nacionais angolanas. Como figuração do potentado, sua proeminência física e política apontam para o esgotamento das lutas, tal como elas se deram a partir dos anos 1960. O modelo crítico e as observações de Frantz

Fanon e Amílcar Cabral não foram então suficientes para se evitar as frágeis experiências nacionais que nasceriam dos processos de descolonização.

Embora as leituras de Frantz Fanon e Amílcar Cabral sejam fundamentais pela impetuosidade da ação que conclamam e por reafirmarem a centralidade da economia política em suas análises, é necessário considerar que, ainda que ambos tenham enfatizado o senso de unidade nacional e tenham sido importantes para a orientação política de muitos movimentos anticoloniais, o paradigma de nação sofre profundas transformações ao longo século XX. Alguns autores têm ofertado uma revisitação do processo de descolonização já a partir do cenário mais atual dos países africanos, projetando uma crítica sobre o passado que considera as experiências contemporâneas de formação dos Estados.

O olhar sobre Angola e a África, no entanto, precisa ser lançado a partir também das experiências políticas pós-independências. Achille Mbembe (2014, p. 19), em *Sair da Grande Noite* reitera o caráter violento da colonização que, “habituada a vencer sem ter razão, exigiu aos colonizados que mudassem sua razão de viver e, como se não bastasse, que mudassem também de razão”. Para o intelectual camaronês, a descolonização ainda está por acabar, uma vez que as independências africanas não superaram o “estado de guerra”. E observa que, para a superação deste quadro, seria necessário um novo “new deal” com outros países (sem no entanto acreditar na “benevolência” de países como os Estados Unidos e China) e também uma mobilização social com força capaz de causar grandes transformações, organizadas sobre bases que superem a forma convencional de sociedade civil (MBEMBE, 2014). Para o autor,

A descolonização sem a democracia é uma forma de reapropriação de si mesmo, fictícia e muito lastimável. Mas, se os africanos almejam a democracia, então compete-lhes imaginar os seus contornos e assumir responsabilidades. Ninguém o fará no seu lugar. Também não a conseguirão obter a crédito. Terão de recorrer a novas redes de solidariedade internacional, a uma grande coligação moral superior aos Estados que reúna todos aqueles que acreditam que, sem a sua parcela Africana, além de o nosso mundo ser mais pobre em espírito e humanidade, a sua segurança encontrar-se-á, mais do que nunca, gravemente hipotecada (MBEMBE, 2014, p. 30).

O panorama pós-colonial – essencialmente distópico – que tem conformado vida e medo e institucionalizado “práticas de extorsão e predação” não servem como motivo para desabonar africanos e africanas de sua própria experiência histórica. O longo período de subjulgo fundado na escravidão, colonialismo e apartheid não podem, para Mbembe,

servir como justificativa para uma leitura ingênua dos movimentos anticoloniais, para o entendimento da “violência como melhor caminho para a autodeterminação” (MBEMBE, 2014) ou para uma sociedade de massas regulada pelo autoritarismo. Estas são considerações compartilhadas pela crítica de Pepetela em *Predadores* (2014). Ambos não apresentam um receituário para a superação do quadro político angolano (e africano em geral), mas sabem que isto não acontecerá se a África não tomar para si o controle da própria história, sem responsabilizar exclusivamente o colonialismo pelos descaminhos atuais.

Ao se discutir a formação dos movimentos nacionalistas no continente africano, ao longo do século XX, e o impacto desses movimentos nos processos de libertação, é importante ressaltar que toda a África estava imersa em amplas discussões sobre seu futuro, a reivindicação por um outro lugar e uma outra relação com o mundo. Antes de as lutas armadas se iniciarem, de forma sistemática a partir do término da Segunda Guerra Mundial, mas desde antes eclodidas em movimentos isolados (ELAIGWU; MAZRUI, 2010), tanto o Pan-africanismo quanto a Negritude⁴ foram estruturantes na formação de um debate sobre a África e na formação das consciências nacionais, processo que Batsíkama chama de “ocidentalização do Estado africano”. No caso particular de Angola, todo este processo irá convergir, ao longo da década de 1950⁵, em dois tipos de resposta: uma de tipo reformista, que vislumbrava uma vitória legalista em acordo com o poder colonial; e outra de confronto, seguindo a luta armada (BATSÍKAMA, 2015).

⁴ Negritude, movimento literário criado na década de 1930 por escritores oriundos das colônias francesas, tinha em seu momento inicial o compromisso com a afirmação étnica e a valorização do sujeito negro. Teve como principais expoentes o martinicano Aimé Césaire (professor de Frantz Fanon) e o senegalês Leopold Sedar Senghor (OLIVEIRA, 2001). O Pan-Africanismo, por sua vez, tem suas origens nas organizações abolicionistas no continente americano, nos séculos XVIII e XIX, mas ganha forte expressão já no século XX, sobretudo na década de 1950, por defender a organização e unidade política dos países africanos em torno de questões como o anticolonialismo e o fim das leis raciais. Está na origem da criação da Organização da Unidade Africana. Participaram do Pan-Africanismo Kwame Nkrumah (Gana) e Jomo Kenyatta (Quênia) e outras várias lideranças políticas africanas (CHANAIWA, KODJO, 2010). Ambos os movimentos estão conectados à diáspora africana e foram responsáveis por fortalecerem uma consciência e a denúncia sobre a face racista do colonialismo.

⁵ Quando, aliás, surgiu o brado “Vamos Descobrir Angola”, movimento cultural promovido por uma intelectualidade angolana que na década seguinte estará profundamente envolvida com a luta pela independência. A importância do movimento dá-se pela sua proposta, mas também porque confirma a tese de que um projeto de nação tem em sua base uma certa elite. Diferentes pesquisas sobre a formação do Estado-nação angolano compartilham o entendimento de que seus movimentos nacionalistas foram criados pelas suas elites.

1.2. Ideia de nação e a experiência dos movimentos nacionalistas: apontamentos para o contexto angolano

Embora a ideia de “nação” seja fundamental para esta pesquisa, o termo assume contornos quase sempre vagos e ambíguos. Aqui importa mais apresentar entendimentos panorâmicos que estarão em diálogo com a cosmogonia criada pela narrativa de Pepetela. Para isso, duas leituras se mostraram fundamentais: *Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa, mito e realidade*, do historiador Eric Hobsbawm (2013), e a tese de Patrício Batsíkama, *Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola* (2015).

Para muito além dos entendimentos objetivados que reduzem “nação” a uma coletividade humana que compartilha território, língua e história comuns, Hobsbawm (2013, p. 18) ressalta que “nação” não é um conceito definível *a priori*: ele deriva de uma experiência “histórica, social, e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos dessas realidades”. Ademais, a entidade “nação” não é algo rígido, imutável. Só faz sentido quando associada ao Estado, na medida em que esse antecede aquela. Assim sendo,

As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. As nações são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOSBAWM, 2013, p. 20).

Portanto, nação compreende-se no equilíbrio entre fatores objetivos – tais como pessoas que vivem em um território unificado sob um governo único – e fatores subjetivos – que envolvem o compartilhamento de tradições, identidades étnicas e de uma cultura política. Mais: existem os aspectos verticais, que dizem respeito à aceitação do Estado e de sua organização institucional, assim como os aspectos horizontais, ou o reconhecimento da igualdade entre todas as pessoas (ELAIGWU; MAZRUI, 2010). Entretanto, como observam os dois autores, situando a problematização ao contexto africano,

o processo de edificação da nação não implica necessariamente na transferência do “sentimento de pertinência e de fidelidade”, o qual ao afastar-se do estreito ou provinciano quadro dos grupos étnicos, ligar-se-ia desde logo a uma entidade política mais ampla. O processo não

implica em uma transferência mas, na ampliação do horizonte até o qual os grupos restringidos reconhecem a sua própria identidade, a ponto de englobar entidades mais vastas, como o Estado (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 524).

Essas noções são particularmente interessantes quando aplicadas ao contexto de Angola. Ao entendermos “nação” como um processo contínuo que deriva das experiências políticas, econômicas e culturais e da vinculação dessas experiências ao Estado, isso ajuda a explicar os limites daquilo que tem sido chamado de *angolanidade*⁶. Além disso, aquilo que Hobsbawm (2013, p. 20) aponta como a “visão de baixo” – ou “a nação vista não por governantes, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda” – nos abre um campo valioso para se analisar hodiernamente Angola, a partir daquilo que Marcelo Bittencourt chama de “vínculos de solidariedade”. Noção que se traduz nos

comprometimentos e relações privilegiadas que surgem na trajetória de muitos grupos sociais angolanos e que dizem respeito à região militar onde lutaram, à família e até mesmo à sua opção religiosa, e que vieram a influenciar na sua trajetória futura, como a filiação política, por exemplo, [bem como] outros tipos possíveis, principalmente urbano, como o bairro em que o indivíduo foi criado (BITTENCOURT, 2000, p. 168-170).

Em Angola, em particular, a relação entre um senso identitário restrito, vinculado à etnicidade e/ou a um sentido de ruralidade/urbanidade, com uma noção mais ampla de nação se mostrou tensa desde os primeiros momentos após a independência. Isto porque, quando o MPLA assume o poder pela capital, em 11 de novembro de 1975, FNLA e UNITA não reconhecem a proclamação feita pelo movimento liderado por Agostinho Neto. Em síntese, na tentativa de explicar a situação ao seu (ainda) amigo Caposso, quem melhor apresenta a situação em 11 de novembro de 1975 é a personagem de *Predadores*, Sebastião Lopes:

⁶ Conforme Inocência Mata (2015) nos recorda, o termo *angolanidade* foi tratado por Costa Andrade em seu artigo intitulado “Dois poetas da angolanidade”, publicado na revista *Présence africaine*, em 1962, e dizia respeito a uma defesa de Angola que se opunha à “portugalidade”, ou à colonização e ao projeto assimilacionista português. Problematizando, a teórica se refere também à *angolanidade* como a representação literária de uma identidade cultural coletivamente partilhada (MATA, 2015). Rita Chaves, numa reflexão muito próxima, lembra que a *angolanidade* é uma construção que se relaciona com a tensão da utilização da língua portuguesa pelo (ex)colonizado, sem que isto caracterizasse uma perda de referenciais identitários (CHAVES, 2005). Já Batsíkama (2015, p. 8), apresentando um debate não tão vinculado ao que ele chama de “imaginação literária”, refere-se a um dos entendimentos de *angolanidade* como “um conjunto de valores angolanos, enquanto suporte do Sujeito Coletivo, cujas identidades coletivas existentes são oriundas das populações constituintes angolanas”.

Depois das independências há períodos de instabilidade. Mas no nosso caso é pior por haver três movimentos de libertação que rivalizam pelo poder. Por enquanto estamos na fase dos comícios. É importante ir lá e gritar e bater palmas, o movimento que tem mais gente nos comícios ganha força política. Mas finalmente tudo vai ser resolvido com as armas (PEPETELA, 2014, p. 68).

Em relação ao cenário de descolonização dos PALOP, é preciso considerar certas condições sobre as quais se desenvolveram os movimentos de libertação. A defesa do anticolonialismo veio acompanhada da luta pelo poder entre eles, projetada também no pós-independência. A miríade de movimentos nacionalistas em cada país, os conflitos e diferentes interesses entre eles são tributários da experiência colonial. Portugal potencializou a exploração de suas colônias pela lógica sistematizada da “diferenciação dos espaços sociais, culturais e econômicos de Angola, a qual foi sendo, na realidade, produzida pela história e pela implementação da ordem colonial durante os séculos XIX e XX” (GOMES, 2009, p. 59).

Os movimentos de libertação situados na ex-colônias portuguesas no continente africano foram constituídos em diálogo com três tendências básicas: 1) movimentos modernizadores, alinhados a uma visão global do Estado independente, com uma inclinação mais cosmopolita e “destribilizada”; 2) movimentos tradicionalistas, defensores da conservação das realidades sociais “caracteristicamente” africanas; e 3) etno-nacionalismo, que pensava a nação a partir de uma centralidade étnica (GOMES, 2009). Os três principais movimentos que atuaram no processo de descolonização de Angola – Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – aproximaram-se com maior ou menor intensidade de uma dessas três tendências anteriormente mencionadas.

Para analisar cada um desses três movimentos, é fundamental trazer à tona a dimensão étnica como fator estruturante nas relações de poder em Angola, sobretudo das implicações que derivam do cruzamento entre etnicidade e disputa política-ideológica no contexto da descolonização e no processo de formação do Estado. Ainda que, como ressalta Marcelo Bittencourt (2000), associar os movimentos de libertação a etnias seja um movimento arriscado, pela série de distorções e (mal) usos políticos que derivam daí⁷,

⁷ Por exemplo, a naturalização de estereótipos criados no período colonial e convenientemente alimentados posteriormente, que associam ovimbundus como propensos ao trabalho manual, enquanto quimbundus estariam ligados às funções administrativas. Não coincidentemente, os primeiros formam a base da UNITA e os segundos a base do MPLA (BITTENCOURT, 2000).

esta relação não pode ser recusada, na medida em que é um dos pontos sobre os quais se apoia a narrativa de *Mayombe*. Pepetela habilmente mostra como esta associação movimentos-eticidade operou dissensos entre os angolanos, ao mesmo tempo em que tenta desconstruí-la, pelos riscos que gerariam no futuro.

A FNLA está envolvida com as primeiras investidas armadas contra Portugal. Originada da União das Populações de Angola (UPA) e do Partido Democrático de Angola (PDA), teve como principal líder Holden Roberto. Formada majoritariamente pelos kikongo do norte de Angola, mas não exclusivamente, esteve envolvida nos primeiros ataques realizados contra o exército português e chegou a declarar, em 1962 na cidade de Leopoldville, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Encarnou o que foi chamado de “efervescência do nacionalismo bakongo” (GOMES, 2009, p. 74). Teve, no contexto da Guerra Fria, apoio do Zaire, Estados Unidos e África do Sul. Embora a atuação da UPA seja considerada a causadora da luta armada, o movimento recebeu, sobretudo por parte do MPLA, a acusação de tribalismo e racismo. Tais acusações são ressaltadas, como veremos, em *Mayombe* (2013). Conforme observa Batsíkama (2015), existe uma interpretação que entende os massacres promovidos pela UPA como uma resposta de bakongos (entre outros grupos étnicos) contra mbundos. Estes, com apoio de luso-descendentes, estariam promovendo uma “limpeza étnica” de bakongos e umbundus. O massacre de colonos brancos feito pela UPA em 15 de março de 1961 teria sido a resposta bakongo. Mas, como ressalta Batsíkama (2015), são interpretações.

A análise sobre o MPLA será mais extensa, uma vez que é o movimento que ocupa o poder desde a independência e cuja experiência política está intimamente relacionada ao que chamo aqui de movimento utópico-distópico na produção literária de Pepetela. Além disso, muitos dos expoentes da literatura angolana são ou foram membros do MPLA.

O MPLA teria sido formado a partir de uma confluência de diferentes grupos, estabelecidos principalmente em Luanda. A lista é extensa: Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), Partido Comunista Angolano (PCA), Exército de Libertação de Angola (ELA), Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), Movimento para a Independência de Angola (MIA), Movimento de Libertação Nacional (MLN), Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA) e o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). A multiplicidade de movimentos se explica não somente pela diversidade de tendências, mas também pela ação intensa da Polícia

Internacional e de Defesa do Estado (PIDE, também conhecida como a polícia secreta portuguesa) desde o fim da década de 1950 na cidade de Luanda (BITTENCOURT, 1997).

Outra característica que marcou o MPLA é o fato de que sua formação, assim como a da FNLA, está ligada ao exílio. O período entre os anos de 1944 e 1965 foi marcado por um crescente grau de mobilização dentro da Casa dos Estudantes do Império (CEI)⁸, por onde passaram nomes importantes da luta anticolonial que posteriormente fariam parte do MPLA: Agostinho Neto, António Jacinto e Mário Pinto de Andrade. O próprio Pepetela frequentou o local no ano de 1958. Um dos principais centros de organização do movimento foi Conakry, capital da Guiné, com conexões em Brazzaville.

Associado ao caráter intelectual, urbano e cosmopolita, sua base sócio-espacial está vinculada por quimbundos (mbundos), etnia majoritária na província de Luanda e centro-norte de Angola. A estratégia de expansão das bases populares pelo MPLA em Luanda, logo após o cessar fogo com Portugal em 21 de outubro de 1974, foi orientada no sentido de criar

uma estratégia de implantação política do “poder popular”, organizada a nível de bairro, de empresa e da ocupação de municípios. Depois vai estender as suas actividades aos centros urbanos nas áreas habitacionais dos Quimbundos e dos Bancongos (FERREIRA apud GOMES, 2009, p. 50).

Historicamente aliado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba, o MPLA enfrentou alguns momentos críticos de dissidência interna, dentre os quais aquele que ficou conhecido como “27 de maio”⁹. Como será narrado pelas linhas de *Mayombe*, o MPLA estava longe de ser absolutamente coeso, antes e mesmo após a

⁸ A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada pelo governo de Salazar, durante o Estado Novo, como forma receber os estudantes do “ultramar” em Lisboa e celebrar o êxito do imperialismo português. Acabou por se tornar local de fermentação de uma consciência anti-colonialista e um dos locais onde seriam amadurecidos PAIGC, MPLA e FRELIMO (CASTELO, 2011).

⁹ Segundo Catarina Gomes (2009, p. 104), o “27 de maio de 1977” foi uma tentativa de golpe de Estado contra a presidência de Agostinho Neto, liderada por Nito Alves e José Van Dúnem. Tratado pelo discurso oficial como um simples gesto de ambição por parte daqueles que queriam o poder, o fato revela muitas outras tensões para além de simples ambição: “O 27 de Maio representa um episódio marcante, traumático na história contemporânea de Angola. Enquanto tal, o 27 de Maio possui uma importante multivocalidade, não podendo, pois, ser discutido unilinear ou unilateralmente: ele evoca as falhas tectónicas das frágeis fundações e das fortes contradições internas do MPLA”. Integrante da cúpula do MPLA, Nito Alves, reconhecida liderança nos musseques de Luanda, teria sido acusado de “fracionista” pelas contundentes críticas dirigidas ao próprio MPLA, em face do (agora) partido ser liderado majoritariamente por brancos e mestiços. A repressão foi violenta e, deste fato, iniciaram-se dois processos: as chamadas “purgas”, ou seja, a retirada de membros do MPLA em dissonância com a elite dirigente; e a transformação do MPLA em MPLA-PT, o que quer dizer que o partido não seria mais pautado por uma lógica de partido de massas, mas sim por uma lógica de partido de vanguarda (GOMES, 2009).

Independência. Sua duradoura estabilidade só seria alcançada depois dos acontecimentos de 1977.

A UNITA, por sua vez, é uma dissidência dos dois movimentos anteriormente citados. Essa seria uma das explicações para seu surgimento. Assim como a FNLA, também tem suas ligações com o universo rural de Angola. Movimento formado a partir de uma compreensão marcadamente étnica – de base umbundu (ovimbundo) – assim como de um certo tradicionalismo agrário, teve maior influência na região centro-sul de Angola.

Como ressalta Batsikâma (2015), duas dinâmicas sociais concorrem na formação da UNITA: o fato de que a região onde se encontravam suas bases sociais recebia, antes mesmo da Conferência de Berlim (1884-1885), a influência de missões religiosas, com uma relação de domínio e subalternização antes mesmo da colonização se efetivar; e a forte referência de lideranças tradicionais, ancoradas nas figuras dos anciãos. Jonas Savimbi, principal liderança da UNITA, apropria-se da carga de subjugo dos povos da região, ao passo que se imbuí de um discurso supostamente fundado no tradicionalismo¹⁰. Ironicamente, uma das forças que apoiou a UNITA no cenário internacional foi o apartheid sul-africano.

Enquanto a FNLA foi o principal concorrente do MPLA durante a descolonização, a UNITA tornou-se oposição armada ao MPLA nos anos subsequentes à independência. Após o 11 de setembro de 1975, a FNLA se desarticula, e o apoio que recebia dos EUA passa então para a UNITA. O MPLA continua a receber apoio da URSS, e sobretudo de Cuba, e mantém-se como partido único até 1992, quando então se inicia, formalmente, o processo democrático e as primeiras eleições do país (muito embora o cessar fogo só aconteça em 2002). Importante observar que UNITA e FNLA também são atualmente partidos políticos com representação no parlamento angolano.

¹⁰ O escritor José Eduardo Agualusa (2004, p. 4), a quem não se pode taxar de adesão ao governo do MPLA, define a figura de Jonas Savimbi e a UNITA da seguinte maneira: “Jonas Savimbi, um homem poderoso, violento, com uma insaciável sede de poder e absolutamente destituído de escrúpulos, utilizou a seu favor arrogância dos dirigentes do MPLA – que, para ele, representavam o mundo urbano e a sociedade crioula – explorando o ressentimento e a revolta das populações rurais. Savimbi não se limitou a aprofundar o fosso entre o campo e a cidade. Pouco a pouco, se necessário eliminando fisicamente os seus próprios companheiros, foi transformando um movimento de abrangência nacional, embora preponderantemente camponês, num partido étnico, autista, inteiramente fechado sobre si mesmo. Nos últimos anos em que esteve à frente da UNITA havia ainda militantes de outras etnias, que não apenas ovimbundos, em cargos de direção”. Esta fala do escritor interessa porque mostra as muitas fraturas existentes entre os movimentos nacionalistas – a questão étnica, a relação cidade–campo, a mestiçagem – tornaram-se categorias discursivas que operaram dissensos e inviabilizaram acordos.

Parece já bastante aceita¹¹ a interpretação de que os movimentos anticoloniais foram formados a partir de diferentes percursos trilhados pelas elites angolanas, econômica e culturalmente falando, processo no qual a “etnização do político opera como arsenal das disputas entre aqueles [os movimentos de libertação], e não como causa ou natureza essencial das divisões do nacionalismo angolano” (GOMES, 2009, p. 51). Portanto, além de considerá-los como movimentos das elites, é fundamental ressaltar a importância da etnicidade enquanto elemento organizador dos vários discursos em disputa sobre a formação do Estado-nação angolano, desde que associada às diferentes posições político-ideológicas, tanto do ponto de vista da disputa interna entre MPLA, FNLA e UNITA, quanto da relação destes com o cenário internacional.

A aparente irrupção da luta armada em 1961 é consequência de um processo de longa duração de ocidentalização e "diferenciação do espaço político" (GOMES, 2009), concernente à formação das elites que irão se empenhar nas manifestações nacionalistas. Fundamental na formação de uma elite crioula que futuramente iria constituir uma das bases do MPLA, a noção de “espaço policêntrico” (GOMES, 2009) é resultado das diferentes relações estabelecidas entre portugueses e os reinos angolanos desde o século XV, em particular o reino do Congo, situado também onde hoje é o noroeste de Angola, e o reino Mbundu, encontrado onde hoje estão as províncias de Luanda, Malange, partes do Kwanza Sul e Kwanza Norte. Ambos os reinos serviram secularmente como espaços de trocas com Portugal, nem sempre pacíficas ou contínuas.

A constituição de uma elite crioula na região de Luanda, cujo tecido social liga-se aos Mbundu, fez com que, com o passar do tempo, algumas características ganhassem peso na organização social. As ligações históricas dessa elite com representantes do poder português – incluindo aí desde casamentos até alianças com comerciantes – criou uma distinção identitária entre uma elite não branca da cidade e o “tribalizado” do interior.

Embora o recorte histórico desta pesquisa esteja no período que se abre a partir das lutas de independência das colônias portuguesas e nos pensamentos e discursos mais diretamente envolvidos com o contexto colonial, não se pode deixar de considerar que já havia um processo de distinção das elites angolanas em curso, habilmente manipulado por Portugal quando se dá a sistematização do colonialismo, sobretudo a partir de 1910¹³.

¹¹ Birmingham (2002), Gomes (2009), Bittencourt (1997), Batsikama (2015), entre outros.

¹³ Portugal passou por uma forte crise econômica na virada do século XIX para o XX, fato que colaborou para a implementação da efetiva ocupação das colônias a partir 1910, acompanhada e justificada por um pensamento marcado pelo darwinismo social (GOMES, 2009).

A formação dos movimentos anticoloniais vai, em boa medida, escancarar esse secular processo de distinção das elites e suas opções políticas.

2. Aspectos da teoria do romance em diálogo com a narrativa de Pepetela

A ascensão do gênero romance está profundamente ligada ao ambiente de drásticas transformações da Europa do século XIX. O romance tornou-se a grande forma de expressão dessa atmosfera de mudanças, revoluções, aceleração do capitalismo, surgimento das nações, ganho de consciência nacional do povo, nacionalismos, reivindicação das massas ao plano histórico. A partir das leituras de Ian Watt, Bakhtin e sobretudo Lukács, serão abordados alguns aspectos da teoria do romance em diálogo com a obra de Pepetela.

Entre os pontos a serem destacados, estão a relação entre o público e o privado e a emergência da vida cotidiana no romance. Bakhtin (1990) relaciona a importância dada à vida prosaica com o distanciamento da perspectiva adotada pela epopeia, baseada num passado distante e absoluto. Para o autor, o romance está ligado aos aspectos “instáveis e transitórios”, à “vida atual”, já presentes ao que ele chama de “gêneros inferiores” e “cômico popular” (BAKHTIN, 1990, p. 412). O romancista tem a capacidade de representar as atitudes mais triviais de suas personagens, transitando sempre num “presente inacabado”. (BAKHTIN, 1990, p.416)

A vida cotidiana também aparece como um dos pontos analisados por Ian Watt, relacionada à ênfase no indivíduo e no tempo, situando “pessoas específicas em circunstâncias específicas” (WATT, 1990, p. 17). O próprio tempo da narrativa conecta-se ao tempo vivido e à experiência cotidiana, diferentemente da epopeia. Outro fator é o próprio tratamento dado a certos tipos sociais até então relegados ou omitidos. Com o romance, ascendem ao primeiro plano da narrativa o pobre, o feio, a ladra, dentro de suas individualidades e como figuração daquilo que é comum. Dessa forma, o romance expressa a dimensão da “visão de baixo” de Hobsbawn (2013), citada no capítulo anterior.

Esse grau de penetração do romance, indo das crises macroestruturais, relativas ao próprio capitalismo (em sua forma colonial, mais especificamente), até as angústias e dilemas provocados no sujeito, conferem ao gênero um caráter total sobre a representação da realidade. Conforme Lukács (2011a, p. 205-206),

A fantasia poética do narrador consiste precisamente em inventar uma história e uma situação nas quais se expresse ativamente esta “essência” do homem, ou seja, o elemento típico do seu ser social. Através deste talento inventivo, que pressupõe naturalmente uma profunda e concreta penetração nos problemas sociais, os grandes narradores podem criar uma representação global de sua sociedade, a partir da qual – como diz Engels de Balzac – é possível, “mesmo no que respeita aos pormenores

econômicos”, aprender mais do que “em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais de estatística da época”.

Ian Watt também aponta para a dimensão totalizante do romance, mas sem dar ênfase à representação dos conflitos gerados pelas condições concretas da realidade capitalista, como fez Lukács. Em Watt (1990, p. 13), a análise sobre a capacidade do romance em “retratar todo o tipo de experiência humana” está relacionada ao foco na particularidade, na descrição do indivíduo e do lugar, na tentativa de “colocar o homem inteiramente em seu cenário físico” (WATT, 1990, p. 27).

O que se sobressai no romance é a proeminência do tempo presente. É sempre a partir dele que os dilemas surgem e de onde se olha para o passado. Tal fator é determinante no sentido de trazer a história como algo vivido. Nesse ponto, a perspectiva dos três autores converge (sobretudo em Lukács e Bakhtin). O romance, na sua forma realista, rompe com a noção de um passado acabado e mítico, ao aderir a um entendimento da história como um processo vivido menos pelos grandes personagens e muito mais por sujeitos comuns.

É exatamente aqui, quando os homens conectam-se com o seu tempo e buscam na história a explicação para suas ações e para o entendimento da realidade, que se fundamenta o surgimento do romance. A deflagração da Revolução Francesa e a formação de um exército de massas alteraram profundamente a percepção que o “sujeito comum” tinha do tempo e do espaço, e também sobre suas possibilidades de interferir na própria vida e na ordem do mundo. O movimento iniciado em 1789 teve como consequência direta o fim do monopólio sobre a história, não mais feita por reis e generais, mas também, e sobretudo, pelo simples camponês que engrossou as fileiras dos exércitos nos campos de batalha. Tal contexto gerou o que Lukács considerou como a “elevação quantitativa ao patamar qualitativo” (LUKÁCS, 2011b, p. 38), ou seja, a sensação em massa de que os processos históricos não são estanques, mas sim interferem na vida do indivíduo.

Sem querer incorrer nos riscos de generalizações sobre os aspectos que estruturam o romance, não se pode, contudo, deixar de considerar as elaborações que fazem parte da estrutura do gênero, a partir dos críticos supracitados, características que estão marcadamente presentes na obra de Pepetela. Nesse sentido, o campo de estudos pós-coloniais fornece elementos que nos permite compreender o romance também como uma expressão de hibridez, na qual a manifestação de pertencimento a uma determinada

tradição cultural vem acompanhada de uma herança do (ex)colonizador, emergindo deste processo narrativas elaboradas em combinação com as formas tradicionais de oralidade. Assim, compreende-se a obra de Pepetela, pelas aproximações que faz com o falar coloquial caluanda e o vasto emprego de expressões de línguas nativas – em particular o quimbundo – como parte daquelas.

Se de um lado há um rearranjo das possibilidades de expressão do gênero romance, a partir do choque de culturas causado pelo colonialismo, de outro lado, o debate pós-colonial ilumina alguns pontos que distinguem o romance africano, e que precisam ser levados em conta como forma de atualização do próprio gênero. Situado entre a denúncia à violência colonial e os descaminhos da experiência pós-independência, a tônica do romance africano, e não somente angolano, é, como nos lembra Ana Mafalda Leite (2012, p. 17), a “revisitação da História pela literatura”, forçando uma revisão sobre os discursos oficiais, na medida em que “tornam visíveis os conteúdos recalçados”. Uma análise semelhante àquela já apresentada por Inocência Mata (2007), na qual as literaturas dos PALOP assumem a função de expressarem o “indizível de uma época” (MATA, 2007, p.21).

Em África, em particular em Angola, o romance também assume a pretensão de oferecer “um quadro completo do mundo, um quadro de sua época” (LUKÁCS, 2011a, p. 198). Canal de expressão poderoso tanto para traçar um quadro das relações coloniais, das disputas entre os movimentos nacionais, bem como das mazelas que percorrem o atual cotidiano, estas elaborações ocorrem tanto vinculado às relações estruturais (em nível “macro”, relacionado ao próprio funcionamento do aparelho colonial) quanto ao nível atomizado, focado nas angústias do sujeito, buscando trazer uma aproximação do leitor com a realidade vivenciada. Este panorama é evidente quando se situa o romance angolano, utilizando *Mayombe* e *Predadores* como referenciais.

Dessa forma, descortinando as questões cruciais que envolvem a sociedade, o romance angolano tem se tornado campo privilegiado por trazer uma certa perspectiva legítima e visceral, ainda que muitas vezes controversa pela coexistência de diferentes olhares, a respeito das muitas camadas que constituem a vida em sociedade; uma visão própria, que outros campos do conhecimento só muito vagarosamente vão avançando, sem contudo tocar na dimensão da experiência vivida por angolanos e angolanas (DANTAS, 1983).

Olhando o romance angolano pelo prisma dos estudos pós-coloniais, ressalta-se que as estratégias criadas pelas narrativas literárias não dizem respeito somente à crítica aos contextos políticos, mas também desestabilizam a normatividade da língua metropolitana, pelo caráter ambivalente que se desenvolve no contato entre colonizado e colonizador, tornando o romance como a expressão de um “campo de intermediação das práticas identitárias nas literaturas africanas de língua portuguesa” (LEITE, 2012b, p. 138) e que passa por diferentes processos de apropriação, que envolvem desde a utilização de “uma norma mais ou menos padronizada, como é o caso de Pepetela, ou então ‘oralizar’ a língua portuguesa; por exemplo o caso de Boaventura Cardoso, Manuel Rui ou de Ungulani Ba Ka Khosa” (LEITE, 2012b, p. 139).

Por fim, vale ressaltar aqui a diferença entre os contextos da Europa do século XIX e da África do século XX. O romance serve igualmente para tratar os embates experienciados pelos dois continentes. Enquanto na Europa, o romance se torna a grande expressão de um mundo em transformação, onde “tudo o que é sólido desmancha no ar” (ENGELS; MARX, 2010 [1848]), e que resulta na burguesia como classe hegemônica e transformadora; na África do fim do colonialismo durante o século XX, a elite que emerge daí é igualmente predatória e parasitária. Nisso consiste a tragédia distópica moderna angolana.

2.1. Literatura, poder colonial e independências

A pós-colonialidade, entendida como percurso da ascensão e queda do mundo colonial e das narrativas que se formam a partir desse contexto, está na base das nações que se formaram, grosso modo, ao longo do século XX. O ganho de uma certa consciência nacional e da percepção de uma coletividade nacional está fortemente atrelado aos processos de independência dos países em África e Ásia. Conforme as observações de Ana Mafalda Leite (2012b, p. 129-130),

Depois da Segunda Guerra Mundial, o termo *postcolonial state*, usado pelos historiadores designa os países recém-independentes com um claro sentido cronológico. No entanto, *postcolonial*, a partir dos anos setenta, é termo usado pela crítica, em diversas áreas de estudo, para discutir os efeitos culturais da colonização. A crítica pós-colonial considera as formas e os temas imperiais caducos, esforça-se por combater e refutar as suas categorias, e propor uma nova visão de mundo, caracterizados pela coexistência e negociação de línguas e de culturas. O termo pós-colonialismo pode ser entendido como incluindo todas as estratégias discursivas e performáticas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial.

Um dos autores mais destacados no campo de estudos pós-coloniais, Edward Said, desenvolveu a primeira de suas grandes teses – *Orientalismo* (1978) – como uma reflexão sobre a relação entre o Ocidente e o Oriente, sobre como o primeiro elaborou uma série de narrativas capazes de “fabricar” o segundo. Narrativas essas que pavimentaram a dominação imperial e justificaram, por meio da estereotipação do “Outro”, a violência colonial sob a égide da missão civilizatória. Dentre os textos analisados pelo erudito, considera-se uma variedade que inclui relatos de viagem, textos históricos e geográficos. O que ganha centralidade, porém, é o texto literário, em particular o gênero romance.

Como aprofundamento de *Orientalismo*, Said elabora *Cultura e Imperialismo* (1993), no qual amplia seu horizonte geográfico da ação imperial não somente direcionado ao Oriente Médio, mas para os demais territórios colonizados, tomando o cuidado de entender as geografias menos pela sua dimensão espacial do que como uma maneira de classificação elaborada pelo ocidente. Em *Cultura e Imperialismo*, obra na qual esta dissertação se deterá com mais atenção, não somente está em jogo o discurso orientalista, mas o choque de narrativas causado pela resistência gerada pelas regiões colonizadas nos séculos XIX e XX. Entram em jogo também as estratégias narrativas que reforçaram os processos de descolonização em todo o mundo, em uma disputa entre “um modelo geral de cultura imperial em âmbito planetário e uma experiência histórica de resistência contra o império” (SAID, 2011, p. 10), recusando qualquer interpretação das relações coloniais que coloquem um não ocidental passivo diante de um ocidental absoluto. Por “cultura” o autor entende que

Todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. Incluem-se aí tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária (SAID, 2011, p. 10).

Dentro desses limites para a análise da cultura, o romance apresenta-se não como simples objeto de análise para se compreender um determinado contexto, mas por trazer à tona a dramaticidade das relações humanas. As narrativas históricas e literárias andam de braços dados, uma vez que é pelo narrar que se manifestam as diversas visões de mundo. Na relação entre cultura e imperialismo proposta por Said (2011, p.11), o ato de narrar torna-se basilar porque, se de um lado “as histórias estão no cerne daquilo que

dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo”, como contrapartida “elas [as histórias] se tornam também o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles”.

Configura-se então uma disputa de narrativas. Tanto o impulso imperial cria as suas narrativas (tais como, segundo Said, *Grandes Esperanças*, de Charles Dickens, e *A Estrada de Botany Bay*, de Paul Carter, ou *Nostramo* e *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad) que justificam a sua empreitada dominadora, quanto os colonizados partem para a mesma estratégia, numa dinâmica de autoexclusão entre o “nós” e o “outro”, situando essas narrativas com o fortalecimento dos vínculos identitários nacionais. Em *Mayombe*, Pepetela recorre à estratégia narrativa da espectralidade de Portugal como forma de valorização da identidade nacional angolana.

Interessa sobretudo a dimensão política no pensamento de Said, em como a prática literária e cultural em geral estão ligadas à dominação e, em contrapartida, a uma resposta a ela. Em suma, coloca-se na obra de Pepetela uma Angola expressa não somente a partir de um imaginário criado pelo dominador português, mas sobretudo o modo como os recursos elaborados por angolanos para romper com esse lugar desqualificado e subalternizante. À medida que surge da própria experiência colonial uma multiplicidade de agentes, confirma-se “o desejo de ser independente, de falar livremente e sem o peso da dominação injusta” (SAID, 2011, p. 22-23)

As literaturas anti-imperialistas que se desenvolveram no século XIX desestabilizaram as narrativas sobre o poder hegemônico ao refutar os estereótipos e a violência “civilizatória”. Esse fato levou a cabo o propósito de revelar alternativas ao domínio imperial e afirmar outras culturas e formas sociais. Escritores como Chinua Achebe, Ngugi wa Thiongo, Salman Rushdie e claramente o próprio Pepetela, em conjunto com as reflexões dos já referenciados Frantz Fanon e Amílcar Cabral, além de C.L.R James e Walter Rodney, combateram a insistência do Ocidente em fetichizar e exotizar toda a vastidão do mundo não ocidental.

O paradoxo criado pelo colonialismo é que, ao passo em que se alargam as fronteiras da dominação, não se pode esquecer que

O mundo mudou desde Conrad e Dickens, e de uma maneira que surpreendeu, e muitas vezes alarmou americanos e europeus metropolitanos, que agora enfrentam grandes contingentes populacionais de imigrantes não brancos em seu próprio meio, e se defrontam com um rol impressionante de vozes recém-assumidas pedindo ouvidos para suas narrativas. Graças ao processo globalizado

desencadeado pelo imperialismo moderno; ignorar ou minimizar a experiência sobreposta de ocidentais e orientais, a interdependência de terrenos culturais onde colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao outro por meio de projeções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais, é perder de vista o que há de essencial no mundo dos últimos cem anos (SAID, 2011, p. 22).

A explosão do mundo colonial, as mais de cem independências proclamadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, culminou com o abalo da estrutura retórica – a literatura incluída aí – desenvolvida pelo Ocidente sobre os povos dominados. As vozes e reivindicações que surgiram daí, ao não se reconhecerem no espelho construído pelo dominador, enfrentaram de frente o “edifício maciço do império ocidental”.

“Dar o passo decisivo”, como diria Edward Said (2011) ao refletir sobre o ímpeto da luta pela descolonização, não aconteceria sem uma cultura que alimentasse o declínio da ideia de dominação. O que fazem Fanon, Amílcar Cabral e Pepetela é “conceber ideias de libertação e imaginar uma nova comunidade nacional” (SAID, 2011, p. 314), forçando um esgotamento dos mecanismos que justificam o colonialismo. Aqui está a utopia.

Se por um lado, é necessário evitar o binarismo que opõe imperialismo e nacionalismo, privilegiando as análises que considerem a instabilidade das relações de poder e a variedade de perspectivas que derivam das descolonizações, por outro, não se pode deixar de considerar o protagonismo exercido pelos movimentos nacionalistas que inflamaram as colônias, sobretudo no século XX. Embora *Mayombe* polarize o contexto colonial, pela necessidade imediata de (tentar) superar o quadro de exploração colonial, não é possível omitir da obra que a experiência nacional é heterogênea, multivocal e lamentavelmente violenta. Essa estratégia narrativa de Pepetela dialoga com as análises de Fanon sobre a visão radicalizada da estrutura colonial.

Apesar das contradições e conflitos inerentes ao panorama que se abre com as independências, habilmente contadas por Pepetela, é fundamental situar as literaturas africanas também pela contribuição que elas deram para a formação de um volume crítico anti-imperialista, uma vez que “não existiu uma condenação global do imperialismo até o momento em que se tornou impossível ignorar ou vencer as revoltas nativas” (SAID, 2011, p. 374).

Essas recentes nações surgem dentro do ambiente designado por Stuart Hall como “modernidade tardia” (2011). Imaginar a nação, cultura e identidade nacional já não ocorre sob a lógica da homogeneização iluminista, tampouco os papéis sociais são

naturalmente aceitos. Como um reflexo do descentramento do próprio sujeito, a nação assume não só as suas similaridades, mas sobretudo suas diferenças. Novas discursividades tornam-se preponderantes para se compreender a concepção hodierna de nação. Raça, gênero, classe, diferenças regionais e étnicas, e disputas políticas formarão o terreno onde a cultura nacional irá se desenvolver.

O ano de 1968 é assim um marco emblemático para essa mudança de paradigma, pelo amplo leque de bandeiras que surgem ou ganham mais força neste momento: os movimentos revolucionários do terceiro mundo, as lutas por direitos civis, o feminismo (fundamental no movimento de descentramento do sujeito), os movimentos negros em todo ocidente, assim como os movimentos anticapitalistas e antiestalinistas. Todos eles marcados por uma “política de identidade” e “uma forma cultural forte”(HALL, 2011, p. 45).

A nação, ao invés do arcaico entendimento homogeneizante das diversas características sociais, parte de suas múltiplas identidades que delineiam a vida (coletiva ou individualmente, subjetiva ou objetivamente), entendendo-se “enquanto espaço de negociações das diferenças” (BARBOSA, 2011, p. 214). Para Hall (2011), assim como para Benedict Anderson (2008), as formas de imaginar a nação moderna passam basicamente pelos recursos capazes de narrá-la, ou seja, as imagens, literaturas, símbolos nacionais que criam os vínculos coletivos e que dão sentido às experiências históricas.

Levando em conta as obras *Mayombe* e *Predadores* como narrativas paradigmáticas sobre o percurso da nação angolana, é possível afirmar que, enquanto a primeira almeja criar um “sentido de comunidade restaurada”, por meio da figuração do encontro da elite nacionalista com a massa, a segunda, por sua vez, desenvolve sua crítica também com o intuito de mostrar que a condição periférica de Angola não se dá apenas pela coação das potências hegemônicas, mas também pelo pacto dessas potências com as elites locais, quase sempre subservientes, e sem as quais a efetivação da exploração do país no atual contexto capitalista seria inviável. Dessa forma, expressa-se o movimento de utopia e distopia na obra pepeteliana.

Levando-se em consideração que essas duas obras de Pepetela situam contextos históricos distintos – ainda que intimamente ligados – é fundamental pensar a questão nacional não somente a partir das matrizes políticas, como as ideias de Fanon e Cabral, elaboradas no calor dos processos de descolonização, e também as anteriores a eles, como as de Negritude e Pan-africanismo, já mencionadas no capítulo anterior. É necessário

olhar em que medida todas esses pensadores dialogam com o atual cenário, com as transformações ocorridas nesses Estados.

2.2. Pepetela entre seus pares: panorama sobre a literatura angolana

É reconhecida dentro da obra de Pepetela o movimento que vai da utopia, da convicção da luta anticolonial e da formação do país orquestrada pelo MPLA, até o que a crítica tem chamado de distopia, relacionado à crise do atual modelo político e ao não atendimento das aspirações socialistas defendidas na década de 1960/1970. Do momento utópico, fazem parte suas primeiras obras: *Muana Puó* (1969), *As Aventuras de Ngunga* (1972) e *Mayombe* (1971). Do momento distópico, as obras que seguem sobretudo a partir da década de noventa, como por exemplo *A Geração da Utopia* (1992), *O Desejo de Kianda* (1995), *O cão e os caluandas* (1979-1983) e *Predadores* (2005).

A relação entre a diegese e o contexto histórico de Angola é sempre muito íntima em Pepetela. Tal qual “um escritor com vocação para historiador” (MATA, 2009, p. 198), ele estabelece seus diálogos com o passado a partir das encruzilhadas atravessadas pelo seu presente. Seu questionamento é montado tendo como base os dilemas ligados a Angola, e eles variaram bastante entre a confecção de *Mayombe* e a publicação de *Predadores*.

Em *Mayombe*, assim como em *As Aventuras de Ngunga* ou *Muana Puó*, a preocupação de Pepetela é a construção das bases para a nação angolana. Para isso, foi necessário incorporar à sua ficção um caráter de afirmação quanto à necessidade de fazer uma guerra contra o colonialismo português, não somente como uma tentativa de devolver ao povo o seu controle sobre o futuro, mas também ressaltar seu orgulho, massacrado pela violência colonial, atribuindo assim uma certa grandeza épica ao passado. *Mayombe* é, como bem observa Inocência Mata (2009), um testemunho, uma narrativa que dá sentido ao passado. A própria narrativa, então, ganha uma instrumentalidade educativa:

Um país que tem estado em guerras cruéis constantes e não se fracionou (nem parece ter tendência para isso) é porque tem algum cimento muito forte a ligá-lo. A questão é: de onde vem esse cimento?

Há evidentemente outros fatores, até de ordem política, mas sem dúvida que a História tem peso nesse processo. E neste caso pode dizer-se que é ideológico considerar-se o passado como fonte do conhecimento do presente (MATA, 2009, p.194).

Reconhecidas por atribuir à sua narrativa uma dinâmica de história-processo¹⁴, as obras inaugurais de Pepetela - *Muana Puó*, *Mayombe* e *As Aventuras de Ngunga* - não se aprofundam em um passado secularmente distante. Nelas, emergem a urgência da “história imediata” (SERRANO, 1999, p. 133), ou a imposição das contingências do seu tempo determinadas pela guerra contra Portugal. Já em obras como *Lueji* (1988) ou *A Gloriosa Família* (1996-1997) a dimensão temporal é alargada para uma perspectiva de longa duração.

Dois aspectos marcam *Mayombe*: o seu caráter testemunhal, com o intuito de fornecer uma narrativa para o processo de independência, um registro para os dramas vivenciados por Angola e para o qual se poderá retornar quando o passado colonial for questionado, e também um “lugar” a partir do qual a nação passou a se imaginar.

Daqui a uns tempos não haverá pessoas que tenham vivido a situação colonial por “dentro”. E toda a nova geração deverá ouvir falar, apenas. Há de haver textos de história sobre o que era o colonialismo, o que era a mentalidade do colono, etc., mas forçosamente texto de história, é uma coisa fria... e as pessoas acabam por imaginar o que seria, mas não compreender profundamente, e aí é o papel do romance, fundamental, para a nova geração conseguir “viver” um pouco o que era a vida antes. Aí há também uma preocupação de registrar para a história (SERRANO, 1999, p. 138-139)

Não obstante, a aproximação da diegese com o campo historiográfico não acontece meramente por questões estéticas, tampouco para comemorar fatos passados – por exemplo, a Independência – de forma estéril, “mas como veículo de uma reflexão sobre a própria condição presente do país e sua projeção futura” (MATA, 2006, p. 57-58). A tentativa de criar um quadro sobre o passado tem, portanto, o intuito de colaborar na organização de uma memória coletiva acerca do passado, uma vez que

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras (SAID, 2011, p. 34).

Se, como observa Edward Said (2011), o presente é moldado pelas representações que fazemos do passado, não seria muito dizer que muitas das obras de Pepetela, ao se

¹⁴ Autores como Rita Chaves, Benjamin Abdala Júnior, Inocência Mata, dentre outros, demonstram como a narrativa de Pepetela está profundamente conectada ao processo histórico de formação de Angola.

colocarem como representação de um determinado passado, tentam nos fornecer maneiras de compreender e acessar este passado, entrecruzando as narrativas histórica e literária. Uma vez que ambas são “discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem *o mundo como texto*” (PESAVENTO, 2003, p. 32, grifo do autor).

No momento da escrita de *Mayombe*, fala mais alto o escritor engajado na guerrilha, comprometido com a libertação do seu país. Daí que o senso orientador de sua narrativa está voltado para a luta anticolonial. Passado o 11 de novembro de 1975, assegurado o êxito na luta contra a colonização portuguesa, o olhar de Pepetela para o passado vai ganhando outra dimensão.

Temos, então, no contexto de suas obras escritas após a independência, uma certa aproximação entre a narrativa ficcional e o discurso oficial do Estado, ainda que a primeira, desde o momento inicial, entenda o sujeito e a nação dentro de uma perspectiva descentrada; ao passo que o segundo, por questões pragmáticas, pretende anular a multiplicidade identitária. Essa aproximação acontece justamente no intuito de atribuir ao passado uma “edificação moral” e um dever patriótico (MATA, 2009), reforçando a ideia de que a narrativa é ao mesmo tempo reflexo e campo delimitador da ideologia.

O movimento utopia-distopia presente na obra de Pepetela não pode ser caracterizado simplesmente como a figuração da renúncia ao projeto socialista. Na medida em que o contexto político social se altera, as formas de encarar o presente e estabelecer vínculos com o passado também mudam. Se em *Mayombe* ou *As Aventuras de Ngunga*, o objetivo é valorizar a ação política e a luta contra a colonização portuguesa para que Angola pudesse gozar um horizonte livre, em obras subsequentes, a exemplo de *Predadores*, *A Geração da Utopia* ou *O Desejo de Kianda*, a perspectiva de Pepetela se altera com as transformações do país. Mudaram-se os agentes históricos e as relações de poder no contexto nacional e internacional. Como um autor que vivencia e se sensibiliza com as tensões de sua época, Pepetela transforma o romance num canal para a expressão dos conflitos e paradoxos angolanos.

Temos então, em *Mayombe* e *Predadores*, duas obras que expressam uma dinâmica histórica característica do contexto pós-colonial, analisada por Frantz Fanon (1968) e Edward Said (2011) que pode ser colocada, de maneira sintetizada, nas etapas de: a) deflagração, quando os movimentos por libertação se voltam contra as metrópoles, e o momento sobre o qual *Mayombe* aborda e foi escrito; b) cooptação, quando os

movimentos vitoriosos tornam-se governo, fagocitando as forças de libertação, cujas características são anunciadas em *Mayombe* e tragicamente confirmadas em *Predadores*; e c) reforma, ou aquilo que a crítica especializada no processo político de Angola tem chamado de “recomposição”, ou seja, quando as recém-nações precisam assumir seu lugar na periferia da ordem global, negociando a exploração da mão de obra nacional (quando lhe interessa). A narrativa de *Predadores* aborda estes dois últimos pontos.

São muitos os elementos que Pepetela utiliza para formular seus questionamentos e elaborar a tessitura de sua narrativa, agindo em alguns casos como um pesquisador de fato, visitando arquivos e consultando fontes primárias, processo importante na escrita de *Yaka* (1983) e *A Gloriosa Família*. Além disso, ressalta-se a marca da oralidade, da recorrente utilização de expressões em quimbundo ou tchokue, e do falar coloquial caluanda.

A oralidade se revela em Pepetela como forma de afirmação identitária nacional, mas também como estratégia narrativa. A recorrência de múltiplas narrações em sua obra, na intenção de criar um fluxo entre os pontos de vista do narrador, autor e personagens, está ligada às tradições orais angolanas. O autor referencia a narração oral como fonte para o trânsito entre “a pele do narrador e o discurso de cada um dos personagens” (MARCON, 2011, p. 37), aumentando o sentido do vivenciado em seus romances.

2.3. As múltiplas espacialidades e seus sentidos no olhar de Pepetela

O espaço é também outro elemento importante na constituição do romance em Pepetela. Em *Mayombe*, observa-se uma relação metonímica entre a floresta que dá nome à obra e à própria nação em formação. A cidade de Luanda é também cenário para expor as contradições e belezas do país. O espaço traz as marcas das cisões provocadas pela violência colonial, mas também a marca dos encontros, desencontros e confrontos, frutos da modernização de Angola.

Aqui aparece outro diálogo com as análises de Fanon. Em *Os Condenados da Terra*, a organização do espaço e suas divisões simbólicas e concretas ocupam um papel de destaque. Para Fanon (1968), o “mundo colonizado” é essencialmente um mundo dividido, com suas partes em disputa. O asfalto e o musseque. Enquanto a cidade do colonizador é estruturada, organizada, limpa; a cidade do colonizado é refém da precariedade, desassistida pela falta de energia e alimento, e submetida à lógica da

dominação. Tal disparidade só poderia ser garantida pela violência das armas disponíveis ao colono. Nas palavras do intelectual,

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: "Eles querem tomar o nosso lugar". É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono (FANON, 1968, p. 29).

Essa dura reflexão serve como balizadora para as relações entre *Mayombe* e *Predadores*. Se na primeira a floresta é o espaço em disputa, significando a tomada do controle sobre o espaço e a tentativa de pôr fim à cisão provocada pelo colonialismo, na segunda, como veremos, o bairro do Alvalade, em Luanda, ocupado por portugueses no período colonial, será tomado pela nascente elite angolana, confirmando de algum modo a “inveja” do colonizado pelo colono. A pós-colonialidade, portanto, é formada também pelo espectro do colonialismo.

A cidade de Luanda é, toda ela, a concretização da dicotomia das relações coloniais, assim como das várias desigualdades trazidas que marcam o período posterior à Independência. A capital angolana assume uma centralidade porque está diretamente ligada ao surgimento do MPLA. A origem do movimento está ligada à inteligência que se formou a partir da cidade em conexão com o exterior. Para além da dimensão política, a cidade é também espaço onde as desigualdades se revelam.

Não por acaso, algumas alegorias presentes na obra de Pepetela que correlacionam seu texto ao debate pós-colonial estão ligadas a Luanda. Isso porque a cidade carrega a herança de uma espacialidade dicotômica, rigorosamente separada pelo colonialismo português¹⁵. O espaço é construído sobre bases materiais muito frágeis, condicionando o

¹⁵ Característica marcante na obra de José Luandino Vieira, sobretudo em *Luuanda* (1963), e traço profundamente desenvolvido por Boaventura Cardoso em *Noites de Vigília* (2012), obra que dá ao leitor uma dimensão de como os conflitos travados entre as forças militares portuguesas e a população caluanda estavam ligados à forma de ocupação da cidade. Os musseques aparecem aqui não como zona de exclusão

futuro ao seu passado trágico e aos próprios limites do cenário político. O precário prédio de *O Desejo de Kianda*¹⁶ é um desses recursos utilizados para figurar a experiência pós-colonial angolana:

Um cântico suave, doloroso, ia nascendo no meio das águas verdes e putrefatas que durante os anos se foram formando ao lado dum edifício em construção no Kinaxixi. Um prédio de dez andares, cujas obras pararam com a Independência. O prédio já tinha inquilinos, vindos não se sabia de onde. Primeiro, foram os andares de baixo a ser ocupados. Como não tinha paredes completas, puseram cartões e contraplacado. Improvisaram escadas, pois a principal não estava acabada. Mais gente sem abrigo foi atraída pelo prédio. Mais apartamentos foram ocupados. Ao lado, a lagoa ia crescendo, os peixes também. Havia tanta falta de residência na cidade que nenhuma autoridade teve coragem de ir desalojar pessoas. Ao lado, na lagoa, o cântico soava mas ninguém ouvia... Mas ele estava lá, desde há muito tempo... (PEPETELA, 1995, p. 7-21).

A ambígua fronteira estabelecida entre a narrativa ficcional e a narrativa historiográfica/sociológica na obra pepeteliana reforça o desejo do autor em criar sentidos para a nação angolana. Não raro surgem em seus romances, referências à história de Angola, aos momentos relacionados à Independência e aos agentes envolvidos nela. É frequente também a alusão a eventos que marcam a sociedade angolana e seus reflexos no cenário político¹⁷. Daí que o texto de Pepetela acaba por assumir a condição de narrativa histórica, uma vez que serve de “registro escrito e narrativo mais contundente em termos de produção de memória sobre a nação” (MARCON, 2011, p. 40).

A leitura de Pepetela é extensível a todos que se interessam por Angola e desejam conhecer os mais diferentes caminhos trilhados pelo país e seu povo. Entretanto, os aspectos acima mencionados que distinguem seu texto, sobretudo a oralidade e a espacialidade, estabelecem com o leitor angolano uma ligação direta. Para essa categoria de leitor, a familiaridade com os eventos históricos, com as territorialidades de Luanda, surge pela vivência, pelo cotidiano. Sabe-se o que significa morar no Alvalade e não no Catambor e vice-versa.

ou tendo como foco a precariedade de suas constituições, mas ao contrário, como espaços de fortalecimento e empoderamento da população pobre, de onde a resistência ao colonialismo pôde se organizar e também como lugar onde o “EME” conseguiu adesão substancial.

¹⁶ Kianda, ou Quianda, divindade também referenciada no conto de Arnaldo Santos, *Tesouro de Quianda* (2003), escritor contemporâneo de Pepetela.

¹⁷ Em *Predadores*, o casamento de Vladimiro Caposso, narrado em tons farsescos, é realizado como forma de maquiagem interesses obscuros com o Vaticano para a construção de resorts em Luanda. José Eduardo dos Santos, em 1992, depois de entregar os bens nacionalizados à Igreja e receber a visita do Papa, casa-se. Seu casamento foi utilizado para reforçar a imagem de “homem da paz” na conturbada campanha presidencial, realizada no mesmo ano. Ambos fizeram usos de seus matrimônios para finalidades outras vinculadas ao poder.

O foco do questionamento de Pepetela são as relações de poder que envolvem Angola, seja no nível microcósmino, referente às pequenas práticas cotidianas, ou ao nível estrutural, abordando a violência colonial, os embates ideológicos e os jogos de poder geopolíticos nos quais o país se insere. A narrativa está permanentemente ligando as angústias e afetividades do sujeito ao seu contexto social. Na tentativa de dar voz aos sem voz, seu texto se faz a contrapelo do poder hegemônico, seja ele o aparelho colonial português ou o neoliberalismo que privilegia as elites angolanas.

Conforme ressalta Luís Kandjimbo (2015), a literatura angolana se estrutura, em termos gerais, em três pilares: a literatura oral, a literatura elaborada nas línguas nacionais e a escrita em língua portuguesa. Os três aspectos manifestam-se em Pepetela. Enquanto sistema literário, entretanto, é válido considerar que o movimento utopia-distopia é também uma marca identitária de toda a literatura pós-colonial angolana (MATA, 2015).

É possível afirmar, a partir de Said (2011), que o escopo literário produzido na Europa ao longo do século XIX foi fundamental para justificar a empreitada colonial. De outro modo, em um movimento de apropriação da crítica ocidental, o nativo das colônias instrumentalizou sua própria produção literária para a libertação, ao modo proposto por Amílcar Cabral (1975). Uma parte significativa do sistema literário angolano, sobretudo a partir da Geração da Mensagem¹⁸, preparou o terreno para a ação política anticolonial. Não obstante, um número considerável de membros do chamado Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, composto também por escritores, serão os agentes da luta pela “dipanda”, vinculados principalmente ao MPLA.

2.4. O aprofundamento da perspectiva pós-colonial na literatura angolana

Tal qual as características mais marcantes das obras inaugurais de Pepetela, a gênese da literatura angolana dá-se sob a dialética da distinção entre a literatura colonial assimilacionista, estimulada por Portugal em suas colônias, e a literatura que assume a consciência nacional voltada para as questões propriamente pátrias e não metropolitanas, uma vez constatada a

¹⁸ A revista literária *Mensagem*, criada em fins dos anos 1940, foi importante pelo seu propósito de valorização do passado e pela afirmação da identidade angolana. Pepetela publicou nela seus primeiros contos em 1959. Aglutinou inicialmente nomes como Viriato da Cruz, António Jacinto e Agostinho Neto, que comporiam na década de 1950 o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, responsável por elaborar o chamado “*Vamos descobrir Angola*” (CHAVES, 2005). Os três mencionados foram membros do MPLA e se engajaram na luta anticolonial.

impossibilidade de coabitação, na sua terra/país, com os que impõem leis que os próprios não cumprem, que defendem teoricamente princípios e os violam sistematicamente, a coberto de uma hegemonia que lhes confere o poder instituído pela força das armas. Isto é, institui-se na consciência, não mais dos filhos da terra mas dos nacionalistas, a antinomia colonizador/colonizado (MATA, 2015, p. 15).

A literatura angolana também traz a utopia como marca, a convicção na formação da nação livre do subjugo colonial. A consciência literária da polaridade colonizado x colonizador é identificável já no Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Aliás, a tônica do brado *Vamos descobrir Angola* é a valorização das questões nacionais e dos elementos que modulam a identidade angolana. A literatura vai assumindo assim o que Fanon (1968, p. 200) consideraria como um “progresso da consciência nacional”:

De fato, o progresso da consciência nacional no povo modifica e precisa as manifestações literárias do intelectual colonizado. A coesão continuada do povo constitui para o intelectual um convite a ultrapassar o grito. A queixa faz frente ao requisitório e depois ao apelo. Enquanto a princípio o intelectual colonizado produzia pensando exclusivamente no opressor, ou para fasciná-lo ou para denunciá-lo através de categorias étnicas ou subjetivistas, pouco a pouco adota o hábito de se dirigir a seu povo.

Compreende-se melhor a posição assumida por esses intelectuais quando nos defrontamos com as ações de Portugal em relação às suas colônias. O texto da Portaria nº 6.119, de 1926, que regulamentava a produção literária pela Agência-Geral do Ultramar, e que posteriormente subsidiaria o Acto Colonial de 1930, é revelador a respeito da política metropolitana. Em seu texto é possível ler:

Será sempre preferida a literatura na forma de romance, novela narrativa, relato de aventuras, etc., que melhor contribua para despertar, sobretudo na mocidade, *o gosto pelas causas coloniais* (Portugal, Portaria 6.119, de 1926; apud MATA, 2015, p. 15; grifo nosso).

Observamos, no fragmento acima, uma tentativa de naturalização da empreitada colonial, com objetivo de inibir a vinculação identitária entre o angolano e sua terra. No sentido oposto, a mocidade despertaria seu gosto pelas causas nacionais.

Não se pode dizer que a história funcione sempre sob a lógica da causa e efeito, entretanto aqui essa lógica aparece muito bem colocada. O Acto Colonial de 1930 foi um instrumento de caráter administrativo/econômico para o controle do mercado colonial, mas que não deixa de revelar, em certa medida, o “fardo do homem branco”:

Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português. Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes e com a Mãe-Pátria. [...] O Estado não aliena, por qualquer título, nenhuma parte do seu território colonial. [...] os liames políticos e morais entre as metrópoles e as colónias determinam também a existência de uma certa comunidade natural na economia delas. [...] O Acto colonial consagra esta justa doutrina. Depois, firma também a de que, sem lesar uma legítima descentralização, compete à metrópole ser o árbitro supremo da situação recíproca dos interesses que devem estar nos alicerces dos regimes aduaneiros (Portugal, Decreto n.º 18570 de 8 de Julho de 1930, Ponto IV do Preâmbulo; apud GOMES, 2009, p. 38-39).

É contra a norma colonial, portanto, que a geração de 1940 se coloca. Está na gênese do sistema literário angolano a insubordinação contra uma determinada norma vigente. Conforme as considerações de Edward Said (2011), a literatura – sobretudo a poesia – foi um instrumento poderoso para preparar o cenário que se estabeleceu a partir de 1961.

Com o objetivo de estabelecer um protagonismo angolano em sua própria história e elevar o prosaísmo ao nível de objeto literário, não sob a ótica colonial exotizante, mas como marca identitária e de resistência, a utopia de criar a nação foi compartilhada por muitos escritores que formam o cânone literário angolano pós-colonial. Entre eles, estão Luandino Vieira, Arnaldo Santos (ambos mencionados por Pepetela em *O Desejo de Kianda*), Manuel Rui e Boaventura Cardoso.

Esse projeto literário utópico não visou somente à libertação de Angola, mas, a partir desse ponto, a criação de um sentido de passado vivenciado comunitariamente de forma afetiva e naturalizada, elaborando um entendimento mínimo de “nós” sobre o qual a “nação imaginada”¹⁹ pudesse se apoiar e projetar-se para o futuro.

Tais aspectos são as marcas da pós-colonialidade que a literatura angolana carrega consigo, uma vez que

O colonialismo traz logo à mente uma carga de significadores e referentes políticos e sócio-econômicos. Portanto, os antigos colonizados e os seus descendentes, mesmo com o fim do colonialismo oficial, avançam para o futuro de costas, por assim dizer. Os pós-colonialistas encaram o passado enquanto caminham para o futuro. Quer dizer que por mal e por bem o passado colonial está sempre presente e palpável. Está presente na forma da ameaça ou realidade do

¹⁹ Expressão utilizada aqui no sentido de “comunidade imaginada” elaborado por Benedict Anderson (2008), ou seja, a nação como um produto cultural específico do qual a literatura é ao mesmo tempo resultado e artífice, operando um largo sentido compartilhado de fraternidades horizontais mútuas, a despeito de todas as assimetrias e explorações concernentes às modernas nações.

neo-colonialismo, isto sendo uma dependência econômica com respeito à antiga metrópole e às multi-nacionais. Os des-colonizados ainda têm que viver com a herança indelével do colonialismo (HAMILTON, 1999, p. 17).

Não por acaso, tenta-se resgatar uma certa tradição pré-colonial que sirva de anteparo para a sociedade angolana. Vários temas ligados à cultura popular e à natureza passam a fazer parte da produção literária, num exercício de resistência às diretrizes metropolitanas. São ressaltadas o falar corriqueiro, o alimento, a dança, os elementos vinculados à terra, a ancestralidade. Voltar ao passado significa renovar o presente. Conforme destacado por Rita Chaves (2005, p. 55),

A relevância do contexto nesse momento de afirmação coletiva é profunda. Acreditava-se, então, na necessidade premente de separar as águas, e a retórica do entusiasmo com a sua dose de ingenuidade contagia a linguagem, porque contagia a própria visão de mundo em curso. A poesia, sobretudo, é espaço de um vibrante engajamento. Em seu interior, sem hesitação, condena-se o passado colonial e, na sagração de um passado mais remoto, louva-se esse presente que deveria ser assentado em outros valores. Reatar as duas pontas dessa corrente põe-se como condição para a conquista da utopia que se mobilizara a luta.

Conquistada a independência, Angola no entanto não deixa de sofrer as consequências da guerra. Não mais com Portugal, mas com os diferentes grupos que entraram em conflito pela disputa do poder, além dos países ligados a cada um deles. A utopia aspirada nos anos 1950 e 1960 vai se consumindo aceleradamente nos conflitos bélicos e, posteriormente, pela conjuntura neoliberal dos anos 1990.

Se de um lado o teor crítico dos textos passa então a abordar o dissabor da experiência social e política engendrada em Angola após 1975; por outro, fortalece-se o discurso das múltiplas identidades (já presentes em *Mayombe*), o lirismo mais acentuado na narrativa, a introspecção e a memória individual no olhar sobre a guerra e sobre a composição social do país (MATA, 2015).

Só para efeito de ilustração, o dissabor em relação ao quadro social pode ser percebido em narrativas de Pepetela (2005), Ondjaki (2014) e Manuel Rui (2005) por meio da crítica à dieta única baseada no peixe. Os três autores se utilizam – com uma certa dose de humor – do tema para revelar como, num certo período pós-independência, a carência e o racionamento de comida afetavam a vida cotidiana. Em *Predadores* (2005), o peixe frito é a base da alimentação da família de Nacib, quando sua mãe, Celestina,

preparava junto com arroz de tomate e mandioca eseu pai, eventualmente, tinha que escolher entre o almoço e o jantar. Em *Bom Dia Camaradas* (2014), de Ondjaki, o consumo de peixe é o mote para o controle sobre alimentação da população de Angola, que necessitava de um cartão de abastecimento, ao contrário da população de Portugal, que poderia comprar livremente desde que tivesse dinheiro. Já em *Quem me dera ser onda* (2005), de Manuel Rui, o descontentamento com o peixe frito, invariável e enfadonhamente na mesa dos angolanos, é o que gera a decisão de insubordinação de Diogo na criação do porco para o abate.

Do ponto de vista da organização institucional da literatura angolana, outro fator importante foi a constituição, em 10 de dezembro de 1975, da União dos Escritores Angolanos (UEA). Fundada por 32 autores, dentre os quais Pepetela, Luandino Vieira e António Jacinto, e presidida inicialmente por Agostinho Neto, surgiu com o objetivo de promoção da cultura nacional. A UEA foi responsável pelo aumento significativo do número de edições de escritores angolanos até fins dos anos 1980, colaborando para estabelecer aquilo que Inocência Mata chama de “corpus regulador” na literatura do país.

A difusão das publicações ficou, neste período, sob a responsabilidade da UEA e também do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), que negociavam a publicação de autores angolanos no mercado editorial português e brasileiro. Portanto, não somente em relação à ampliação do número de publicações, mas também (e sobretudo) a consolidação da literatura como principal canal de crítica sobre as possíveis interpretações das questões nacionais, essas instituições exerceram um papel estruturante, uma vez que atingiam um público interno e externo (MARCON, 2011).

Ressalta-se que a UEA recebeu, num período que vai de aproximadamente de 1977 até 1989/1990, forte subsídio do Estado, o que impulsionou a produção literária. Passado esse período, já na década de 1990, quando Angola adere à economia de mercado, as publicações ficam a cargo dos próprios autores e autoras em contrato direto com as editoras, o que provoca um declínio expressivo no número de publicações e também no surgimento de novos escritores (MARCON, 2011).

A atuação da União dos Escritores Angolanos e da produção literária em Angola refletem a situação socioeconômica do país, que por sua vez volta a influenciar a escrita. Esse movimento de retroalimentação entre a realidade social e autoria é perceptível na obra de Pepetela. Ainda que em suas obras inaugurais já haja uma crítica aos descaminhos que o MPLA e o processo de independência pudessem enfrentar, a tônica predominante

nas narrativas entre as décadas de 1960 e 1970 – *Mayombe*, *Muana Puó* e *As Aventuras de Ngunga* – é a da crença na luta e no processo de libertação.

A década de 1980, porém, foi um momento em que se observa certas reconsiderações sobre o processo histórico na narrativa de Pepetela. Não coincidentemente, é também o período em que a situação econômica e social de Angola

Conhece um agravamento ímpar. Fenómenos de corrupção e de clientelismo, generalizados quer nas práticas sociais do quotidiano, quer nos actos de poder pela nomenclatura petrolífera do partido, quer nas redes internacionais que vêem no sistema de poder do MPLA a salvaguarda dos seus interesses no país, de arbitrariedade do poder político, de “dolarização” da economia e da expansão da economia paralela, juntamente com os elevados custos do esforço de guerra, produzem uma crise que foi tornando cada vez mais insustentáveis as bases de suporte do regime (GOMES, 2009, p. 120).

Não obstante, a retração nos fornecimentos de serviços públicos, tais como energia, educação e transporte acentuam o distanciamento entre governo e as massas. Esse contexto será compreendido e figurado já em *O Cão e os Caluandas*, escrito entre 1979 e 1983, obra cujo teor satírico dirigido a uma conduta de poder foi quase entendida como “uma provocação ao regime” (CHAVES; MACÊDO, 2009, p. 45). A partir de então, o foco narrativo ganha outros componentes críticos, outras formas de se olhar e representar a organização do poder, mais nítidas, como se tentará mostrar em *Predadores*.

Pepetela, além de membro fundador, presidiu a direção, a Assembleia Geral e foi responsável pelas relações exteriores da UEA. O autor agiu também na sistematização e na consolidação institucional da literatura angolana, colaborando para o preenchimento de uma produção narrativa nacional, uma vez que

A ausência de uma historiografia contundente produzida por angolanos e a presença de uma literatura fortemente instituída com UEA foi dando lugar à sistematização de narrativas sobre a nação no decorrer das primeiras décadas após a independência, que insistiam na idéia de que era necessário evidenciar um modo de “ser” e “estar” distintos da antiga metrópole. Criar alguma convergência sobre a idéia de cultura nacional, como queria Agostinho Neto, passava também pelas escolhas e pela imaginação de alguns intelectuais (e que eram ao mesmo tempo políticos), que estiveram principalmente ligados à literatura e ao MPLA. Após a retirada dos subsídios do governo à produção literária, durante a década de noventa, a literatura produzida pela UEA já havia ganhado estatuto de símbolo nacional. Não só as publicações e os conteúdos em poesia ou prosa tornaram-se registros reconhecidos simbolicamente como nacionais, mas também seus escritores e a própria instituição literária já haviam se tornado símbolos da nação e cânone da autoridade e legitimidade do dizer e do escrever sobre Angola (MARCON, 2011, p. 46-47).

É nesse contexto de complexificação da literatura angolana e da tentativa de sistematização da produção literária que se analisará o processo de formação da nação angolana desenvolvido por Pepetela ao longo de quase seis décadas de escrita, situado aqui entre *Mayombe* e *Predadores*. Os próximos capítulos dedicam-se prioritariamente a estas duas obras, na tentativa de mostrar o esforço do autor para “coser as pontas” desse tempo histórico. Tal como a reflexão do escravo narrador de *A Gloriosa Família*, é preciso alguém com “faro para detectar insignificâncias escondidas que acabam por explicar acontecimentos futuros, tão no futuro que às vezes as ligações não se fazem, ficam escondidas em repouso e o conhecimento se perde” (PEPETELA, 1999, p. 115).

3. *Mayombe* e a imagi(nação): o frágil “nós”

Escrito e narrado em 1971, no auge da guerra anticolonial contra Portugal, *Mayombe* é um romance sobre um grupo de guerrilheiros do MPLA que se encontram em uma base no norte de Angola, na floresta que dá nome à obra. Sob as ordens do Comandante Sem Medo, este grupo representa as diferenças e desigualdades da base social da nação, entre as quais, a heterogeneidade étnica, o racismo, o pertencimento ao campo ou à cidade. Todos estes conflitos surgem nos diálogos entre os guerrilheiros, revelando as dissonâncias por trás da unidade formada para expulsar Portugal. A narrativa se situa entre as dificuldades de se implementar o estado socialista como expressão dos anseios coletivos e as expectativas individuais. A obra é também uma expressão da utopia que poderá se abrir com o fim da exploração colonial.

Os nomes de grande parte das personagens – codinomes de guerra, na maioria dos casos – significam a afirmação da identidade angolana e a premência do conflito armado. Comandante Sem Medo, Lutamos, Verdade, Mundo Novo, Ingratidão do Tuga são nomes ligados ao embate político. Mas há também Muatiânvua e Ekuikui, nomes que se conectam a um passado nobre e poderoso dos angolanos. Todos juntos encarnam o desejo da independência, cuja essência é expressada por Achille Mbembe (2014, p. 22):

É necessário compreender que a sublevação (nomeadamente, a armada), organizada para pôr termo à ascendência colonial e à lei da raça que a sustentava, jamais teria sido possível sem a produção consciente de um poder estranho por parte dos insurgentes – sublime ilusão ou poder onírico? – de uma potência vigorosa e incendiária, de uma estrutura de afectos construída com calculismo e cólera, fé e oportunismo, desejos e exaltação, messianismo, e mesmo de loucura, e sem uma tradução desse fogo em linguagem e em práxis: a práxis da eclosão, do nascimento, da emergência. O horizonte traduzia-se pela inversão dos antigos vínculos de sujeição e pela ocupação de um novo lugar no tempo e na estrutura do mundo.

São incertos os motivos que levaram Pepetela a se debruçar sobre sua máquina de escrever e criar *Mayombe*. Uma hipótese é que a obra tenha se originado a partir de um comunicado de guerra. O autor era responsável por enviar informações sobre uma operação militar e essa função teria aberto um caminho para o desenvolvimento do livro (FORNOS, 2006). Outras possibilidades seriam uma cobertura jornalística feitas por Pepetela sobre as atividades do MPLA ou ainda, como um roteiro para o cinema (CHAVES, 2009). Seja qual for – e mesmo que seja um cruzamento das três possibilidades –, a obra serve como uma síntese dos embates mais sensíveis da então

embrionária nação em sua jornada utópica e, “apesar de ser ficção, é uma ficção baseada numa realidade que existiu. Muitos dos acontecimentos também são fictícios, mas há outros que são verdadeiros mesmo” (*Crioula* USP, entrevista, 2010, s/p). A obra surge das inquietações de Pepetela, de sua ligação orgânica com a trajetória de Angola:

Escrevi porque tinha necessidade de escrever. Estava em cima de uma realidade que quase exigia que eu escrevesse. Escrevendo eu compreendia melhor essa realidade; escrevendo eu atuaria também melhor sobre a própria realidade. Não quanto à obra escrita, mas pela minha atuação militante para melhor compreensão dos fenômenos que se passaram. Mas escrevia também para compreender melhor esses fenômenos (SERRANO, 1999, p. 136).

Mayombe ocupa dentro do projeto literário de Pepetela um espaço sobre o qual serão edificados os vínculos narrativos sobre um passado, colaborando para a importância da literatura – em particular o gênero romance – no papel de reformulação e consolidação de uma memória sobre o passado coletivamente compartilhada.

A obra oscila entre a tônica da ruptura e do concílio. Ruptura em múltiplos sentidos, já que ela se volta contra uma tradição literária colonial, elaborada a partir de um olhar exotizante sobre o negro, desvinculada de uma relação mais íntima com a natureza e que ignorava a diversidade étnica do país. Em um sentido mais genérico, *Mayombe* rompe com a lógica silenciadora característica do colonialismo (CHAVES, 2009).

Por outro lado, a obra revela-se conciliatória na medida em que fala sobre amalgamentos identitários e possíveis laços de solidariedade. “Náufragos numa ilha que se chama *Mayombe*” (PEPETELA, 2013, p. 20), para concretizarem sua nação utópica será necessário, além de se apropriarem deste estranho território marcado em tantas linhas retas pela violência do imperialismo europeu, conquistar as diferentes etnias e formar com elas um povo. O desejo por um outro mundo, livre da violência, pode ser expressado pela personagem *Sem Medo*:

Os olhos de *Sem Medo* iluminaram-se. Sentiu nas narinas o vento do Planalto que conhecera na sua juventude. Viu as vertentes imponentes da Tundavala, onde o Mundo se abria para gerar o deserto do Namibe. Sentiu o perfume do eucalipto nas montanhas do Lépi, recordou os campos de milho do Bié e do Huambo, as bandeiras vermelhas das acácias no Chongorói, tudo indo dar , descendo, aonde a terra morria e os escravos do passado perdiam para sempre seu destino. Viu Benguela, antigo armazém de escravos, o quintalão de engorda dos negros, como bois, esperando o barco para a América. Lá se abria o caminho da América, mas se fechava o caminho da vida para o homem negro. Agora, Benguela não seria o cemitério antecipado do Novo Mundo, mas

a porta aberta para o Mundo novo. – Seria o paraíso, sussurrou [Sem Medo] (PEPETELA, 2013, p. 161-162).

O debate sobre unidade nacional e o nacional-popular, temas caros ao pensamento nacionalista em África e particularmente em Angola, é também uma preocupação que perpassa grande parte da trajetória do MPLA. Esse debate acontece fundamentalmente em dois momentos: primeiramente, no sentido de um alinhamento mínimo entre os vários segmentos que compõem o movimento; e, posteriormente, já após a Independência, a busca do MPLA pela ampliação de sua legitimidade junto à sociedade.

Mayombe se insere no primeiro momento. A “unidade nacional” se apresenta como discurso e práxis necessários para animarem uma enorme fraternidade, capaz de dar fim ao colonialismo, e ainda longe dos compromissos obscuros formados em nome da hegemonia política ou da descrença causada pela *realpolitik*. O contexto de escrita da obra é aquele em que o colonizado,

esse povo deserddado, habituado a viver no círculo estreito das lutas e das rivalidades, vai proceder numa atmosfera solene ao arranjo e à purificação da fisionomia local da nação. Num verdadeiro êxtase coletivo, famílias inimigas decidem apagar tudo, tudo esquecer. Multiplicam-se as reconciliações. Os ódios entranhados e ocultos vêm à superfície para serem mais seguramente extirpados. O ascendimento da nação faz avançar a consciência. A unidade nacional é em primeiro lugar a unidade do grupo, o desaparecimento das velhas querelas e a liquidação definitiva das reticências (FANON, 1968, p. 109).

Diferentemente de um sentido de unidade nacional que reproduza de forma coercitiva uma identidade única – o que inviabilizaria o projeto de nação –, os sentidos de unidade nacional buscados por Pepetela em *Mayombe* ressaltam um paradoxo. Ainda que destaque a importância da unidade para organização da luta anticolonial, o autor não se afasta de outros embates de seu tempo: os conflitos étnicos.

Mayombe pode ser estudado a partir do conceito de “modernidade tardia”, cujos acontecimentos definidores são, entre outros, os movimentos sociais que emergem nos anos 1960, entre os quais, o feminismo, os movimentos contraculturais, as lutas revolucionárias do Terceiro Mundo e as lutas por direitos civis (HALL, 2006). Assim, enquanto o universo colonial se mostra dicotomizado, Pepetela tenta abrir um outro horizonte para o sujeito, a partir de referenciais descentrados. Suas personagens apresentam-se de forma aberta, contraditória e inacabada. As convicções que regiam as

relações sociais (étnicas, hierárquicas, de gênero e raça) estão todas em processo de desarticulação. Para Inocência Mata (2006, p. 51-52), *Mayombe* é

Um romance radical em termos estéticos. Radical em termos temáticos: um grupo de nacionalistas com poucas afinidades entre si para além do objetivo comum que os mantém ali, na floresta, um universo que não tem Luanda como pano de fundo – Luanda que sempre funcionou na literatura como metáfora do país, desde a estética fundadora da “geração da *Mensagem*”; radical em termos técnicos compositivos: vários narradores que contam uma mesma história em que todos são protagonistas, num espaço que se move entre Mayombe, a grande floresta da região de Cabinda, e Dolisie, pequena cidade na República Popular do Congo; radical em termos semântico-pragmáticos: a singularidade de cada protagonista manifesta-se na sua origem e, mais importante ainda, na diversidade das visões sobre a luta e das razões de cada um, embora suas vozes conformem uma crónica unificada e centrípeta.

A epígrafe²⁰, por sinal, já aponta para a relação ambígua que envolve o sujeito em *Pepetela*, própria do contexto pós-colonial. Sem Medo é Ogun, o orixá cujo domínio é a guerra, que se tornou divindade por sacrificar-se em busca de redenção. E Ogun, por sua vez, é Prometeu, deus grego protetor dos mortais. Ambas as divindades possuem grande força, capazes de confrontar entidades supostamente superiores. Mas Sem Medo também é Cristo, da mesma maneira disposto a se doar pelo seu semelhante. Não por acaso, são muitas as referências ao longo da obra da formação cristã de Sem Medo e do fato de a personagem colocar-se quase sempre como um confessor para os demais guerrilheiros na base. Assim, temos um jogo de relações pós-coloniais: ao se afastar de uma matriz europeia (o cristianismo), afirma uma africana (iorubá). A relação paradoxal entre uma simbologia europeia e outra africana também se traduz no pensamento de Amílcar Cabral (1975, p. 72-74), quando elabora o que chama de “resistência cultural”:

Devemos trabalhar muito para liquidar na nossa cabeça a cultura colonial, camaradas. E queiramos ou não, na cidade ou no mato, o colonialismo meteu-nos muitas coisas na cabeça. E o nosso trabalho deve ser tirar aquilo que não presta e deixar aquilo que é bom. Porque o colonialismo não tem só coisas que não prestam. Devemos ser capazes, portanto, de combater a cultura colonial e deixar na nossa cabeça aquele aspecto de cultura humana, científica, que porventura os *tugas* trouxeram para a nossa terra e entrou na nossa cabeça também. A nossa resistência cultural consiste no seguinte: enquanto liquidamos a

²⁰ Aos guerrilheiros do Mayombe,
que ousaram desafiar os deuses
abrindo caminho na floresta obscura
Vou contar a história de Ogun,
o Prometeu africano (PEPETELA, 2013, s/p).

cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura no nosso espírito, no nosso meio, temos que criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições também, mas respeitando tudo quanto o mundo tem hoje de conquista para servir ao homem.

De partida, ao referenciar (ou reverenciar) Ogum, a obra sinaliza que seu tema será a guerra. Longe das imagens fratricidas exploradas hodiernamente por um discurso sensacionalista constantemente associado à África, e que acaba por reiterar o estigma de irracionalidade secularmente construído sobre o continente, a guerra em *Mayombe* é dirigida, ideologicamente circunscrita a um discurso e dentro de um propósito. O entendimento sobre o que seja e qual a finalidade da guerra está muito próximo do sentido de luta armada desenvolvido em *Os Condenados da Terra*. Para Fanon (1968, p. 108),

As múltiplas revoltas nascidas nos campos atestam, por todas as partes em que surgem, a presença ubiqüitária e geralmente densa da nação. Cada colonizado em armas é um pedaço da nação doravante viva. Tais revoltas põem em perigo o regime colonial, mobilizam-lhe as forças ao mesmo tempo que as dispersam, ameaçando a todo instante asfixiá-las. Obedecem a uma doutrina simples: façamos com que a nação exista. Constituamos uma frente comum contra o opressor e reforçemos essa frente com a luta armada. A arte política transforma-se simplesmente em arte militar. O militante político é o combatente. Fazer a guerra e fazer política é uma coisa só.

O primeiro capítulo – A Missão – aborda este processo de conquista do povo. Trata da tomada de um acampamento de extração madeireira feita por empresas portuguesas e protegidas pelo exército colonial, mas cuja mão-de-obra é de “cabindas”. Finalidade última da colonização, a exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais realizados pelas companhias europeias foi garantida pela utilização massiva das forças militares metropolitanas. O grande capital internacional andou de braços dados com o aparato militar na extração de riquezas (FANON, 1968). Não coincidentemente, a missão figurada em *Mayombe* é dirigida a uma companhia de exploração de madeira – e que portanto estava violando a terra, acabando com a floresta – guarnecida pelo próprio exército português. Como expressa o Comissário ao Comandante Sem Medo,

Se impedirmos essa exploração de continuar a roubar a nossa madeira, é um golpe econômico dado ao inimigo, está porreiro. Além disso, vamos atacar num sítio novo, o que é bom em relação ao povo, que nem sequer pensa em nós... pelo menos, aparentemente (PEPETELA, 2013, p. 19).

Após a tomada do acampamento, segue-se uma série de questionamentos e propostas discordantes entre os guerrilheiros sobre o que fazer com os trabalhadores. Num entendimento mais raso das relações de exploração, o Chefe de Operações defende o extermínio dos trabalhadores, já que são cabindas a serviço do colonizador. Por outro lado, o Comandante e Lutamos querem convencer o grupo de trabalhadores a apoiar a luta do MPLA, o que significa a tentativa de conectar um projeto político de país ainda sem adesão popular ao próprio povo, representado pelos trabalhadores. É durante esta ação que se compreende, pelo diálogo entre guerrilheiros e trabalhadores, a cisão artificial provocada pelo colonialismo e seus tentáculos, aqui nominalmente citados: Diamang e Cotonang. Guerrilheiros e trabalhadores, afinal, começam a se reconhecer como aliados.

Aqui vale ressaltar mais uma vez a profunda relação criada entre a narrativa ficcional de Pepetela e os eventos históricos. A atuação dessas duas empresas, principalmente nas regiões do Malange e da Lunda, próximas portanto a Cabinda e à floresta Mayombe, foram fundamentais para a exploração portuguesa em Angola. Agiram como extensões dos interesses econômicos metropolitanos. A Diamang – Companhia de Diamantes de Angola, fundada em 1917, era controlada por grupos de Portugal, Estados Unidos, Bélgica, Inglaterra e África do Sul. Cotonang – Companhia Geral dos Algodões de Angola está no epicentro da guerra por libertação. O episódio da revolta da Baixa de Cassanje (entre dezembro de 1960 e março de 1961) foi um levante difuso dos camponeses em resposta ao trabalho exaustivo nas plantações da empresa e o impedimento das culturas tradicionais. Envolveu ações que foram desde a recusa em trabalhar na colheita até assaltos a armazéns. A revolta foi imediatamente rechaçada pelo exército e aviação portuguesa lançando bombas de napalm e provocando o massacre de cerca de 20.000 camponeses²¹ (FREUDENTHAL, 1995-1999).

Esse acontecimento ocupa um lugar fundamental na aproximação do MPLA, movimento caracteristicamente urbano, como mencionado no primeiro capítulo, com a massa de trabalhadores camponeses, iniciando um processo de infiltração de um certo ideal nacionalista.

²¹ Alguns poemas foram escritos denunciando a exploração causada por estas companhias ou referenciando o diamante e o algodão. O consagrado poema de Agostinho Neto, “Havemos de Voltar”, escrito em 1960, em cujos versos pode se ler “havemos de voltar/ Às nossas terras vermelhas de café/ brancas de algodão/ havemos de voltar/ às nossas minas de diamantes...” (NETO, 1976, p. 46). Ou ainda o poema “Estrada”, de Luandino Vieira: “Branco algodão/ crescendo/ corpos negros/ na cacimba/ Que razão seriam/ fevereiro/ acácias sangrando vermelho/ verdes sisais/ cantando o parto/ da única flor?! Não param as colheitas!” (VIEIRA, 1963).

Assim que a ação é realizada e o *bulldozer*²² explodido, os guerrilheiros entram em contato com os trabalhadores, todos cabindas. Sem saberem ao certo como proceder, iniciam uma tentativa de diálogo. Lutamos, único cabinda do grupo de guerrilheiros, tenta conversar com os trabalhadores na língua fiote e imediatamente é proibido pelo Comandante Sem Medo.

O interrogatório continuou e alargou-se aos outros prisioneiros. Lutamos pedira autorização para falar com eles em fiote, mas o Das Operações respondeu que não valia a pena. O Comissário ia intervir. Sem Medo pegou-lhe no braço, exigindo silêncio. E Sem Medo mantinha o interrogatório em português, *língua que todos falavam, bem ou mal* (PEPETELA, 2013, p. 32).

A passagem é relevante do ponto de vista do paradoxo criado pela pós-colonialidade. Demonstra que o futuro país liberto inevitavelmente carregará consigo a herança do colonizador. Agora, porém, numa tentativa de que essa herança – no caso, a língua portuguesa – seja fator de conciliação.

Não se pode deixar de lado, entretanto, o fato de que o colonialismo português levou ao limite a violência em Angola²³. Não houve concessão para independência mesmo diante da crescente atividade de luta armada. A persistência da exploração colonial pode ser explicada pela condição periférica de Portugal no capitalismo global (SANTOS, 2003), uma vez que Angola era sua colônia mais rica.

Ampliando um pouco do esquema desenvolvido por Fanon (1968), a acentuada violência utilizada pela exploração portuguesa acabou por aproximar mais ainda os movimentos nacionais, sobretudo o MPLA, do povo. Com efeito, *Mayombe* está em diálogo com a perspectiva fanoniana, na etapa de “mobilização das massas” (FANON, 1968, p. 73), ou seja, elabora uma noção de causa comum, uma história e um destino nacional.

Encontramos em *Mayombe* dimensões basilares para a compreensão do sentido de nação elaborado por Pepetela como algo “imaginado”, à medida que estabelece um senso de “camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34) entre pessoas em lugares e em tempos distintos, considerando a relação entre personagens, mas também entre a

²² Trator de esteira ou escavadeira.

²³ Uma narrativa que nos remete à atmosfera de violência vivida em Luanda pode ser lida em *Noites de Vigília* (2012), de Boaventura Cardoso. Já em 1974, às vésperas da Independência, a cidade está mergulhada em conflitos contra os militares, a polícia política portuguesa (PIDE) e civis portugueses.

obra e o leitor (angolano). Além disso, apresenta a construção de um passado coletivamente reconhecido e partilhado.

Assim, o distanciamento campo-cidade, ponto crítico na consolidação dos movimentos nacionalistas e questão recorrente no pensamento de Amílcar Cabral e de Frantz Fanon, aparece como motivo de debates entre os guerrilheiros de *Mayombe*. Tanto os oriundos da cidade quanto os provenientes do campo farão parte, na narrativa literária, de uma nova sociedade. Ademais, os eventos e personagens históricos mencionados começam a pactuar um certo entendimento de passado, no qual a luta anticolonial será o fator aglutinador de um “nós angolanos”.

O primeiro capítulo de *Mayombe* é vasto em sentidos sobre os processos de formação de Angola. Um projeto posto em prática por pessoas culturalmente heterogêneas, mais ou menos ligadas às orientações ideológicas do MPLA e propensas, em sua maioria, a assumirem posições “tribais” diante dos conflitos enfrentados pelo grupo, o que contribui para gerar animosidade entre guerrilheiros, já que havia um histórico de disputas entre as etnias angolanas, habilmente manipuladas por Portugal em seu domínio. Assim, a desconfiança surge em diferentes momentos das ações e diálogos ao longo do romance.

“A base”, título do segundo capítulo, espaço matricial da narrativa e epicentro das crises que envolvem as personagens, é o lugar onde se organizam as ações militares e de onde partem as muitas imagens do futuro angolano, por meio das conversas entre os guerrilheiros e das múltiplas perspectivas lançadas por cada um deles. É a alegoria para a ideia de nação, na qual representações dissonantes estariam reunidas em um mesmo projeto. No início da obra, a base é composta por 22 guerrilheiros, posteriormente, ela recebe mais oito. Ao final do romance, a base tem em torno de 60 guerrilheiros, entre eles civis que resolveram aderir ao MPLA para combaterem a ofensiva do exército português. A expansão numérica e a capilarização do discurso do MPLA entre os civis são pontos refletidos em *Mayombe*.

A base constitui uma representação daquilo que Fanon (1968) considera, em seu esquema de análise do processo de descolonização como “mobilização das massas”, etapa primeira resultante da guerra por libertação e que desencadearia um sentido de “causa comum” e uma noção de “destino nacional”, desde que orientada por um programa que aproximasse o povo de suas lideranças. Esse programa, no movimento de ascendência utópica na obra de Pepetela, foi encarnado pelo MPLA.

Diante da confusão gerada por uma suposta tentativa de invasão do exército português à base, mas que não passou de um mal entendido por conta da presença de uma cobra surucucu, o Comandante Sem Medo fala:

– Agora, só nos resta rir. Quem não compreende, paciência, que não compreenda! Mas eu prefiro que tenha sido uma surucucu do que o tuga a invadir a Base. Esforço inútil? Acham inútil? Mobilizamos mais de trinta homens em menos de uma hora, com civis no meio. Sabem o que isso significa? Se não sabem, não percebo por que estão aqui a dizer que lutam. Foi o mais extraordinário sinal de solidariedade coletiva que vi. E de espírito combativo. Para mim chega. Estou contente por vos encontrar todos vivos. E acho graça à história, acho, sim. E depois? E depois? (PEPETELA, 2013, p. 218)

Não somente a força ideológica/discursiva está em evidência. A descolonização é um processo capaz de transformar meros anônimos espectadores em protagonistas, e é na ação que a consciência de libertação se faz. Se “os últimos serão os primeiros”, como observa Fanon (1968), essa ascensão não poderá se dar de outra forma que não seja o combate.

A estratégia constante de Pepetela em criar uma miríade de interpretações sobre as questões nacionais angolanas provoca no leitor a sensação de estar numa encruzilhada. O autor, no entanto, preza pelo diálogo, ainda que a diegese ocorra em um cenário de guerra. Não se trata de substituir uma perspectiva por outra (SCHURMANS, 2012) dentre as várias possíveis que compõem os grupos participantes da nação angolana, mas sim de garantir o direito à imaginação desses variados sujeitos, muito embora a figuração dos portugueses, particularmente em *Mayombe*, aconteça de forma desdenhosa, sempre referidos com a expressão depreciativa “tuga”²⁴ e por sua inabilidade em combate.

Isso porque, em *Mayombe*, a perspectiva que prevalece é a da necessidade da guerra por libertação, constantemente lembrada ao longo da narrativa. Há pouco espaço para Portugal. A posição do colonizador só interessa quando surge a preocupação com uma eventual tentativa de invasão da base por parte do exército português. A presença

²⁴ Amílcar Cabral cria uma importante compreensão do que seja o “tuga”. Para ele, “é importante isolar o inimigo mesmo em relação a seu povo. Assim, desde o começo, no quadro da nossa resistência política, nós deixamos claro que não lutamos contra o povo português. Toda a gente do nosso Partido sabe isso. Nós não lutamos contra o povo português, nem contra portugueses. Nós lutamos contra o colonialismo português. Estamos a lutar para tirar os colonialistas portugueses da nossa terra. Nós não lutamos contra o salazarismo ou racismo em Portugal. Esse é o trabalho dos portugueses, não é nosso. Esse é o ponto importante para isolarmos os ‘tugas’ de seu próprio povo” (CABRAL, 1975, p. 22). Essa crítica surge também na obra de Pepetela. Se em *Mayombe* transparece o “tuga”, em *O Desejo de Kianda*, o personagem português Sô Ribeiro é tratado com certa simpatia. É positivamente considerado por sua humildade e por sua identificação com Angola, o que o fez permanecer no país durante a Independência (PEPETELA, 1995).

espectral do colonizador na narrativa, ou a quase ausência de figuração do colonizador, pode ser entendida a partir de uma ótica fanoniana, segundo a qual, para o colonizado,

o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra: a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade. O que o colonizado viu em seu solo é que podiam impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo à fome; e nenhum professor de moral, nenhum cura, jamais veio receber as pancadas em seu lugar nem partilhar com ele o seu pão. Para o colonizado, ser moralista é, de modo bem concreto, impor silêncio à soberba do colono, despedaçá-lhe a violência ostentosa, numa palavra: *expulsá-lo francamente do panorama* (FANON, 1968, p. 33; grifo nosso).

De outra forma, se nos ancorarmos no pensamento de Amílcar Cabral, o crescente sentimento de conquista da vitória que paulatinamente toma conta dos guerrilheiros ao longo da obra – que reflete o histórico bordão utilizado pelo MPLA, “Vitória é certa!” – é também fator para compreender o tom de alheamento em relação a Portugal. O discurso de Amílcar Cabral é enfático nesse sentido. Para ele, o partido e os movimentos nacionalistas deveriam “incutir, meter no espírito de cada um a certeza da nossa vitória” (CABRAL, 1975, p. 83), reforçando ao máximo nas populações colonizadas, e apesar da precariedade da base produtiva, o êxito no enfrentamento ao colonizador.

A identificação do leitor é conduzida para o universo angolano, ainda que repleto de contradições. A opção por uma narrativa *por* Angola, feita para o confronto, é em boa medida explicada pelas orientações políticas de Pepetela, cujas referências – caras à uma práxis socialista – permeiam o próprio texto da obra. Marxismo-leninismo, crítica e autocrítica, crítica ao liberalismo e à pequena burguesia são conceitos e palavras-chave que mobilizam o debate à esquerda. É possível perceber a influência do discurso político em seu sentido estrito, característico de um nacionalismo *à esquerda* que se formou no continente africano, como aqueles elaborados por Amílcar Cabral, Agostinho Neto ou Patrice Lumumba, tratados em *Mayombe* a partir de sua literariedade. Observa-se essa relação na narração de Mundo Novo, quando mostra sua incredulidade em Sem Medo:

O Comandante não passa, no fundo, dum *diletante pequeno-burguês*, com rasgos anarquistas. Formado na escola marxista, guardou de sua classe de origem uma boa dose de anticomunismo, o qual se revela pela recusa da igualdade proletária (PEPETELA, 2013, p. 101; grifo nosso).

Ou, ainda, na discussão entre Sem Medo e o Comissário:

Sem Medo: O que sei é que os homens teimosos são-no geralmente até ao fim, sobretudo quando há um risco. Se quer partir a cabeça, se escolheu partir a cabeça, devemos dar-lhe a liberdade de partir a cabeça.

Comissário: Isso é *liberalismo*!

Sem Medo: Lá vens tu com os palavrões! É possível que seja liberalismo. Mas eu não sou o Comissário Político. É a ti que compete politizar-nos e defender a posição política justa (PEPETELA, 2013, p. 16; grifo nosso).

A narrativa literária remete o leitor ao debate ideológico vivido pela esquerda, mais acentuado no contexto bipolar da guerra fria, com as guerrilhas na América Latina, Cuba e os movimentos de 1968. Vale lembrar que o MPLA foi composto, até a sua chegada ao poder, por diversas correntes que se inseriam no amplo espectro do nacionalismo. Maoístas, titistas, soviéticos, terceiro-mundistas, sociais-democratas (GOMES, 2009) e outras linhas associaram-se dentro do movimento. A diversificação de tendências políticas é um fato comum dentro de movimentos de (ou que se pretendem de) massa, mas no contexto de *Mayombe*, quando associado aos outros fatores em dissenso, torna-se mais um elemento de fragilidade dentro do grupo.

Em *Mayombe*, em sintonia com o pensamento de Fanon, o socialismo é a única via emancipatória para Angola.

Não deve o terceiro mundo contentar-se com definir-se em relação aos valores que o antecederam. Ao contrário, devem os países subdesenvolvidos esforçar-se por dar à luz valores que lhes sejam próprios, métodos e estilos que lhe sejam específicos. O problema concreto diante do qual nos achamos não é o da escolha custe o que custar entre socialismo e capitalismo, nos moldes em que foram definidos por homens de continentes e épocas diferentes. Sabemos, é certo que o regime capitalista, quanto ao modo de vida, não pode permitir-nos cumprir nossa tarefa nacional e universal. A exploração capitalista, os trustes e os monopólios são os inimigos dos países subdesenvolvidos. Em compensação, a escolha de um regime socialista, de um regime inteiramente voltado para o conjunto do povo, baseado no princípio de que o homem é o bem mais precioso, permitir-nos-á ir mais depressa, mais harmoniosamente, tornando de fato impossível essa caricatura em que alguns detêm todos os poderes políticos e econômicos com prejuízo da totalidade nacional (FANON, 1968, p. 78-79).

Entretanto, ainda que na diegese o projeto socialista seja defendido por todos os guerrilheiros (mesmo quando mal compreendido) e que o discurso do MPLA seja, no momento da descolonização, o detentor da força utópica, em muitos momentos o projeto político é ameaçado pelas disputas étnicas já estabelecidas no histórico de relações, que se tornam evidentes a todo instante, como no embate entre Teoria, Pangu-a-Kitina, Milagre, Ekuikui e Vewê, além de outros combatentes:

‘- Porque o Comissário nunca erra?’ – disse Pangu-A-Kitina. ‘- Não é isso que estou a falar’ – disse Milagre ‘- Mas tu, lá porque és kikongo, só queres defender o Comandante.’ ‘- Ai é? E por que é que vocês o atacam? Porque são quimbundos...’ ‘- É melhor travar a discussão, camaradas’ – disse Teoria. ‘- Nos Dembos’ – disse Milagre ‘- um tipo como Sem Medo já não vivia. Já o tínhamos varrido!’ ‘- Como varreram os assimilados e os umbundos em 1961’ – disse Pangu-A-Kitina. ‘- Mas isso não parou aí. Ainda vai haver muitas contas a ajustar.’ ‘- Vocês julgam que vêm aqui fazer como na UPA?’ – disse Milagre ‘- O vosso partido é a UPA, o partido dos kikongos. Vieram aqui sabotar, estão a trabalhar para o imperialismo.’ ‘- Deixa, Milagre!’ – disse Kiluange. ‘- As coisas um dia vão se resolver, mas não interessa agora com a boca.’ (PEPETELA, 2013, p. 97-98).

Dentre todas as questões que geram tensões dentro da base, as étnicas são aquelas que ocupam o primeiro plano da narrativa. Mas existem outras que emergem dos conflitos e reflexões das personagens e que pautaram o debate político e a própria organização do MPLA. As crises vividas no romance são o canal que Pepetela utiliza para vincular a realidade ficcional ao contexto político social de Angola.

Um dos focos da narrativa é o racismo, ponto sobre o qual se apoiou a engrenagem da exploração colonial. A hierarquização racial estabelecida por Portugal e a sacramentação do homem branco no topo dessa hierarquia transparece na narrativa na forma de uma série de violências, simbólicas e concretas, que ora despontam para um enraizamento do racismo enquanto valor entre os angolanos, ora apontam para uma reação igualmente violenta ao racismo do colonizador. Na trajetória de Sem Medo, o racismo mostra essas duas faces quando, em diálogo com o Comissário, conta seu passado com Leli:

Em Luanda eu vivia com uma moça, tinha eu vinte e quatro anos. Ela chamava-se Leli, era uma mestiça. Em 1960 começávamos a viver juntos. Não casamos por complicações com a família dela. O pai era comerciante e queria que a filha casasse com um branco. *Para adiantar a raça!* O quatro de fevereiro estoirou então. Estava na organização clandestina e consegui passar para o Congo. [Leli] fugiu de Luanda em abril. Tentava chegar ao Congo. Foi apanhada pela UPA e assassinada. Não sei se te disse que era mestiça... (PEPETELA, 2013, p. 142-145; grifo nosso).

Eis a dialética da colonização, duas categorias que se formam dentro de uma permanente estrutura de dominação social e de desigualdade na distribuição de poder. Dentre as muitas polarizações criadas pelo colonialismo, *negro x branco* é uma delas. A tripla questão que deriva a partir daí – raça/racialidade/racismo – aparece explicitamente no texto. Sem Medo foi violentado na sua dimensão afetiva mais íntima. Sua companheira

Leli, mestiça, e portanto detentora de um certo traço do colonizador, foi assassinada como um tipo de resposta à extirpação de qualquer elemento que remetesse à presença de Portugal. A UPA – no plano histórico – foi a responsável pelos primeiros atos de revolta armada, ocorridos de forma difusa e descoordenada, e que atingiu mestiços e uma certa elite angolana, pelo caráter ortodoxo essencialista e étnico do movimento.

A violência do colonizador encontrou, como resposta, a do colonizado. Canalizada pelos movimentos de libertação nacional, na medida em que o colonizado ascende à condição de militante, a violência transforma-se em seu instrumento de reivindicação. Ela é sua práxis. Para Fanon (1968, p. 56),

a violência, e é aí que reside o escândalo, pode constituir, quanto a método, a palavra de ordem de um partido político. É preciso refletir nesta temática da violência. Que o militarismo alemão decida solucionar seus problemas de fronteira pela força não nos surpreende de modo nenhum, mas que o povo angolano decida pegar em armas, que o povo argelino rejeite todo o método que não seja violento, é o sinal de que alguma coisa aconteceu ou está acontecendo. Os homens colonizados sabem que só essa loucura pode subtraí-los à opressão colonial.

O que interessa aqui é a situação racial criada pela colonialidade a partir das relações entre as personagens. O colonizado não tem dúvidas sobre sua condição racial. Ela já está posta. Mesmo a condição de mestiço não dilui a carga de violência experimentada pelo colonizado. E esse é ponto onde a reflexão de Boaventura de Sousa Santos pode colaborar. Mestiçagem em *Mayombe* não é visto como uma suave “política colonialista desenvolvida”, aos moldes do que pretendeu o lusotropicalismo, mas sim como resultado de uma forma de dominação particular em que o racismo também opera (SANTOS, 2003).

A presença do homem branco, portanto, causa uma ambiguidade que Pepetela tenta resolver com a personagem Teoria. Mestiço, filho de mãe negra e pai branco, é a representação da encruzilhada onde se encontraram europeus e africanos:

Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e este é o meu motor. Num Universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? (PEPETELA, 2013, p. 14).

Suas dúvidas sobre a sua aceitação pelo grupo de guerrilheiros estão ligadas à condição de mestiço, já que carrega em seu fenótipo a marca do colonizador. Sua trajetória vai da dúvida à afirmação, sempre sob o olhar orientador de Sem Medo. Teoria vai gradualmente se aceitando e sendo aceito pelo grupo. Mais um sinal de que algo de Portugal faria parte da nação, analogamente à língua portuguesa. Língua e raça, aliás, revelam muito sobre as assimetrias das relações coloniais. Da realidade dicotômica do colonialismo, o colonizado se recria. E o que era motivo de desprezo torna-se fonte de afirmação.

Para Tania Macêdo, o que foi considerado de forma depreciativa como “pretoguês”, ou seja, o hibridismo nas formas de expressão que se utilizam do português com outras línguas como o quimbundo, acabou por se tornar, sobretudo para a literatura, uma forma de resistência. O “pretoguês”, além de resultado da desestabilização das estruturas sintáticas e semânticas do português, está associado também às expressões populares. Para a pesquisadora,

A essa luz, não se pode esquecer que do quadro de contradições engendrado pelo colonialismo avulta o "drama do bilinguismo": o colonizado deve assumir a língua de seu conquistador e, paulatinamente, distanciar-se de sua própria forma de expressão. Lembre-se, todavia, que os danos causados pelo colonialismo não se restringem apenas a esse fato: se por um lado temos uma língua imposta a uma população, por outro, a escolarização dada na língua de maior prestígio é reduzida. Estamos frente, portanto, a mais uma das contradições do sistema, pois fazer do colonizado um indivíduo que dominasse totalmente o sistema lingüístico do colonizador seria incluí-lo nos seus mecanismos de poder e, destarte, selar a sorte do próprio sistema. Temos, dessa maneira, uma população condenada a renunciar a seu código valorativo, ao mesmo tempo em que lhe é vedado o inteiro domínio de outro código. Em resumo, se o bilíngüe colonial conhece duas línguas, nenhuma domina totalmente. A literatura efetuada sob tal situação contraditória, desde que não seja uma literatura do colonizador, será, necessariamente, a veiculação da carência da população marginalizada na luta por sua forma própria de expressão e deverá forjar-se sob o signo da dualidade (MACÊDO, 1992, p. 171-172).

Com Teoria, é possível atingir uma certa hibridação resultante das relações coloniais entre Angola e Portugal, também no tocante às relações raciais, fundamental para o debate pós-colonial, uma vez que

No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas

certamente é a causa de um racismo de tipo diferente (SANTOS, 2003, p. 27).

Ainda, o MPLA era acusado por seus adversários e dissidentes, sobretudo por Jonas Savimbi, líder da UNITA (GOMES, 2009), de ser um movimento de “mestiços e intelectuais”, duas características convergentes em Teoria. O grupo mais ponderado da base, composto justamente por personagens “destribalizados” ou com vivências fora de Angola – entre os quais se incluem Sem Medo, Muantiavua e Lutamos – são exatamente aqueles que expressam a tendência inicial do MPLA em se constituir como movimento de “base de legitimidade pluri-étnica que se poderia reclamar como universal e não regional/étnica” (GOMES, 2009, p. 115).

Mayombe, bem como *As Aventuras de Ngunga*, são uma representação do MPLA e de sua importância no contexto colonial. Uma outra dualidade enrijecida pelas políticas coloniais é a relação *campo x cidade*. A passagem da vida de Sem Medo e da perda de sua companheira Leli remete o leitor à figuração do início da guerra colonial em Angola, tal como a já mencionada revolta de Cassanje. Depois da eclosão violenta da revolta no interior, praticada pela UPA, as populações não urbanas reivindicam sua participação no conflito já estabelecido nas cidades, o que justifica a fuga de ambos de Luanda para o Congo, onde então o MPLA constituiu sua base. Essa polarização *campo x cidade* é também marcada no pensamento de Fanon (1968, p. 96):

Essas insurreições armadas não representam senão um dos meios usados pelas massas rurais para intervir na luta nacional. Às vezes os camponeses aproveitam a pausa da agitação urbana, quando o partido nacionalista nas cidades é objeto da repressão policial. As notícias chegam ampliadas aos campos, desmedidamente ampliadas: líderes presos, metralhadoras em ação, o sangue negro inunda a cidade. Então o ódio acumulado, o ódio exacerbado explode. O posto mais próximo é atacado, os gendarmes são esfaqueados, o mestre-escola é massacrado, o médico só se salva porque está ausente etc. Despacham-se colunas de pacificação para o interior, a aviação bombardeia. Espontaneamente os camponeses criam a insegurança generalizada, o colonialismo amedronta-se, instala-se na guerra ou negocia.

O que se considera como o movimento utopia-distopia, que caracteriza o sistema literário angolano, assim como a transição da condição colonial para independente/periférico, é em boa medida explicada pela trajetória do movimento/partido. Como se verá, a forma como o MPLA é referenciado nas obras de Pepetela muda significativamente no decorrer dos anos e conforme as transformações do

próprio partido. Além do mais, os diferentes olhares de Pepetela sobre o MPLA e sua organização são fatores que influenciam as tensões na narrativa.

3.1. As múltiplas representações da composição social do MPLA

É fundamental compreender o contexto histórico colonial de Angola e o surgimento dos três grupos que atuaram na luta pela independência – MPLA, FNLA e UNITA. Constituído desde sempre como um espaço diversificado do ponto de vista cultural, composto de múltiplos territórios (portanto de múltiplas formas de lideranças e estratificação social)²⁵, Angola apresenta basicamente três grandes grupos etno-linguísticos: Ovimbundus, Mbundos e Bakongos, de línguas umbundo, quimbundo e quicongo, respectivamente. O primeiro grupo encontra-se nas províncias do Huambo e Bié. O segundo no Bengo, Kuanza Norte e parte do Kuanza Sul, Luanda (importante ressaltar) e Malange; enquanto Bakongos concentram-se no noroeste de Angola, nas províncias do Zaire, Cabinda e Uíge (GOMES, 2009).

À medida que Portugal sistematiza seu aparelho de domínio e a exploração da colônia, cria entre os grupos (identificados no romance pelas suas línguas) umbundo, quimbundo e quicongo uma hierarquização pautada na própria lógica colonial. Embora a associação étnica a cada um dos movimentos de libertação – Ovimbundus/UNITA, Mbundos/MPLA e Bakongos/FNLA – seja um fator importante em suas formações, que colabora para a compreensão da narrativa em *Mayombe*, não é o único a explicar o desenvolvimento do processo histórico angolano²⁶.

O exercício de relacionar a narrativa ficcional ao contexto político é vasto de sentidos, que se revelam quando observada também a História. Um dos acontecimentos marcantes da guerra colonial foi a ação militar da UPA – União das Populações de

²⁵ Para o geógrafo Rogério Haesbaert, território “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação [...]. Enquanto ‘continuum’ dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo” (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6776).

²⁶ Para o historiador Marcelo Bittencourt, até a década de 1990, predominavam duas linhas de entendimento sobre a história angolana: uma que enfatizava os conflitos étnicos e outra mais ligada ao contexto internacional. Ambas associadas às vertentes políticas em disputa em Angola (BITTENCOURT, 2005).

Angola, posteriormente FNLA – em março de 1961 contra os proprietários portugueses e os trabalhadores de suas fazendas, os chamados “contratados” (ou “monogambé”²⁷), numa das primeiras respostas ao domínio português. As fazendas de café encontravam-se no norte, na fronteira com o Congo Belga, predominantemente bakongo, cuja elite recebeu uma certa margem de permissão para a exploração e transporte do café. Os contratados, por sua vez, eram bailundos (ovimbundos), originários do Huambo, província localizada na região centro-sul, onde o aparelho colonial português foi fortemente repressor, agindo violentamente na captação de mão de obra. Quando esses ovimbundos chegam para trabalhar na colheita de café, nas províncias do norte, estão numa situação inferior na hierarquia colonial que privilegiava determinadas etnias em detrimento de outras.

As diferentes formas de tratamento dadas por Portugal às regiões e etnias, tática racionalmente pensada na efetivação de seu domínio, utilizava a violência para gerar mão-de-obra passível de ser explorada. Isso era feito deslocando povos em massa de suas regiões originárias e pela aglomeração de grupos identitariamente distintos num mesmo espaço, cada qual com um suposto status dentro da estrutura de exploração.

A distribuição étnica entre as personagens, dentre aquelas das quais é possível identificar a origem étnica, os dois maiores grupos são quimbundos e quicongos, justamente aqueles que estariam ligados aos movimentos com maior expressão na luta por libertação: respectivamente MPLA e FNLA. Há ainda a categoria transversal “destribalizado”, que perpassa as diferentes etnias. Em *Sem Medo*, Pepetela embaralha todas essas condições. O Comandante é um kikongo, grupo étnico em tese mais vinculado

²⁷ Contratado é o termo utilizado para o trabalhador submetido ao regime de trabalho forçado nas colônias portuguesas, uma atualização do trabalho escravo, respaldado por Portugal pelo Estatuto do Trabalho Forçado de 1878 (CAMPOS, 2004). Esse modelo de exploração do trabalho fez com que uma enorme massa de trabalhadores fosse deslocada dentro das colônias mas também entre elas ao longo do período colonial. António Jacinto escreveu, em 1961, o poema “Carta de um Contratado”, cujo tema é a figura do monogamba: “Naquela roça grande não tem chuva/ é o suor do meu rosto que rega as plantações/ Naquela roça grande tem café maduro/ e aquele vermelho-cereja/ são gotas do meu sangue feitas seiva/ O café vai ser torrado/ pisado, torturado/ vai ficar negro, negro da cor do contratado/ Negro da cor do contratado!/ Perguntem às aves que cantam/ aos regatos de alegre serpentear/ e ao vento forte do sertão/ Quem se levanta cedo? Quem vai à tonga?/ Quem traz pela estrada longa/ a tipóia ou o cacho de dendém?/ Quem capina e em paga recebe desdém/ fuba podre, peixe podre/ panos ruins, cinquenta angolares/ ‘porrada se refilares’?/ Quem?/ Quem faz o milho crescer/ e os laranjais florescer/ Quem?/ Quem dá dinheiro para o patrão comprar/ máquinas, carros, senhoras/ e cabeças de pretos para os motores?/ Quem faz o branco prosperar/ ter barriga grande – ter dinheiro?/ Quem?/ E as aves que cantam/ os regatos de alegre serpentear/ e o vento forte do sertão/ responderão:/ ‘Monangambééé...’/ Ah! Deixem-me ao menos subir às palmeiras/ Deixem-me beber marufo, marufo/ e esquecer diluído nas minhas bebedeiras/ ‘Monangambééé...’” (JACINTO, 2006, p. 54)

à FNLA, mas é também um “destribalizado”, na medida em que suas vivências como estudante e viajante o afastam do vínculo tribal. Ele pouco se importa com sua origem étnica. Há na personagem a substituição de um certo referencial por outro, de caráter nacional.

Desessencializar as identidades tribais (ou de “grupos”) é um ponto constante no pensamento de Amílcar Cabral. Sem este processo, atingir a consciência e a unidade nacional seria impossível. Para ele,

A primeira condição para a resistência política, camaradas, é unir as pessoas. Unir, criar pouco a pouco a consciência nacional, porque nós partimos de um ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, *em que tanto pela nossa história como pelo trabalho dos tucas, estávamos divididos em grupos*. Civilizados e indígenas, gentes do mato... O nosso trabalho é criar um certo número da nossa gente, a consciência nacional, a ideia de unidade nacional (CABRAL, 1975, p. 15-16; grifo nosso).

A transição de um referencial “tribal” para um outro nacional não poderia acontecer sem conflitos. Eles são abordados na obra de diferentes maneiras: na discussão já mencionada entre Milagre, Pangu-A-Kitina, Teoria e Kiluange, e na desconfiança de parte do grupo direcionada ao Comandante Sem Medo por ser kikongo. Também está na narração de Milagre, que revela a internalização de um discurso sectário, cético e que no fim interessaria mais a Portugal:

E eu fugi de Angola com a mãe. Era um miúdo. Fui para Kinshasa. Depois vim para o MPLA, chamado pelo meu tio, que era dirigente. Na altura! Hoje não é, foi expulso. O MPLA expulsa os melhores, só porque eles não se deixam dominar pelos kikongos que o invadiram. Pobre MPLA! Só na Primeira Região ele ainda é o mesmo, o movimento de vanguarda. E nós, os da Primeira Região, forçados a fazer guerra aqui, numa região alheia, onde não falam a nossa língua, onde o povo é contrarrevolucionário, e nós que fazemos aqui? Pobre MPLA, longe da nossa Região, não pode dar nada! (PEPETELA, 2013, p. 34).

O tribalismo surge constantemente como o fator capaz de desarticular a unidade do grupo e, quando associado a outros elementos, eleva o grau de instabilidade. André é o responsável em Dolisie por manter o abastecimento da base e faz parte do quadro de “burocratas” do MPLA. É criticado tanto entre os guerrilheiros quanto no vilarejo por seu descompromisso com a luta anticolonial, por colocar interesses pessoais à frente dos objetivos do movimento. Além disso, é mulherengo. Bakongo, assim como Sem Medo, seus péssimos predicados são suficientes para alimentarem entre os quimbundos os

preconceitos étnicos e acenderem disputas passadas. André é a confirmação do estereótipo que justifica a desconfiança sobre todos os bakongos, incluindo aí o próprio Sem Medo.

Pepetela entende precocemente, muito pela sua relação orgânica com os rumos de Angola, aquilo que foi uma das principais características do MPLA: a “gestão das contradições” (GOMES, 2009, p. 84). Os conflitos gerados pelo denominado tribalismo, ou aqueles entre “urbanizados intelectuais” e camponeses, deram a tônica nas muitas fraturas dentro do MPLA no período colonial e no pós-independência²⁸, quando transformou-se em partido.

Em *Mayombe*, Pepetela antecipa, de certa forma, o contexto político-social que se seguirá ao 11 de novembro de 1975, além de identificar os limites do próprio MPLA, enquanto instrumento para a concretização de um projeto nacional popular de Estado. Conforme Catarina Gomes (2009, p. 85),

Sintomas evidentes das tensões existentes, estas contradições, enunciadas na forma de dicotomias, manifestavam frequentemente o desdobramento da rivalidade entre novos e velhos assimilados em novas oposições: entre negros e mestiços, entre “intelectuais” e “não intelectuais”, entre gente das matas dedicada e empenhada na luta armada e burgueses das cidades não envolvidos na luta militar. Tais contradições magnificavam-se e reproduziam-se, ainda, pelo confluir de tensões outras, nomeadamente as derivadas de fortes sentimentos de exclusão e privação, pelo desacordo instalado sobre a acção armada a ser levada a cabo e pela insatisfação crescente para com formas de exercício de poder cada vez mais autoritárias, centralizadas e personalizadas.

Mesmo que tenha sido membro do MPLA, Pepetela não o sacraliza pela importância de seu papel no passado, atualizando as formas de representação do partido. Personagens como André (*Mayombe*), Carmina Cara de Cu (*O Desejo de Kianda*), Vítor e Malongo (*A Geração da Utopia*) e, como será visto no próximo capítulo, Vladimiro Caposso, em *Predadores*, apontam para uma interpretação de continuidade no processo de desvirtuamento do poder em Angola, ao passo que servem também como crítica do autor à derrocada do projeto de nação figurado em *Mayombe*. De fato, simultaneamente e num perverso movimento dialético, não só a utopia estava brotando nas florestas de

²⁸ Logo na I Conferência Nacional do MPLA, em 1962, Viriato da Cruz propõe que não-negros abrissem mão de cargos diretivos, expondo uma fratura étnico-racial no interior do movimento. Proposta recusada na Conferência e que está na origem da saída de Viriato da Cruz do MPLA e sua integração à FNLA (GOMES, 2009).

Cabinda e Zaire, mas também as sementes do Estado predatório que dariam forma à buganvília de *O Cão e os Caluandas*, como a representação da tragédia política pós-colonial no país.

A crítica dirigida ao MPLA é de fato uma constante na obra pepeteliana. O amálgama da diegese com o contexto político situa o autor, ao mesmo tempo em que remete o receptor para a história de Angola. São várias as referências feitas sobre a guerra por libertação na narrativa, fortalecendo o elo entre a ficção e a história. Sem Medo, por exemplo, foi subordinado de Henda²⁹. O Chefe de Depósito em Dolisie participou do Esquadrão Kamy, batalhão treinado por Cuba para ações na fronteira norte de Angola. As ações da UPA, em março de 1961, são constantemente retomadas ao longo da obra.

O projeto literário de Pepetela, assim como de Boaventura Cardoso, Luandino Vieira, Manuel Rui, dentre outros, ganha uma outra dimensão, para além dos aspectos nacionais e identitários do país, uma vez que

Numa sociedade em que, devido à incipiência da academia, a instituição literária constitui um outro polo de saber, com estatuto que se conjuga com o poder na validação de instituições que regulam o vínculo social, a relação história/ficção, sendo uma constante nas literaturas que emergem de situações conflituais em processo de autonomização (política, cultural, social), é, na literatura angolana, singular. Essa singularidade advém do facto de que pela literatura se vai escrevendo também a história do país – e *Mayombe* é, mais uma vez, um “registro” do que foi a guerrilha na frente do Cabinda (MATA, 2009, p. 195).

O desfecho em colorações épicas aparentemente coloca o heroísmo de Sem Medo na origem da nação angolana mas, diante das características da personagem e do enredo, *Mayombe* se tornaria um estranho mito fundador, numa perspectiva histórica que o próprio não atenderia. Ao contrário do herói épico, Sem Medo situa-se na fronteira entre o individual e o coletivo: ao mesmo tempo em que mantém sua autonomia em relação ao dogmatismo político, é capaz de sacrificar-se em prol da luta pela independência. Rescinde inclusive a representação de sua própria etnia. Seu foco é a ação, e sua meta é destruir a combalida ordem colonial e o “tribalismo” para que a nação possa surgir. Aproxima-se daquilo que Lukács (2011b) chamou de “herói mediano”: assume o protagonismo quase sem querer; condensa em si as correntes conflitantes da base, tem disposição constante para o diálogo, ainda que em situação adversa; viveu para

²⁹ Comandante Hoji-Ya-Henda, célebre combatente das FAPLA-MPLA. Morreu aos 27 anos em confronto contra o exército português. É hoje herói nacional.

transformar um determinado contexto, motivado pelo combate contra uma realidade degradante.

A morte do Comandante, enterrado na floresta, sob as flores de mafumeira, nos remete à terra como útero, a matriz organizadora das cosmogonias africanas. Sem Medo é a semente que desencadeará o amadurecimento de João, o Comissário, aquele que será o “homem novo”, detentor das esperanças futuras, forjado na luta por independência. Em diálogo com as ideias de Firpo (2005, p. 237), a morte de Sem Medo reflete o sentido de utopia na obra: “não é mais que uma pequena semente sepulta na terra, mas destinada a germinar em um futuro melhor”.

Não por acaso, a alusão ao “homem novo” foi uma forma de se explicar a potência resultante do processo de descolonização, que

jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade (FANON, 1968, p. 26).

A força discursiva de Fanon, motivadora de feitos extraordinários, seria refletida também pela narrativa que se tornaria oficial. No discurso da Proclamação de Independência de Angola, feito por Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975, é possível encontrar o “homem novo”:

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um *Homem Novo* (NETO, 1975, s/p).

O hino nacional de Angola – “Angola Avante!” – escrito por Manuel Rui em 1975, também faz a mesma referência: “Ó Pátria, nós saudamos os teus filhos/ Tombados pela nossa Independência/ Honramos o passado e a nossa História/ Construindo no trabalho um homem novo” (HINO NACIONAL DE ANGOLA, 1975, s/p).

Apesar do referencial androcêntrico, é importante que se estabeleça uma diferença entre o pensamento de Fanon, a constituição das personagens de Pepetela e o discurso oficial. Em Fanon e Pepetela, os milhares de homens e mulheres que tombaram fazendo a história – com “h” minúsculo, diferentemente daquela mitificada com “H” maiúsculo – e que formam a matéria-prima do seu “novo homem”, remetem ao protagonismo de pessoas comuns que entendem que a história pode ser alterada pela ação concreta (LUKÁCS, 2011a). Este é o entendimento que perpassa *Mayombe*: a história, pela ação dos guerrilheiros, vai ganhando a amplitude de um fenômeno de massas. Ironicamente, este “homem novo” surge também com as feições de Vladimiro Caposso, em *Predadores*, como será analisado no próximo capítulo.

4. *Predadores: novos agentes em velhos circuitos*

Um sonho.

Armas foram retiradas.

Guerras, só de palavras.

Depois, mesmo ofensas e calúnias banidas

Mas...

Até o pau ou pedra servir de próxima arma.

Sonhos?

(Pepetela)

Predadores, romance publicado em 2005, aborda Angola a partir de duas perspectivas: de um lado, uma crítica à nova elite que assume o poder após o fim do colonialismo, elaborada a partir da trajetória de Vladimiro Caposso, personagem que chega a Luanda às vésperas da independência e vê na ascensão do MPLA ao poder uma forma de enriquecer, utilizando-se dos meios mais obscuros para sustentar seus privilégios. Todas as ligações da personagem são feitas no sentido de atenderem suas ambições. Suas conexões com agentes do capitalismo internacional afirmam o lugar de uma classe dirigente ao mesmo tempo predatória e coadjuvante. Vladimiro é a face do panorama distópico estabelecido no país.

De outro lado, o núcleo da obra é focado em Nacib, jovem morador do musseque do Catambor, dedicado aos estudos e à sua comunidade. Também em Sebastião Lopes, advogado dedicado às causas populares e que permaneceu fiel às suas convicções numa sociedade justa. Ambos representam, de diferentes maneiras, os segmentos excluídos da sociedade angolana e também a tentativa de renovação dos vínculos de solidariedade do povo angolano.

Em *Predadores*, a narrativa perde os múltiplos tons de verde que animavam os guerrilheiros na floresta. Surge o anti-herói Vladimiro Caposso, expressão cruel da elite angolana, face da inviabilidade da aplicação do programa socialista e do predomínio de uma classe de dirigentes descompromissada com as necessidades e interesses coletivos em Angola. Nas palavras de Pepetela:

O livro aborda a ascensão de uma personagem-tipo, alguém que representa um grupo social que começa a aparecer a partir da independência. São os últimos 30 anos da vida de Vladimiro Caposso. Ele é o pretexto para contar a história do país. Mas não tive essa preocupação, até porque nem me lembro de datas. Este livro surge por

eu achar que era tempo de tratar o aparecimento e a ascensão de uma nova burguesia (CHAVES, MACÊDO, 2009, p. 44).

Ainda que uma parcela significativa das dificuldades vividas no país após 1975, sobretudo pela longa guerra fratricida que se inicia, esteja na conta do período colonial, em *Predadores* a centralidade histórica do domínio português sai de cena. O foco de Pepetela volta-se para a experiência política pós-colonial, que envolve no plano internacional a precária inserção de Angola no contexto globalizado, dependente das obscuras conexões de sua elite; e no cenário interno o processo no qual o MPLA deixa de ser um movimento de vanguarda e torna-se partido. Durante um bom tempo, ressalte-se, o único partido, que se confundiria com o próprio poder. A força do discurso de Fanon (1968, p. 132) não poderia ser mais precisa sobre a transição de colônia para país independente:

A unidade africana, fórmula vaga mas à qual os homens e as mulheres da África estavam passionalmente ligados e cujo valor operativo consistia em pressionar terrivelmente o colonialismo, desvenda sua verdadeira fisionomia e esmigalha-se em regionalismos no interior de uma mesma realidade nacional. A burguesia nacional, por estar crispada em seus interesses imediatos, por não enxergar além das pontas das unhas, revela-se incapaz de realizar a simples unidade nacional, incapaz de edificar a nação em bases sólidas e fecundas. A frente nacional que fizera recuar o colonialismo desmancha-se e consome-se sua derrota.

Nesse contexto entram algumas obras do autor: *A Geração da Utopia* (1992), *O Desejo de Kianda* (1995), *O Cão e os Caluandas* (1979-1983), *Jaime Bunda, Agente Secreto* (2001) e *Jaime Bunda e a Morte do Americano* (2003), além de *Predadores*. Todas elas, com maior ou menor intensidade crítica, abordam o processo de formação de uma elite angolana, a partir da independência, oriunda dos quadros do MPLA ou que dele se aproximam para aproveitar os privilégios da relação direta com o poder, se apropriando dos recursos da máquina administrativa do Estado. Como ressalta Catarina Gomes (2009, p. 151), uma das características da pós-colonialidade em Angola são as “relações privatísticas e clientelares de interdependência entre poder e elites”. As relações de poder são assim fortemente marcadas por uma lógica informal de troca de favores.

Não somente ao poder se dirige o olhar de Pepetela no pós-Independência, mas sobretudo àquilo que deriva do próprio poder. Está nos hábitos caricatos e no gosto duvidoso dessa nova elite, em deferência à sua genitora metropolitana, e também nas (possíveis) formas de organização social que escapam às influências das elites. O tom sarcástico é dirigido a elas pelo olhar do jovem Nacib:

Nacib, entretanto, olhava para a enorme réplica da torre Eiffel em madeira que Caposso tinha mandado erigir no jardim da frente da moradia, em sinal de carinho pela capital francesa. Tinha mais de cem pequenas lâmpadas e à noite ficava toda iluminada. Iluminação feérica numa cidade com constantes falhas eléctricas e onde partes inteiras de bairro nunca tinham visto uma lâmpada ascender. [Vladimiro Caposso] tinha mandado fazer a torre em Paris, veio mesmo uma equipa francesa depois montá-la no jardim, uma despesa e tanto. O máximo do novoriquismo boçal, um espalhafato de mau gosto (PEPETELA, 2014, p. 202-203).

Estabelecendo uma continuidade entre a narrativa de *Mayombe* e a que se abre em *Predadores*, uma possível comparação seria entre as personagens André (*Mayombe*) e Vladimiro Caposso (*Predadores*) e também entre Carmina Cara de Cu (*O Desejo de Kianda*), Malongo e Vítor (*A Geração da Utopia*). Todos são formados nos quadros do MPLA e, pelo status alcançado no poder, tornam-se o *Homo Homini Lupus*, conforme nos recorda Dutra (2007). Na avaliação sobre o contexto de *Predadores* feita por Pepetela (2013, p. 2-3),

Realmente, no fim dos anos 1980, princípios dos anos 90, surge essa classe, nova classe, que é uma burguesia. Uma burguesia não produtiva, burguesia de consumo de luxo, particularmente luxo, que se vai chamar talvez de um grupo ou uma seita de novos ricos. Muito ligados entre si, familiarmente até também, mas todos saindo do mesmo modo, quer dizer, MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, a partir do poder e que formaram os novos ricos de Angola a partir do Estado. E como tem acontecido, e que infelizmente o futuro tem vindo a confirmar, a maior parte das riquezas que estes novos ricos conseguem aproveitar do Estado vai para o exterior, para as mãos de estrangeiros. Não vão para exterior porque estão num banco da Suíça. Não. Uma parte será isso. Mas a maior parte vai porque os estrangeiros estão mais habilitados no empreendedorismo, tem mais capacidade de roubos e acabam por roubá-los.

Não se trata, como pode parecer num primeiro momento, de rasurar o que foi dito em *Mayombe*. Como um romancista-historiador, Pepetela não comete o equívoco de sacralizar o passado, incluindo a trajetória do MPLA.

Predadores tem como fio condutor a vida de Vladimiro Caposso. Temporalmente, a obra insere-se entre os anos de 1974 (portanto um ano antes da formalização da independência) e 2004, mas a narrativa não obedece a uma linearidade cronológica. A abertura da obra se passa em 1992, com Vladimiro Caposso assassinando uma de suas amantes e também um parceiro que se encontrava com esta. A euforia nas ruas, motivada pelas eleições presidenciais, disputada pelos dois principais grupos que desde a independência encontravam-se em guerra – MPLA e UNITA – acabou por abafar o

barulho dos disparos dos tiros. Vladimiro Caposso, certo de sua impunidade, forja um bilhete responsabilizando a UNITA pelo crime.

A abertura é emblemática, pois nos situa diante da tragédia dos anos de guerra civil. Dela surgiram figuras nebulosas como Vladimiro Caposso, que por ela agiram livremente numa relação predatória com o Estado.

Após o crime, entra o narrador a elucidar o compromisso do seu tempo, marcando sua recusa em entender a história como algo teleológico e também reafirmar a relação da narrativa ficcional com a narrativa histórica no projeto literário de Pepetela, anunciando a característica metaficcional do texto:

Qualquer leitor habituado a ler mais que um livro por década pensou neste momento, pronto, lá vamos ter um flash-back para nos explicar de onde vem este Vladimiro Caposso e como chegou até o que é hoje. Desenganem-se, haverá explicações, que remédio, mas não agora, ainda tenho fôlego para mais umas páginas sem voltas atrás na estória, *a tentar a História*. E desde já previno, este não é um livro policial, embora trate de uns tantos filhos de puta. Mais previno que haverá muitas misturas de tempo, iremos atrás e iremos à frente, mas só quando me apetecer e não quando os leitores supuserem, pois democracias dessas de dar a palavra ao leitor já fizeram muita gente ir parar ao inferno e muito livro para o cesto do lixo (PEPETELA, 2014, p. 13; grifo nosso).

Confirmando sua vocação para historiador, Pepetela muda seus questionamentos, sua maneira de abordar o passado, conforme mudam as questões trazidas pelo seu tempo presente. Seu rol de indagações sobre a transição entre o período colonial e o pós-colonial se aproxima muito dos questionamentos trazidos por Mbembe (2014, p. 22):

Para muitos agentes da época [colonial], tratava-se definitivamente de um combate maniqueísta. Interpretação da vida e preparação para a morte, a luta pela descolonização ganhava muitas vezes contornos de uma procriação poética. Para os heróis da luta, exigia seu próprio despojamento, uma incrível capacidade de ascese e, em alguns casos, o frémito da embriaguez. Cinquenta anos depois, que vestígios, marcas e resquícios subsistem dessa experiência de sublevação, da paixão que a inflamou, dessa tentativa de passagem do estado de coisa ao estado de sujeito da vontade de retomar a “questão do homem”? Haverá, realmente, algo a comemorar ou, pelo contrário, é necessário recomendar? Recomendar o que, por que, como e em que condições? Se, tal como reiterara Franz Fanon, a comunidade descolonizada se define pela relação com o futuro, a experiência de uma nova forma de vida e uma nova relação com a humanidade, o que redefinirá então o conteúdo original para o qual deve ser criada uma nova forma?

Portanto, se considerarmos o conjunto de obras de Pepetela, sobretudo a partir dos anos 1990, veremos que, embora a crítica ao colonialismo já não esteja na centralidade dos textos, a percepção sobre a sociedade e as relações de poder dentro dela muda significativamente. Em *Predadores*, a história oficial passa a não ser mais imposta por uma discursividade ultramarina portuguesa, mas sim resultado da experiência política encabeçada pelo MPLA. Nesse contexto é que a narrativa de Pepetela se mostrará contra-hegemônica, e não somente anticolonial.

Vladimiro Caposso, personagem central do enredo, nasceu no Calulo, Kuanza-Sul, com o nome de José Caposso. Em 1974, ao perceber que Portugal perderia a guerra, entra para o MPLA não por motivos político-ideológicos, mas como um salvo-conduto para suas atividades ilegais e seu objetivo de ascensão social a qualquer custo. Vladimiro reinventa sua história³⁰ para legitimar-se diante do governo. Adota o nome de Vladimiro como uma suposta referência ao revolucionário russo Vladimir Ilitch Lenin, e adultera seu documento de identidade, apontando como local de nascimento não mais o Calulo, mas sim o Catete, terra de Agostinho Neto, o grande poeta da independência e primeiro presidente de Angola.

O nome de Vladimiro Caposso apresenta outra ironia. Suas iniciais apontam para o bordão utilizado pelo MPLA em suas campanhas – *Vitória é Certa!* – anteriormente mencionado. Se no contexto da independência o bordão era um chamado para a mobilização das massas e pela unidade nacional, aqui a utilização das iniciais VC menospreza as aspirações que embalsamaram as gerações iniciais do MPLA, contexto de *Mayombe*, ao mesmo tempo em que ressignifica o sentido de “vitória”, atualizado para o ganho próprio, o egoísmo e a ausência de uma ética que norteie e garanta o aspecto humano: trata-se da *minha* vitória.

Escondeu o bilhete de identidade do período colonial numa malita velha trazida do Cuanza-Sul com a roupa. Nesse BI constava como José Caposso e natural de Calulo, sem profissão. O cartão do Éme bastava para todas as exigências. Não lhe custou nada abandonar o José, efectivamente só o pai lhe chamava assim, porque para os outros era Caposso. José portanto não foi substituído por Vladimiro, apenas caiu por desuso. Foi nesta altura também que arranhou uma assinatura revolucionária, capaz de fazer inveja àqueles heróis vindos da mata. Passou a assinar VC, assim mesmo, com letras maiúsculas, explicando para quem não sabia que não só era seu nome mas como VC significava também *Vitória é Certa*, principal palavra de ordem do MPLA. Quem poderia imaginar uma assinatura mais revolucionária? (PEPETELA, 2014, p. 94-95)

³⁰ O falseamento do passado é também abordado em *O vendedor de passados*, de José Eduardo Agualusa (2014).

Da mesma forma, Pepetela utiliza-se de outra personagem, Carmina Cara de Cu, conhecida também por CCC em *O Desejo de Kianda*, para dirigir o mesmo tipo de crítica feita sobre Vladimiro Caposso. O nome de Carmina é uma alusão ao Comitê Central do MPLA, instância composta por pessoas com relação direta ao presidente, com poder deliberativo e que tem centralidade na estrutura partidária. Uma instância composta por pessoas capazes de movimentar os círculos clientelistas do poder. Na personagem, está presente o mesmo jogo satírico que denuncia uma antiética política no governo e desqualifica a elite, a partir da relação entre as iniciais dos nomes e as siglas partidárias.

Na mistura entre ficção e história realizada por Pepetela, o processo de Independência torna-se um divisor de águas para Angola e também para Vladimiro Caposso. De simples ajudante de um comerciante português, em 1974, Vladimiro torna-se em um dos maiores empresários angolanos em 2004, sempre agindo de forma obscura onde o Estado apresenta-se deficiente. Monta uma frota de transporte clandestina, possui contas em paraísos fiscais, age na especulação imobiliária, no tráfico de diamantes e armas, sem qualquer senso ético e de coletividade, amparado quase sempre pelo aparelho burocrático. Observa-se nele o percurso do matumbo³¹ que aproveitou cada oportunidade e brecha no poder para ascender socialmente, ainda que essa ascensão tenha se dado em sacrifício das esperanças alimentadas em *Mayombe*.

A burguesia nacional é desde o início orientada para atividades de tipo intermediário. A base de seu poder reside em seu senso do comércio e dos pequenos negócios, em sua aptidão para angariar comissões. Não é seu dinheiro que trabalha mas seu senso das operações comerciais. Não investe, não pode realizar essa acumulação de capital que é necessária para o desabrochamento e a expansão de uma burguesia autêntica. O domínio terciário, outrora controlado pelos colonos, será invadido pela jovem burguesia nacional. Não se trata de colocar à frente dos serviços cidadãos não formados politicamente. Todas as vezes que esse processo foi adotado observou-se que o poder tinha de fato contribuído para o triunfo de uma ditadura de funcionários formados pela antiga metrópole que logo se revelavam incapazes de pensar na totalidade da nação. Esses funcionários começam bem depressa a sabotar a economia nacional, a desconjuntar os organismos, e a corrupção, a prevaricação, a dilapidação dos estoques e o mercado negro instalam-se (FANON, 1968, p. 148).

Seus negócios escusos iniciam-se quando “herda” uma venda de Sô Amílcar, um português para quem trabalhava ainda em 1974. Nesse ponto, o processo de simbiose de

³¹ Expressão quimbundu utilizada pelos cidadãos de maneira pejorativa para se referirem ao camponês como ignorante.

Vladimiro Caposso poderia ser descrito como o de um “Caliban Prosperizado”, conforme análise de Boaventura de Sousa Santos (2003), ou seja, de um colonizado que assume características do ex-colonizador. De outra forma, a relação de Vladimiro Caposso com o português serve como uma figuração para o drama das ex-colônias em preencherem os circuitos econômicos erigidos pelas metrópoles, e posteriormente abandonados por elas assim que a colonização finda.

A análise de Boaventura de Souza Santos (2003) discute o quão problemático é o entendimento da pós-colonialidade quando o colonizador também ocupa uma posição (semi)periférica no sistema mundo, como é o caso de Portugal. Nesse contexto, estabelecem-se na empreitada colonial zonas intersticiais de hibridismo que criariam uma relação entre colonizador e colonizado sob outros termos, matizados, e não tão polarizados quanto como o colonialismo britânico (SANTOS, 2003). Para o pensador português, o colonialismo lusitano apresenta uma especificidade:

O fato de o colonizador ter a vivência de ser colonizado não significa que se identifique mais ou melhor com o seu colonizado. Tampouco significa que o colonizado por um colonizador-colonizado seja menos colonizado que o colonizado por um colonizador-colonizador. Significa apenas que a ambivalência e a hibridação detectadas pelo pós-colonialismo anglo-saxônico estão, no caso português, muito além das representações, dos olhares, discursos e práticas de enunciação. São corpos e encarnações, vivências e sobrevivências cotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico (SANTOS, 2003, p. 28).

A crítica que Pepetela dirige à predatória elite angolana alinha-se às reflexões de Frantz Fanon (1968, p. 77) sobre o processo de consolidação dos governos após o fim das colonizações, quando “a apoteose da independência torna-se em maldição da independência”. As potências coloniais, como castigo aplicado à insubordinação de suas ex-colônias, esfacelam a estrutura produtiva, ao passo que os circuitos econômicos são mantidos, forçando as ex-colônias a voltarem-se para uma superexploração das forças produtivas de suas próprias populações. O processo de descolonização acaba por ser uma implosão, obrigando a mudança de status de *colonizado* para *dependente* (FANON, 1968).

Numa relação inversa de sentidos entre *Mayombe* e *Predadores*, se podemos dizer que na primeira obra a floresta se constitui em cidade-nação, na segunda, a cidade de Luanda, lugar onde se passa grande parte da narrativa, é a própria selva. Espaço

privilegiado nos textos de Pepetela, a capital angolana é a síntese dos paradoxos vividos no país após 1975, materializando a conturbada relação de permanências e rupturas com o período colonial. A cidade se torna palco da nova elite, agora nativa, mas também reduto para todos os “marginalizados do processo”, como os jovens Nacib e Kasseke, e também Simão Kapiangala, ex-combatente e mutilado de guerra, que migra para Luanda em busca de melhores condições de vida, representação de milhares de outras pessoas deslocadas no êxodo causado pela guerra civil.

Do tratamento dado à história pela ficção, surge o paradoxo entre Simão Kapiangala e Hoji-ya-Henda. O primeiro está no plano ficcional, “sobrevivente”, em situação brutal de precariedade. O segundo, uma referência histórica das FAPLA, morto em combate contra o exército português e, por isso, herói nacional. O mutilado de guerra sintetiza a tragédia da desventura pós-colonial. É, ele mesmo, o ponto de encontro entre duas forças antagônicas: a tentativa do país em se desvencilhar do lugar de colonizado e o surgimento de uma categoria social – a elite subdesenvolvida – que trai esta mesma tentativa. Simão Kapiangala poderia ser a representação desse conflito no pensamento de Fanon (1968, p. 124; grifo nosso):

A fraqueza clássica, quase congênita da consciência nacional dos países subdesenvolvidos, não é somente consequência da *mutilação do homem colonizado pelo regime colonial*. É também resultado da preguiça da burguesia nacional, de sua indigência, da formação profundamente cosmopolita de seu espírito.

Na batalha declarada entre Simão Kapiangala, o mutilado e socialmente deslocado, e Vladimiro Caposso, o *nouveau riche*, o primeiro é terrivelmente atropelado pelo filho do segundo. Numa sociedade em que tipos como Vladimiro Caposso se sobressaem, cujo único projeto é o enriquecimento pessoal a curto prazo, pouco importa a presença física e simbólica de tipos como Simão Kapiangala.

Hoji-ya-Henda dá nome hoje a uma das principais avenidas de Luanda, próxima ao Largo do Kinaxixi, por onde Simão Kapiangala provavelmente passou incontáveis vezes a pedir dinheiro e mostrar suas cicatrizes. É importante considerar também que, em *Mayombe*, Sem Medo foi um subordinado de Henda. Podemos especular que, caso não tivesse morrido em combate, uma das possibilidades futuras do Comandante seria tornar-se Simão Kapiangala. A morte evitou que o herói se transformasse em um pobre moribundo, com um passado de luta apoteótico e um presente trágico. Se anteriormente a 1975 eram as forças coloniais que diminuía o angolano, no contexto de *Predadores*,

o ser humano subalternizado parece um bonifrate nas mãos não de um oráculo (este é reservado aos reis), nem de um grande feiticeiro (só trabalham, para a classe dominante), mas de uma força que de misteriosa não tem nada: a pobreza. No contexto em questão, só o subalterno parece sofrer o trágico e as suas consequências, pois o dominante, pela sua posição (dispõe do capital político assim como do capital financeiro), segura as redes do (seu) destino (SCHURMANS, 2012, p. 335).

A partir das experiências socioespaciais das personagens, é possível relativizar os vários níveis de recepção da obra, afastando ou aproximado o “nós-leitores-angolanos” do leitor que se encontra fora de Angola, tensionando a leitura global e a regional. Se tomarmos a trajetória de Simão Kapiangala como exemplo,

sua biografia faz sentido no contexto da capital de Angola, mas a mesma personagem, no seu profundo desespero, também faz sentido além fronteiras, pois o seu sofrimento é o de todos os condenados do planeta. É por isso que comove à distância o leitor longínquo, africano ou não, assim como, pelo contrário, poderá ser indiferente a um eventual leitor local da classe alta de Luanda (SCHURMANS, 2012, p. 350).

O processo de urbanização de Luanda tem se mostrado precário. Não só pelo peso das guerras, mas também pela posição rentista tomada pela elite do país. Conforme pesquisa realizada por Dos Santos (2015, p. 100-101), Luanda

passou de cerca de 500 mil moradores – no momento da Independência, em 1975 – a cinco milhões em 2011 (estimativas não oficiais), ou seja, a população decuplicou em 26 anos. Apesar de seu lugar de destaque na sociedade angolana, Luanda corresponde à imagem do país e cerca de 50% do tecido urbano da cidade é formado por musseques. A economia da cidade tem duas faces: aquela das elites nacionais e estrangeiras, muitas vezes decorrente da criação improdutiva de uma renda vinda da extração e da exploração de matérias-primas como o petróleo e os diamantes, da importação e do comércio, da especulação imobiliária e da construção civil. Aqui devemos relembrar que o desenvolvimento imobiliário se destaca de várias formas com a reconstrução da infraestrutura de base que foi destruída durante a guerra civil (estradas, ferrovias, portos, aeroportos e barragens). Ele se destaca também com a reconstrução das ruas e dos prédios urbanos, sobretudo aqueles que pertencem ao poder do Estado e ao poder econômico e que foram destruídos no momento da guerra civil ou, da mesma forma, com a construção de novos edifícios e mansões de luxo que satisfazem o gosto e permitem o esbanjamento dos novos-ricos.

Esse contexto urbano emerge em *Predadores* de maneira polarizada: ora se situa entre o bairro nobre do Alvalade e o musseque do Catambor, ora entre a capital e o interior, a depender do espaço ocupado pelas elites ou pelo que considero aqui os

subalternos, ou ainda o grupo de personagens que se situam à margem do potentado e que, de alguma maneira, contestam o núcleo do poder.

Predadores, levando-se em consideração Vladimiro Caposso, é um “Bildungsroman às avessas”, como bem observa Schurmans (2012). A personagem progressivamente desenvolve uma personalidade altamente agressiva. Aprende com as vicissitudes da vida, mas não num sentido moralmente edificante. Seu interesse é sempre corromper e alargar seu poder. A personagem entende logo que a ascensão dos ganhos em seus negócios escusos está ligada ao seu grau de influência dentro do MPLA, e a independência será o ponto de virada, não somente para Angola, mas também para Vladimiro Caposso.

Após 1975, e com a transformação do MPLA em partido único, instaura-se um processo de centralização do poder em relação ao sistema econômico e social, e dentro da própria estrutura partidária. A trajetória de Vladimiro, de certa maneira, recria as instâncias hierárquicas dentro do MPLA. Logo que vai trabalhar na vivenda de Sô Amílcar, Vladimiro Caposso é convidado por seu então amigo Sebastião Lopes a tornar-se operário e fazer parte dos comitês, base de mobilização popular do MPLA. A possibilidade é rechaçada por Vladimiro num primeiro momento, mas quando “herda” a venda, seu ingresso na política é motivado pelo interesse na manutenção do seu novo negócio. Assim, vai tecendo uma rede clientelista dentro do partido que garante sua projeção política, ao passo que protege a manutenção da venda, mesmo num período de forte racionamento do abastecimento.

Esta substituição de Sô Amílcar por Vladimiro Caposso é, em boa medida, um reflexo do processo de formação da então incipiente burguesia nacional que, na indisponibilidade dos

Meios materiais [e] dos meios intelectuais suficientes (engenheiros, técnicos), a burguesia limitará suas pretensões à retomada dos escritórios e casas comerciais outrora ocupados pelos colonos. *A burguesia nacional toma o lugar da antiga população europeia*: médicos, advogados, comerciantes, corretores, despachantes, agentes de mercadorias em trânsito. Julga ela que, para a dignidade do país, e sua própria salvaguarda, deve ocupar todos estes postos (FANON, 1968, p. 126; grifo meu).

Vladimiro forja sua legitimidade política sobre mentiras. Apropria-se de forma fraudulenta de uma simbologia/discurso que historicamente esteve ligada à esquerda para atrair reconhecimento. Dessa forma, deixa de ser um simples figurante anônimo nos

comitês do MPLA para tornar-se membro do Comitê Central – uma das mais altas instâncias do partido – e artífice da economia do país.

Mudam-se os agentes, mas as relações de poder permanecem excludentes. Vladimiro Caposso é o alvo para o qual Pepetela dirige sua crítica à derrocada daquele projeto de nação aspirado em *Mayombe* e ao quadro perverso de poder do qual o MPLA passou a fazer parte. Algumas passagens de *Predadores* são significativas neste sentido. Quando Vladimiro Caposso cerca suas terras na Huíla, impedindo a subsistência dos pastores e da cultura tradicional local, Bernardino Chipengula, liderança comunitária, manifesta a contradição representada pelo MPLA:

A primeira vez que vieram ao Lubango militantes do MPLA para abrir uma delegação, num comício no antigo campo do Liceu lançaram uma palavra de ordem que me marcou. Era preciso acabar com o arame farpado. Tinha sido uma reclamação antiga dos criadores tradicionais de gado, que viam os seus pastos ocupados pelos colonos. E sobretudo os caminhos para a transumância serem cortados pelas intransponíveis barreiras de arame farpado que os fazendeiros iam implantando. Foram guerras épicas, essas do tempo colonial. E o MPLA veio e disse, cortem o arame, a terra é do povo. Gostei. Vinte e tal anos depois, começam a vir os mesmos para fechar os pastos e os caminhos com arames farpado. Foi isso (PEPETELA, 2014, p. 128).

Ainda, no jogo torpe do poder, Vladimiro Caposso decide casar-se na Igreja Católica, nem um pouco motivado pela crença religiosa, mas como maneira de conseguir negócios com o Vaticano relacionados à especulação imobiliária. Curiosamente, reforçando os laços criados por Pepetela entre a ficção e os acontecimentos políticos do país, o casamento de Vladimiro Caposso, narrado em tons paródicos, parece uma ironia ao próprio casamento do então presidente José Eduardo dos Santos. Especula-se que, durante as eleições presidenciais de 1992, disputadas entre MPLA e UNITA, o presidente angolano teria se casado como forma de estreitar os vínculos com a Igreja Católica, recebendo inclusive a visita do Papa. Enquanto o MPLA divulgava a imagem de Jonas Savimbi com armas na mão, José Eduardo dos Santos associava a sua imagem à busca da paz, depois de devolver os bens nacionalizados à Igreja (GOMES, 2009).

O MPLA, entendido aqui pela representação de sua alta cúpula, aparece distanciado de suas bases populares e dos problemas que afligem uma parcela expressiva da população angolana. A indiferença com os desassistidos, característica também presente em Carmina Cara de Cu, é a marca daqueles que operam o poder hegemônico.

Predadores e a trajetória de Vladimiro Caposso correspondem às reflexões de Frantz Fanon sobre a criação da burguesia nacional em *Os Condenados da Terra*. A análise de Fanon a respeito da formação das burguesias nacionais das ex-colônias africanas coincide com o ambiente de Luanda pós-independência na obra de Pepetela. Para Fanon (1968, p. 124-126),

A burguesia nacional, que toma o poder no fim do regime colonial, é uma burguesia subdesenvolvida. Seu poder econômico é quase nulo e de qualquer modo sem medida comum com o da burguesia metropolitana ao qual pretende substituir. Em seu narcisismo voluntarista, a burguesia nacional convence-se facilmente de que podia vantajosamente ocupar o lugar da burguesia metropolitana. No seio dessa burguesia nacional, não se encontram industriais nem grupos financeiros. Estar no circuito, na mamata, parece ser sua vocação profunda. Entretanto, ela não cessa de exigir a nacionalização da economia e dos setores comerciais. É que, para ela, nacionalizar não significa pôr a totalidade da economia a serviço da nação. Para ela, nacionalizar não significa ordenar o Estado em função de relações sociais novas, cuja aparição venha ser estimulada. Nacionalização, para ela, significa exatamente transferir aos autóctones favores ilegais herdados do período colonial.

As conexões de Vladimiro Caposso com seus parceiros internacionais, o comerciante paquistanês Karim e com o lobista norte-americano Omar, feitas para explorarem o mercado imobiliário de Angola, representam o jogo perverso da exploração capitalista que, no fim, acabam por tornar frágil a relação entre nação periférica e mercado global. Após o fracasso das negociações espúrias realizadas entre os três, Vladimiro Caposso vê parte da sua riqueza ir parar nas mãos dos outros dois. Perde o controle de sua principal “empresa”, a Caposso Trade Company (CTC), e de “grande” comerciante torna-se devedor.

A perspectiva imediatista de Caposso é sintomática da dependência e da incapacidade das elites periféricas em protagonizarem o mercado internacional, subordinando-se à lógica neoliberal e às elites dos países centrais. A busca pelo dinheiro é o que orienta sua trajetória, ainda ligada e motivada em boa medida pela herança de precariedade material deixada pelo domínio português (PEREIRA, 2012).

O percurso de Simão Kapiangala no romance elucidada o entendimento desta elite nativa acerca da sociedade angolana. Guerrilheiro que lutou pela independência, perde suas pernas e um dos braços na explosão de uma mina terrestre e, incapaz de permanecer em combate, migra para Luanda, onde sobrevive pedindo dinheiro na rua. Indesejável presença no espaço público,

devido ao tráfico caótico, atiravam uma nota que ele apanhava no ar e Kapiangala agradecia rastarranha rastavurra porreirão. Por vezes alguém lembrava, Luanda deve ser uma cidade bonita, não pode apresentar lixo nas ruas. E vinham polícias militares, apanhavam-no e aos outros mutilados que proliferavam nas ruas da cidade, os levavam como lixo para umas barracas longe do centro, onde davam rações de combate para comerem durante dois dias e depois os esqueciam para morrerem mais depressa. (PEPETELA, 2014, p. 160-161).

Quando Simão Kapiangala morre atropelado por Ivan, filho de Vladimiro Caposso, é confundido com um cachorro e sequer é atendido. Como observa Schurmans (2012), Simão Kapiangala é a expressão do trágico pós-colonial. Negado qualquer tipo de suporte ao ex-combatente, o Estado apresenta-se como um opressor. Fonte de riquezas para alguns, que conseguem benesses “à la Vladimiro Caposso”, é ao mesmo tempo estrutura opressora para outros tantos. Simão Kapiangala, que deveria ser considerado herói nacional, torna-se, segundo a nova perspectiva hegemônica, algo a ser obliterado.

Na rua viveu mais uns tempos, com uma ou outra abusiva captura pelos policiais militares que o atiravam lá pelos lados de Viana, vai morrer longe das vistas da *gente de bem* que a tua imagem incomoda. Até que Ivan o Imbumbável veio disparado com seu jipe e lhe passou por cima, deixando no meio da rua aquela massa sanguinolenta do que fora um homem. Ivan disse não vi julguei era um cão, e acredito foi sincero mas estava enganado, Simão Kapiangala nem cão era para a maior parte dos que passavam ali. Nunca o confessarão, nem no mais escondido dos seus segredos, mas uns tantos apressados de acumular dinheiro estilando nos carros de última geração mais caros do mundo, aquela metade de homem era incómoda ali no meio da rua, pois mesmo em silêncio gritava acusações que eles não gostavam de recordar, rastarranha rastavurra rastaparta (PEPETELA, 2014, p. 165-166; grifo nosso).

Em *O Desejo de Kianda*, outro ex-combatente também mutilado de guerra, anônimo e com breve passagem na narrativa, expressa aquilo que Simão Kapiangala poderia ter dito, e que, no entanto, o receptor de *Predadores* não chega a decodificar com clareza que o desprezo das elites não é só pela (representação da) miséria, mas igualmente pela constituição e defesa de uma memória sobre o passado:

Pois é. Quando eu estava na guerra era um herói, das gloriosas FAPLA, porque defendia a vossa vida. E vocês aqui porreiros na cidade. Agora que perdi as pernas, já não sou herói, nem direito tenho de viver. E vocês continuam porreiros aqui (PEPETELA, 1995, p. 60).

A condição de silenciamento imposta pelo Estado a Simão Kapiangala e o completo impedimento de seu acesso aos espaços de poder são os elementos que

caracterizam sua condição de subalternidade, ou seja, um sujeito que não tem poder frente ao Estado, ao passo que também não possui recursos para sua autorrepresentação (FIGUEIREDO, 2010). Conforme Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 17), esta atmosfera díspare que envolve Angola pode ser definida como uma questão em que,

No Sul global, as respostas fracas traduzem-se em imposições ideológicas e violências de toda a espécie no quotidiano dos cidadãos, excepto no das elites que constituem o pequeno mundo do Sul imperial, a “representação” do Norte global no Sul global. Adensa-se, no entanto, no espírito da época, o sentimento de que esta diferença de impactos, apesar de real e abissal, esconde a tragédia de uma condição comum: a saturação de conhecimento-lixo incessantemente produzido por um pensamento ortopédico que há muito deixou de pensar nas mulheres e nos homens comuns. Esta solidão exprime-se na carência inabarcável de conhecimento credível e prudente que nos garanta a todos, mulheres, homens e natureza, uma vida decente.

A tentativa de anulação de vozes como as de Simão Kapiangala ou a dos pastores do Huíla são, na orquestração da nação, orientadas por um elitismo, colonial ou da própria burguesia nacional, para o qual os processos de modernização e desenvolvimento são partilhados apenas por essas elites. Em decorrência, as narrativas possíveis sobre a nação, sobretudo aquelas concernentes à historiografia, tendem a atribuir os avanços às autoridades destas elites e às suas instituições.

É contra esta perspectiva que se coloca o projeto literário de Pepetela. Se há algum ponto comum que perdura em toda a obra do autor é o fato de ela trazer a marca da contra-hegemonia, ao tentar abrir em seu texto um lugar de representação para os subalternizados.

4.1. Contra-hegemonia: Nacib, os “marginalizados do processo” e as novas estratégias utópicas

Em *A Geração da Utopia*, Aníbal, personagem que se assemelha a Sebastião Lopes em *Predadores*, ex-combatente do MPLA que não se deixa corromper pelo poder e, ainda sensível aos problemas sociais, propõe o MMP – Movimento dos Marginalizados do Processo:

Para dizer a verdade, tinha vontade de criar o MMP, o Movimento dos Marginalizados do Processo. Como único programa, ser oposição ao futuro governo eleito, qualquer que seja. Porque marginalizados só podem ser oposição, nunca ganham eleições, mesmo sendo a esmagadora maioria da população. Se por um azar o Movimento ter a

maioria dos votos, o que correspondia a uma impressionante tomada de consciência do povo, dissolvia-se automaticamente, para não ser corrompido pelo uso do poder. Mas como bom intelectual angolano, não tenho capacidade para pôr em prática esta bela ideia (PEPETELA, 2013, p. 374).

Em *O Desejo de Kianda* também surge a referência aos “marginalizados do processo”:

Carmina chamou o criado e encomendou uma garrafa de champanhe, o mais caro francês, porque em Luanda sempre foi assim, temos fome e o melhor champanhe francês e uísque velho. Muitos morrem por ingerirem caparoto barato, destilado clandestinamente com pilhas para acelerarem a fermentação, *mas esses não contam, são os marginalizados do processo, deste e do anterior* (PEPETELA, 1995, p. 46, grifo nosso).

Se associarmos a fala do narrador de *O Desejo de Kianda* com a de Aníbal, teremos uma noção de quem seriam os “filiados” ao MMP, um amplo movimento de massa, já que dele fariam parte toda a sorte de segmentos sociais que não participam e não se reconhecem no núcleo que atualmente ocupa o poder. Sua plataforma, por assim dizer, tem pouco senso prático, o que reflete a ausência de uma ideologia tão forte quanto foi o socialismo no período da descolonização, ou ao menos que seja capaz de propor algo tão consistente quanto, ao passo que expressa a trajetória de distanciamento entre o intelectual e as massas, característica dos processos de independência nos países africanos (FANON, 1968). De um lado, surge a ideia um tanto cética sobre o que seja o poder, ou sobre o que tem sido a experiência do poder, essencialmente corruptor, a “fonte do mal” (SCHURMANS, 2012, p. 349). De outro, a noção de que as formas de resistência ao poder são limitadas, o que não quer dizer que não sejam tentadas. A “proposta” do MMP carrega muito da perspectiva política de Pepetela e suas dúvidas sobre “utopias”:

FC – Acredita ainda em alguma utopia?

P – Grande utopia, não. Pequenas, por vezes. Mas essas deixam de ser utopias. *Mas ainda tenho uma vaga esperança* que as pessoas aprendam com a História e não passem a vida a repetir os mesmos gestos que só as conduzem para grandes desastres. A Europa, por exemplo, neste momento começa a ter tiques semelhantes à época anterior às duas grandes guerras que provocou. Até no seu relacionamento com os países do Sul começa a adivinhar-se o seu rancor colonialista, afinal nunca totalmente destruído. Será uma utopia esperar que consiga evitar o que parece inevitável? (CASTRO, 2014, p. 213; grifo nosso).

Distopia então assume um duplo sentido para Pepetela. O autor admite que o projeto utópico não se concretizou e transformou a utopia numa luta quimérica, incapaz de enfrentar as várias mazelas políticas e sociais. Por outro lado, ele também demonstra a crença em “pequeninas utopias”, fracas em seu poder de substituir o socialismo, mas capazes de oferecer um referencial para a reorganização da estrutura social, na medida em que atualizam expectativas e objetivos futuros. Nesse sentido, distopia não significa o abandono por completo da utopia, uma vez que o descontentamento com a realidade social permanece a impulsionar a ação política (MIGUEL, 2017). Dessa forma, temos um sentido de renovação em Nacib, e de continuidade da ação política em Sebastião Lopes.

Nacib Germano de Castro é uma daquelas personagens que compõem o rol dos “marginalizados do processo”. É o meio com o qual Pepetela amplia seu olhar sobre o povo angolano e suas estratégias para estabelecerem vínculos de solidariedade como forma de criar algum amparo contra as condições duras de vida. Com Nacib é possível alcançar os jogos de forças internos e externos que enredam Angola.

O jovem Nacib é a antítese de Vladimiro Caposso. Nascido e criado no musseque do Catambor, trabalha desde muito cedo para auxiliar sua família. Seu bom desempenho escolar favorece a entrada no “Instituto” – espécie de ensino técnico profissionalizante – para cursar Mecânica, que servirá de preparo para seu ingresso na universidade. Nacib é o *flâneur* ingênuo e compromissado com quem é possível olhar para Luanda de maneira sensível, saber das várias nuances e mutações da cidade. Sua paixão por Mireille, filha mais nova de Vladimiro Caposso, faz com que esteja sempre em contato – ainda que à margem – com o universo dos poderosos de Angola.

Enquanto a trajetória de Vladimiro Caposso aponta para a riqueza como propriedade material – nasce “matumbo” do interior, mora em Marçal e depois Alvalade, tornando-se proprietário de terras, numa escalada social –, Nacib tem sempre o Catambor e sua casa ao pé do imbondeiro como referência socioespacial e simbólica. O Catambor é o local para onde Nacib sempre retorna. Se a base de *Mayombe* era o espaço de estreitamento social e definidor de uma identidade comum entre os combatentes, o musseque torna-se em *Predadores* o local a partir de onde se renovam os vínculos de solidariedade³².

³² Ponto latente em *Noites de Vigília*, de Boaventura Cardoso. A obra referencia inúmeros musseques de Luanda, a partir dos quais os movimentos de resistência ao colonialismo se organizam para o enfrentamento. É o local onde se criam as experiências afetivas e os vínculos fraternos entre as personagens.

Essa representação dos marginalizados do processo, alinha-se às considerações de Mbembe (2014, p. 25) quando o pensador diz que:

Em África, não significa que não existe nenhuma aspiração sã à liberdade e ao bem-estar. É difícil a esse desejo encontrar uma linguagem, práticas efectivas e, sobretudo, uma tradução em novas instituições e uma nova cultura política, na qual a luta pelo poder já não é um jogo de soma zero. Para que a democracia se enraíze em África, deve ser apoiada por forças sociais e culturais organizadas; instituições e redes resultantes da genialidade, da criatividade e, sobretudo, das lutas diárias das próprias pessoas e das suas próprias tradições de solidariedade.

Um dos problemas crônicos enfrentado pelas ex-colônias assim que conseguiram suas independências foi a falta de quadros técnicos e mão-de-obra especializada que pudessem impulsionar a base produtiva. Esse fenômeno ajuda a explicar a incapacidade das burguesias periféricas em assumirem um protagonismo transformador de fato (FANON, 1968).

Nacib, porém, aponta para uma renovação da utopia. Sua escolarização técnica no curso de mecânica, apesar de todos os limites materiais, é complementada na pequena oficina de sô Mateus, localizada no Catambor embaixo de uma árvore, reiterando mais uma vez a percepção dos musseques como espaços de solidariedade. A formação de Nacib figura a tentativa de quebra do ciclo de dependência gerada pelo colonialismo, perpetuado pela carência de formação especializada e comprometida com as questões sociais. A atitude de Nacib é sempre retornar para o seu círculo social, potencialmente identificado com os subalternizados. Essa criação de vínculos comunitários em torno de Nacib é o que assegura que o caminho seguido por ele não será o mesmo de Vladimiro Caposso. É também, na narrativa de Pepetela, expressão de uma certa práxis, não mais pautada na violência anticolonial (uma vez que o contexto é diferente), de um país que começa a desconfiar das velhas práticas clientelistas que se cristalizaram na estrutura do poder desde a independência.

Ao se formar em 2003, portanto já no período em que o país alcança a paz, Nacib entra para um programa de pós-graduação nos Estados Unidos. Tal experiência indica ao leitor um outro viés da relação centro-periferia, ainda herdeira daquela relação colônia-metrópole. Em suas andanças pela Califórnia, conhece Omar, lobista do ramo de petróleo, que negocia com vários países africanos o acesso ao mercado norte-americano, ainda que isto seja feito sob as custas da precarização de países periféricos como Angola. Esta passagem, do ponto de vista das relações geopolíticas, revela que no jogo de predadores

sempre haverá um mais forte, e Vladimiro, em comparação aos mega exploradores do capital internacional, é também presa. A isenção de Nacib nesse jogo perverso permite um olhar mais apurado sobre os vários níveis de exploração figurados na obra, naquilo que Edward Said (2011, p. 379) chama de “viagem para dentro”, ou uma

variedade particularmente interessante de obra cultural híbrida. E o fato de existir é um sinal de internacionalização adversária numa época de manutenção das estruturas imperiais. O logos já não reside exclusivamente, por assim dizer, em Londres e Paris. A história já não corre unilateralmente, como pensava Hegel, do Oriente para o Ocidente, ou do Sul para o Norte, tornando-se mais elaborada e desenvolvida, menos primitiva e atrasada à medida que avança. Pelo contrário, as armas da crítica tornaram-se parte do legado histórico do império, em que as separações e exclusões do “dividir para dominar” são apagadas e brotam novas configurações surpreendentes.

O próprio nome “Nacib”, retirado de Gabriela, de Jorge Amado, é uma referência que pode parecer trivial em *Predadores*, mas que aponta os desejos por estreitamento de vínculos das margens atlânticas entre Brasil e Angola, para além daqueles que historicamente se criaram no período escravista. O Brasil ocupa um lugar privilegiado para onde as projeções positivas das personagens (e do próprio autor) se deslocam. Temos, então, com essa personagem, formas de atingir os pontos críticos que delimitam uma nação: a complexidade da formação de seu povo, as estratégias de vínculos sociais, os jogos de interesse internos e externos, assim como as referências às tradições e aos mitos nacionais.

Esta conexão de Angola com o Brasil não é por acaso, em particular por Jorge Amado. É possível dizer que as produções literárias das ex-colônias portuguesas apresentam uma identidade estético-ideológica que ultrapassam suas fronteiras. Nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), essa identidade é marcada pelo engajamento político e pelo nacionalismo. Para o escritor moçambicano Mia Couto, Jorge Amado é o escritor que mais influenciou a literatura dos PALOP (BERGAMO, 2013).

Essa relação da literatura angolana com Jorge Amado é recíproca. Basta lembrar que a apresentação da publicação *Poemas de Angola*, de Agostinho Neto, realizada pela Editora Codecri em 1976, foi feita pelo autor baiano, no qual é possível ler:

Devemos aos angolanos parte de nossa originalidade de nação e é chegado o tempo de pagar um pouco dessa imensa dívida, apoiando sua independência, seu governo legítimo presidido pelo poeta Agostinho Neto. Também a publicação desses poemas no Brasil é uma forma de contribuir para Angola independente, democrática e socialista (AMADO *apud* NETO, 1976, p. 9-10).

O Nacib de *Predadores* é a afirmação do caráter supranacional do engajamento literário que envolve as literaturas de língua portuguesa. O volume crítico gerado pela obra de Jorge Amado, a partir da década de 1930, marcadamente relacionada à diversidade cultural e com a representação dos segmentos sociais marginalizados, gerou ecos na literatura angolana (BERGAMO, 2013), particularmente em Pepetela, cuja influência recebida de Jorge Amado foi diversas vezes declarada³³. Pepetela, à maneira do autor baiano, confere

recorrentemente a palavra aos esquecidos da História hegemónica: as outras vozes, as dos “pobres diabos”, saem do fora-de-palco para terem acesso ao palco. Pepetela é claramente um escritor *situado* no sentido sartriano da palavra, relativamente à necessidade de dar a voz aos esquecidos do processo e do discurso históricos (SCHURMANS, 2012, p. 352-353; grifo do autor).

Já com Sebastião Lopes, atingimos questões centrais que envolvem a inserção das nações periféricas no contexto do capitalismo global. Em primeiro lugar, a personagem está ligada às precárias estratégias de representação política relativas à manutenção das culturas tradicionais face aos interesses predatórios ligados às elites. Outra questão que surge em torno de Sebastião Lopes diz respeito às novas formas de representatividade popular, ou de formas alternativas que os grupos subalternizados encontram de pressionarem o poder diante da ameaça de suas existências.

Se é possível dizer que a desilusão de Pepetela está voltada para a organização do poder, seja ele qual for (percepção refletida na “proposta” do “Movimento dos Marginalizados do Processo”), sua convicção na força popular resiste, ainda que diante da constatação de que as novas formas de organização não encontrem mais a intensidade transformadora ecoada no passado.

Sebastião Lopes é a encarnação do ideal de que as possibilidades de reivindicação social se renovam. Morador do Bairro Operário, colega de Vladimiro Caposso no período da independência, a ruptura na amizade acontece quando Sebastião Lopes reconhece os traços de corrupção nas atitudes de Vladimiro Caposso. Firme nas posições políticas e na defesa das causas sociais, Sebastião é preso por ser considerado um dissidente e quase

³³ Declarações que podem ser lidas em *Portanto... Pepetela* (CHAVES; MACEDO, 2009). Entrevista a Pepetela, concedida a Fernanda Castro (2014); ou ainda em Entrevista com Pepetela, publicada em *Revista Crioula* (2013).

tem seu nome vinculado ao “27 de maio”³⁴, o que o afasta do MPLA sem no entanto o afastar de suas convicções. Consegue tornar-se advogado e coloca seu ofício à disposição das causas populares. Passa a advogar para a ONG “Defesa dos Criadores Tradicionais” (DECTRA), criada pelo professor de História Bernardino Chipengula, cujo propósito é frear a ocupação ilegal das terras do interior do país pela elite, realizada por Vladimiro Caposso com seu latifúndio, a Fazenda Karan.

Dissidente em relação aos rumos que o MPLA tomou logo após a independência, Sebastião Lopes foi uma das “purgas” realizadas pelo partido. Sua posição conecta-se à do próprio Pepetela. Sem convicções em “grandes utopias”, mas sem perder a esperança:

VC: Continuas então o mesmo comunista.

Sebastião Lopes: Nunca fui, não sabia o que isso era no fundo. Julgava ser e julgava saber. Aliás, proclamava isso aos quatro ventos. Só mais tarde descobri, aquele comunismo que eu seguia, aquelas ideias generosas de todos iguais e ninguém acima do outro, não existia em parte nenhuma do mundo, era tudo uma tremenda mentira. No entanto, as generosas ideias de solidariedade para com os outros, não pretender explorar ninguém, lutar para que todos os angolanos tenham oportunidades na vida independentemente do que foram os pais, essas ideias ainda são as minhas. Se isso é comunismo, tudo bem, assumo (PEPETELA, 2014, p. 338).

A aproximação de Sebastião Lopes com os pastores nyaneka, etnia de criadores de gado e agricultores tradicionais da Huíla, que se dá em 2004, representa a aproximação

³⁴ Momento de crise dentro do MPLA, o 27 de maio de 1977 é considerado pelo discurso oficial como uma tentativa de golpe para a retirada de Agostinho Neto do poder. Movimento liderado por Nito Alves, ministro do Interior, que criticava o governo pela manutenção de uma estrutura ainda racista e que exercia forte influência nos musseques de Luanda por meio da politização popular, foi rapidamente dissuadido. Entretanto, conforme o discurso oficial, Nito Alves organiza uma rebelião e ataca membros ligados ao círculo de Agostinho Neto, resultando em mortes. Esta narrativa oficial é hoje revista. Nito Alves é também visto como uma voz de insatisfação em relação ao MPLA, diante da morosidade do governo. O acontecimento do 27 de maio, diante de sua extensão e gravidade, é considerado atualmente pela historiografia como um ponto de mudança de reorientação do MPLA, quando então o partido efetua diversas purgas – ou “rectificações” – por meio de prisões e execuções sumárias de seus quadros dissidentes, e deixa de ser identificado como um “partido de massas” para se tornar o partido de uma certa elite. Outro ponto que vale ressaltar sobre Nito Alves, também fruto de uma nova abordagem historiográfica, é de que “a mensagem de Nito Alves sobre a perpetuação da desigualdade racial parece ter ganho uma nova e mais ampla ressonância num contexto em que versões alternativas sobre os acontecimentos do 27 de Maio vêm a lume e, especialmente, no contexto de um modelo de desenvolvimento económico que permanece profundamente excludente. O agravamento do sentimento de privação relativamente às oportunidades detidas e monopolizadas por poucos e partilhadas com o afluxo de estrangeiros a que hoje se assiste, à ostentação da riqueza e à reprodução – sem renovação significativa – das elites políticas e económicas são factores que parecem reactivar as fracturas históricas entre os diferentes segmentos sociais, assumindo, por vezes, novamente contornos raciais. Valeria apenas explorar estas questões, nomeadamente como se produz a ‘racialização’ das representações do poder e como se manifestam as tensões produzidas por esse fenómeno” (GOMES, 2009, pp. 111-112). Sebastião Lopes relaciona-se então à figuração da mudança de orientação do MPLA. Com a personagem é possível concluir que a condição pós-colonial de Angola ainda conservou desigualdades pertencentes às relações coloniais.

do intelectual com as populações rurais do interior do país. Ponto crítico no pensamento de Fanon (1968, p. 104), poderíamos considerar a trajetória de Sebastião Lopes pela reflexão elaborada em *Os Condenados da Terra*:

Repelidos das cidades, esses homens [os dissidentes] se agrupam a princípio nos subúrbios periféricos. Mas a rede policial desencava-os e obriga-os a deixarem definitivamente as cidades. E eles partem em demanda dos campos, das montanhas, das massas camponesas. O militante nacionalista que resolve, em vez de brincar de esconder com os policiais nos centros urbanos, colocar seu destino nas mãos das massas camponesas não perde nunca. Verdadeiros exilados do interior, desvinculados do meio urbano em cujo seio haviam fixado as ideias de nação e de luta política, esses homens se tornam autênticos membros da resistência. Seus ouvidos escutam a verdadeira voz do país e seus olhos veem a grande, a infinita miséria do povo. Eles se dão conta do tempo precioso que foi desperdiçado em inúteis comentários sobre o regime colonial. Compreendem enfim que a mudança não será uma reforma, não será um paliativo.

Mais: assim como a atitude de Nacib de retornar sempre para o seu Catambor, no intuito sincero de melhorar as condições das pessoas e do local, Sebastião Lopes e o grupo de pastores ameaçados por Vladimiro Caposso – os grupos representantes dos “de baixo”, numa perspectiva lucaksiana ou na desenvolvida por Hobsbawm – são pautados por uma ação motivada sempre pelo coletivo, jogando por terra o entendimento vulgar de que as massas estejam sempre em busca da satisfação de seus interesses particulares.

Tendo como foco o personagem Sebastião Lopes, vale dizer então que Pepetela cria um viés alternativo para o que se tem chamado de utopia-distopia. Embora crítico dos descaminhos do MPLA e do processo de modernização de Angola, Aníbal, “vanguarda do MMP” (*A Geração da Utopia*) não tem uma postura proativa capaz de alterar o funcionamento do poder tal como se configura no país. Diferentemente dele, Sebastião Lopes busca interferir na lógica de exclusão.

Diante do abismo criado entre o poder e a população, Chipengula, Nacib e Sebastião Lopes formam o rol de “protetores” dos subalternos em *Predadores*. Proteção não no sentido clientelista, mas sim com o objetivo de formarem, ainda que com toda a precariedade (e mesmo uma falta de consciência ideológica clara a respeito do significado de suas ações, como é o caso de Nacib), uma estratégia de defesa, uma forma de conseguirem brechas num sistema político pouco aberto às demandas populares. Portanto, no confronto de forças absolutamente desiguais entre elites/Estado e os “marginalizados do processo”, essas personagens são aquelas que criam alguma possibilidade dos segmentos mais subalternizados terem alguma chance, alguma condição de se fazerem

ouvidos. As três personagens atualizam o sentido de resistência, não mais pautado somente pela forma organizada dos movimentos nacionalistas, mas também por ações e gestos cotidianos. Uma característica das sociedades pós-coloniais. Conforme a reflexão proposta por Bill Ashcroft (2001, p. 20),

Observando a maneira como o controle colonial foi frequentemente expulso pelos movimentos de libertação nacional e substituído por elites nativas igualmente coercitivas, nós podemos questionar: o que realmente significa resistir? O termo “resistência” adequadamente descreve relações, conflitos ou influências culturais na era da globalização? Ultimamente, “resistência” é uma palavra que se adapta a uma grande variedade de circunstâncias, e poucas palavras mostram tamanha tendência para se tornar um cliché ou uma retórica vazia, sendo cada mais utilizada como uma descrição para qualquer tipo de conflito político. Mas se nós pensarmos em resistência como qualquer forma de defesa pela qual um invasor é bloqueado, as sutis e muitas vezes não ditas formas de resistência cultural e social têm sido muito mais comuns. São estas sutis e mais generalizadas formas de resistência, formas de dizer “não”, que são mais interessantes por serem mais difíceis de serem combatidas pelo poder imperial³⁵.

Com a batalha ganha por Sebastião Lopes e seus representados, o caminho da transumância em direção ao sul, antes impedido pelas cercas da Fazenda Karan, é restabelecido. As formas de resistência se atualizam com a perspectiva de vitória que se abre a partir do sul. Agora, a defesa se faz com aquilo que existe de particular em Angola e no continente africano: os modos de vida tradicionais, as cosmogonias próprias que derivam da África e formas diversificadas de organizações sociais. Os guerrilheiros agora já não agem com armas. Pepetela aponta com Nacib e o desfecho de *Predadores* a opção política por uma sinergia identitária periférica entre os países, criando outros caminhos para a produção literária que não dependa dos países centrais, ou que não os tenha como referência determinante, desvelando aquelas fórmulas culturais híbridas às quais se referiu Edward Said (2011).

Se é da tensão e da crise que surge o romance, conforme um entendimento lukacsiano, o povo e a nação se mostram a matriz do texto em Pepetela. Afinal, ainda que

³⁵ Tradução livre de: “Observing the way in which colonial control was often ejected by national liberation movements only to be replaced by equally coercive indigenous élites, we might well ask: What does it really mean to resist? Does the term ‘resistance’ adequately describe cultural relationships, cultural oppositions or cultural influences in the era of globalization? Ultimately, ‘resistance’ is a word which adapts itself to a great variety of circumstances, and few words show a greater tendency towards cliché and empty rhetoric, as it has become increasingly used as a catch-all word to describe any kind of political struggle. But if we think of resistance as any form of defence by which an invader is ‘kept out’, the subtle and sometimes even unspoken forms of social and cultural resistance have been much more common. It is these subtle and more widespread forms of resistance, forms of saying ‘no’, that are most interesting because they are most difficult for imperial powers to combat”.

sob condições diversas, o mesmo povo que gestou Vladimiro Caposso é também aquele que criou Nacib. Essa encruzilhada – a nação que se encontra diante de caminhos antagônicos – confere um sentido muito particular à percepção de distopia na obra do autor angolano. Se é possível pensar que todos os levantes e revoltas das colônias portuguesas, apesar de seus fracassos (a exemplo da resistência desencadeada pela UPA em 1961), criaram as condições para as conquistas das independências, a tarefa agora é reconhecer, ou mesmo (e mais uma vez) elaborar uma narrativa que suporte os enfrentamentos atuais na cotidianidade da população angolana que podem significar vitórias futuras.

CONCLUSÃO

A análise de *Mayombe* e *Predadores* como referências para narrar a nação angolana revela a potência que deriva do cruzamento entre a ficção e a história na literatura pepeteliana. Não é necessário um amplo conhecimento da história do país para compreender os sentidos que emergem delas. Por outro lado, as estratégias narrativas adotadas por Pepetela convidam o leitor à imersão no processo histórico de formação da nação. Nesse sentido é que a escrita de Pepetela rompe com os véus de ignorância que se contruíram sobre a África. Há um ganho considerável de sentidos quando se compreendem os movimentos políticos e seus agentes.

O trabalho de pesquisa confirma a literatura de Pepetela como uma contribuição importante para o debate pós-colonial, sobretudo para a formação de uma abordagem teórica pautada na experiência do colonialismo português e suas especificidades. Embora o referencial crítico adotado aqui apresente uma base consistente para a discussão das experiências coloniais e o que deriva delas, a obra do autor oferece uma interpretação rica sobre as especificidades do colonialismo português. Ela aprofunda as vivências, crises, estratégias de solidariedade, etnicidade e a complexidade nacional em Angola. Sua literatura é um canal de expressão e problematização, uma estratégia de aprofundamento na história.

A capacidade de atualizar os dilemas e as questões dirigidas ao tempo percorre a obra de Pepetela. Essa renovação do olhar sobre as mudanças do tempo, o foco narrativo sobre o contexto atual é evidentemente diferente daquele sobre o contexto colonial. E a partir desta variação de foco é possível dizer que o colonialismo gerou um impasse para Angola e para o continente africano. A combinação histórica que associa a experiência de ser constantemente explorado ou ignorado pelo Ocidente, o fato de que as benesses da modernidade via consumo promovidas pelas democracias liberais burguesas só se estendem muito precariamente ao continente e ainda o fato de que as fórmulas do estado socialista não conseguiram solucionar os problemas herdados do colonialismo tendem a descredibilizar a política como via participativa e a nação como um palco de debates e equalizações, levando a formas de poder abusivas.

O sentido de distopia que emerge das obras comparadas reside no fato de que, se armas foram uma solução momentânea no passado, Angola precisa de uma outra solução original – “nacibiana” – para o presente. Neste sentido, a mensagem transmitida pela literatura de Pepetela é muito próxima do que tem sido afirmado por uma inteligência

africana (ou pela África), de Fanon a Mbembe: a necessidade de o continente elaborar soluções ajustadas às suas realidades. Como foi dito, as formas convencionais de organização da sociedade ainda não foram ajustadas ao cenário que se abriu após a independência – sequer têm dado conta das realidades africanas. Pepetela aponta uma direção: a força, a criatividade e a solidariedade dos subalternizados. Em suma, um Sem Medo talvez não seja suficiente para o enfrentamento com os Vladimiro Capossos de hoje. Mas há algo do Comandante a ser preservado: o olhar para frente, a práxis transformadora.

Talvez por isso, Pepetela considere que “o programa mínimo da minha obra é o *Muana Puó*. Geralmente, em cada um dos livros, vou lá buscar qualquer coisa, sempre – a minha referência anda sempre por ali” (PADILHA, 2009, p. 49). Primeiro romance do autor, figuração da luta colonial – a vitória dos morcegos sobre os corvos – escrito em 1969, mesmo ano em que Pepetela foi recrutado pelo MPLA para lutar em Cabinda. Não se trata de nostalgia, mas de conectar um sentido crítico e de combate do passado no presente.

Mas é bom não confundir utopia com ingenuidade. Entre continuidades e rupturas na obra de Pepetela, é possível afirmar que a tragédia distópica representada em *Predadores* já era visível em *Mayombe*. O oportunismo de Vladimiro Caposso já havia sido identificado em personagens como André. O que não se considerava é que estas figuras se tornassem dominantes na estrutura do poder. Não há romantização das massas na narrativa do autor angolano, mas também não há abandono das causas populares e das matrizes críticas que as apoiam.

Outro apontamento que emerge da análise diz respeito à influência de *Mayombe* como modelo interpretativo do colonialismo para outras obras, contemporâneas ou posteriores a ela – *Um fuziu na mão, um poema no bolso* (1973), do congolês Emmanuel Dongala, ou a já citada *Noites de Vigília* (2012), de Boaventura Cardoso, são algumas delas. Esses dois romances, assim como outros que foram escritos em vários países africanos, atentam para questões semelhantes às de *Mayombe* e colocam em centralidade a leitura da nação. Entretanto, alguns dilemas mantêm destaque, outros surgem e há ainda aqueles que se tornam secundários. Etnicidade, por exemplo, é um ponto que, comparando *Mayombe* com *Predadores*, aparentemente perde a relevância.

A escrita do autor angolano retrata a nação sem, no entanto, deixar de considerar as percepções multiculturais e híbridas – contribuição de sua geração – inserindo sua

literatura como “elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento”, na medida em que ela “mitiga, se é que não neutraliza por completo, a devastação de uma vida urbana, moderna, agressiva, mercantil, embrutecedora” (SAID, 2011, p. 11-12). Angolanos e angolanas que leem Pepetela certamente poderão encontrar uma forma profunda de olharem para si mesmos, para suas contradições, erros e acertos e certamente para as belezas de seu povo sob “melhores luzes” (SAID, 2011, p. 12). Angola, como mostra Pepetela, é muito mais complexa do que sugere seu próprio hino – “um só povo, uma só nação”. Mas seu compromisso não é exclusivamente com o cenário angolano, Pepetela não escreve somente para leitores angolanos, é parte de uma cultura crítica global. Sua narrativa é também expressão daquela força transformadora que balançou o mundo na década de 1960, e que transformou o ano de 1968 em seu marco emblemático. Ao mesmo tempo em que há uma marcação de distinção na forma do romance pepeteliano, ligada ao processo histórico, à alusão aos mitos e às marcas da oralidade, há também uma afirmação em fazer parte de uma “cultura de enfrentamento global”, uma afirmação daquilo que há de Angola no mundo e vice-versa.

Nesse sentido, a pesquisa reitera a capacidade da literatura de sugerir caminhos alternativos de solidariedade para os povos situados ao “sul” do plano geopolítico. Ainda que a literatura angolana seja pouco valorizada entre brasileiros³⁶, o fato de nossos autores, a exemplo de Guimarães Rosa e Jorge Amado, serem recorrentemente referenciados por autores angolanos e moçambicanos indica um cosmos com capacidade de criar fortes interpretações sobre si mesmo.

Frantz Fanon e Amílcar Cabral, dois dos interlocutores de Pepetela definidos aqui, tinham convicção, durante as descolonizações, de que um processo de emancipação total dos povos africanos estaria em marcha. Isto é, sem dúvida, inspirador. Mas, ao mesmo tempo, vem a constatação de que esta convicção, por mais bela e legítima que seja, não foi capaz de se sustentar; não da forma como os processos políticos se deram. Os três acreditavam e desenvolveram uma parte considerável de suas críticas e ações sobre o papel de um partido político que estivesse visceralmente ligado ao povo e estivesse a serviço deste. Estes partidos foram criados nos mais distintos países africanos. Em todos os casos, pelas mais diferentes razões, ainda não conseguiram êxito. Uma mistura de

³⁶ *Mayombe* foi recentemente adotado pela bibliografia do vestibular da Fuvest, que seleciona para o ingresso nas principais universidades estaduais paulistas; e o poema “Voz de Sangue”, de Agostinho Neto, foi texto de um dos itens do Enem 2015. Iniciativas bastante pontuais, mas que valem por apresentarem referências da literatura angolana a um grande público.

falhas próprias, mas sobretudo por não desenvolverem estratégias suficientemente fortes capazes de erodir as seculares forças reativas.

Podemos aprender no Brasil de agora muito com a leitura de Pepetela sobre as descolonizações africanas e a precária modernização do mundo periférico. Primeiramente, os processos de ruptura talvez sejam mais longos do que desejamos. E talvez não tragam – quando se mostram desarticulados e sem orientação – os resultados esperados por aqueles que se situam no (amplo) campo libertário, progressista e republicano da política. No que diz respeito especificamente aos projetos e aspirações da esquerda – onde se situam Fanon, Cabral e Pepetela –, o que o diálogo entre eles indica é que a esquerda é, ainda e apesar de tudo, frágil. O que não se pode, entretanto, é perder aquilo que de melhor existe entre as personagens Sebastião Lopes, de *Predadores*, e Sem Medo, de *Mayombe*; ou o tênue equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Carla Susana Alem. *Narrando Angola: A trajetória de Mário António e a invenção da "literatura angolana"*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

AGUALUSA, José Eduardo. Guerra e paz em Angola. Discurso. *Kosmopolis: Festa Internacional de la Literatura*. Barcelona, 2004.

_____. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGOLA. *Angola Avante*. Hino Nacional, 1975.

ASHCROFT, Bill. *Post-Colonial Transformation*. New York: Routledge, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: *Questões de literatura e de estética*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et. al. 2 ed. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1990. p. 397-428.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Crítica Cultural (Critic)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BATSÍKAMA, Patrício. *Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola*. Tese. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2015.

BERGAMO, Edvaldo. Diálogos Atlânticos: Jorge Amado e Luandino Vieira. *história, histórias*. Brasília, Brasil, v.1, n.2, 2013. P. 187-198. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/913>>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. Literatura e História: as mulheres de Agualusa nos romances Nação Crioula e Estação das Chuvas. *Historiæ*, Rio Grande, Brasil, v.6, n. 1, 2015. P. 73-90. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/issue/view/490>>. Acesso em: 09 set. 2017.

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, P. et al (org). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: C. Hurts & Company, 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32. Rio de Janeiro, CEEA/UCAM, 1997.

_____. A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação. *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*. Luanda, p. 161-185, 2000.

_____. História e Independência de Angola: caminhos para o futuro. In: ZENGO, Zakeu A.; VAN-DÛNEM, José Octávio Serra. Angola. *Caminhos e perspectivas para o progresso cultural, social e econômico sustentável*. RJ: Nzila/UERJ, 2007, pp. 13-23.

CABAÇO, José Luís; CHAVES, Rita. Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In: ABDALA, Benjamin (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Lisboa: Serra Nova, 1975.

_____. National Liberation and Culture. *Transition*, n. 45, 1974. Duke University Press.

_____. *Unidade e Luta*. [S.I.:s.n.]

CAMPOS, Marilúcia Mendes. Do Salazarismo à Revolução dos Cravos: a História na literatura angolana. *Revista do CESP*. v. 24, n. 33 – jan.-dez. 2004, p. 27-54. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6675>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

CARDOSO, Boaventura. *Noites de Vigília*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2012.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. *Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Coimbra, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7_6_CASTELO%2C%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. *Casa dos Estudantes do Império: uma síntese histórica*. Lisboa, Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997. p. 23-29. Disponível em: <>. Acesso em: 31 out. 2017.

CASTRO, Fernanda. Entrevista a Pepetela. *Navegações*. v. 7, n. 2, p. 209-213, jul.-dez. 2014. Universidade da Madeira. Funchal, Portugal. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/21054>>.

Acesso em: 29 ago. 2017.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHANAIWA, David. KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Cristophe (eds.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

CHAVES, Rita. Mayombe: Um Romance contra Correntes. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (orgs.) *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. O Passado Presente na Literatura Angolana. In: CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

DANTAS, Raymundo Souza. Dimensão política do romance africano. *Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*. N. 6. 1983. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90875>>. Acesso em: 02 out. 2017.

DONGALA, Emmanuel. *Um fuzil na mão, um poema no bolso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

DODSWORTH, Alexey. Entrevista. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/133/a-distopia-segundo-o-escritor-alexey-dodsworth>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.

DOS SANTOS, Daniel. Encontro entre pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, Brasil, v. 30, n. 1. jan./abr. 2015. P. 99-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100099>. Acesso em: 09 set. 2017.

DUTRA, Robson Lacerda. *Predadores e, ainda, a Escrita da Nação. O Marrare*. *Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa – UERJ*. N.8, Ano 7. 2007.

EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W. *Nationalism, Colonialism and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

- ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Cristophe (eds.). *História Geral da África*, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos Subalternos: Uma Introdução. *Raído*, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010.
- FIRPO, Luigi. Para uma definição da “Utopia”. *Morus – Utopia e Renascimento*. V.2, 2005. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/17>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.
- FORNOS, José Luís Giovanoni. Nacionalismo, revolução e pós-colonialismo: o caso *Mayombe*, de Pepetela. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 47-56, setembro, 2006.
- FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. nº 18-22, 1995-1999, 245-283.
- GOMES, Catarina Antunes. *De como o poder se produz: Angola e suas transições*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu daSilva e Guacira Lopes Lobo. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo – USP, 2005. P. 6774-6792.
- HAMILTON, Russel. A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-Colonial. *Via Atlântica*, n. 3, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

JACINTO, António. Monogamba. In: *Poesia Sempre*. N. 23 Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura. 2006.

KANDJIMBO, Luís. Breves Reflexões sobre a Geração das Incertezas – A Geração Literária Angolana do Período Pós-Independência (1980 – 2001). In: *Angola: Poesia e Prosa*. Textos & Pretextos. União dos Escritores Angolanos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Ana Mafalda. Imagens/temas da História e da Memória Colonial e Pré-Colonial. In: LEITE, Ana Mafalda et al. *Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

_____. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LÖWY, Michel. O romantismo revolucionário dos movimentos de maio. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2008.

LUKÁCS, György. O romance como epopeia burguesa. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org./Trad.) *Arte e sociedade*. . Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. *O Romance Histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, Tania. O ‘pretoguês’ e a literatura de José Luandino Vieira. *Alfa*, São Paulo. 36, p. 171-176, 1992.

MARCON, Frank. Os Romances de Pepetela e a Imaginação da Nação em Angola. Dossiê. *Hist.R.*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 31-51, jan./jun. 2011

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *O Marrare – Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa*, Rio de Janeiro, n.8, ano 7, p. 20-34, 2007.

_____. A Literatura Angolana Entre Utopias e Distopias: Um Percurso. In: *Angola: Poesia e Prosa*. União dos Escritores Angolanos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015.

_____. *Pepetela: A Releitura da História entre Gestos de Reconstrução*. In: *Portanto... Pepetela*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2009.

_____. Pepetela - um escritor (ainda) em busca da utopia. Conferência proferida na "Homenagem a Pepetela", Instituto Camões/Embaixada de Portugal, Luanda, 29 de Janeiro de 1999. *Scripta* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas, Vol. 3, nº 5, 2º Semestre, 1999.

_____. Pepetela e a sedução da História. In: *Laços de Memória e outros ensaios sobre a literatura angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, Achilles. *Sair da grande noite*. Ensaio sobre a África descolonizada. Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo, 2014.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2017.

NETO, Agostinho. Discurso da Proclamação da Independência. Realizado em 11 de novembro de 1975. Disponível em: <http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

_____. *Poemas de Angola*. Rio de Janeiro, Codecri, 1976.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Leopold Sedar Senghor e a Negritude. *Afro-Ásia*, 25-26, 2001, p. 409-419. Acesso em: 17 nov. 2017.

ONDJAKI. *Bom dia, Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PADILHA, Laura Cavalcante. A força de um olhar a partir do sul. *Alea*, volume 11, número 1, janeiro-junho 2009, p. 48-61.

PEPETELA. *A Geração da Utopia*. São Paulo: LeYa, 2013.

_____. *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *As Aventuras de Ngunga*. Alfragide: Dom Quixote, 2002.

_____. *Lueji*. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. *Mayombe*. São Paulo: LeYa, 2013.

_____. *Muana Puó*. Alfragide: Dom Quixote, 1995.

_____. *O Cão e os Caluandas*. Alfragide: Dom Quixote, 2006.

_____. *O Desejo de Kianda*. Alfragide: Dom Quixote, 1995.

_____. *Predadores*. Luanda: Texto Editores, 2014.

PEREIRA, Fernanda Alencar. *Literatura e política: a representação das elites pós-coloniais africanas em Chinua Achebe e Pepetela*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Université Européenne de Bretagne/Rennes, École Doctorale Arts, Lettres, Langues, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*. UFPel, Pelotas, n.14, set. 2003, p.31-45.

REIS, Margarida Gil dos; QUINO, António. *Pássaros de asas abertas. Antologia de contos angolanos*. União dos Escritores Angolanos, Centro de Estudos Comparatistas – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A.23 Edições, 2016.

REVISTA Crioula. Entrevista com Pepetela. USP. n. 13. 2013. s/p. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/64735>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, março de 2008. P. 11-43. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. *Novos Estudos CEBRAP*. N. 66. 2003.

SCHURMANS, Fabrice Aimé Fernand. *O Trágico do Estado Pós-Colonial: Pius Ngandu Nkashama, Sony Labou Tansi e Pepetela*. Dissertação (Doutorado em Pós-Colonialismo e Cidadania Global) – Universidade de Coimbra, 2012.

SERRANO, Carlos. O romance como documento social: o caso Mayombe. *Via Atlântica*, n. 3, dez. 1999.

SILVA, Ana Cláudia da. *O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUVIN, Darko. Reflexões preambulares sobre a Distopia 2006 (a “Um breve tratado sobre a distopia 2001”). *Revista Morus*. v.10. 2015. p. 465-487. Disponível em: <<http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/255>>. Acesso em: 06 de outubro de 2017.

VAMBE, Maurice Taonezvi; ZEGEYE, Abebe. Amílcar Cabral e as vicissitudes da literatura africana. In: LOPES, Carlos (org). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VIEIRA, José Luandino. *Estrada*. Poema, 1963. Disponível em: <https://lusografias.wordpress.com/2012/07/08/luandino-vieira-estrada/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

_____. *Luuanda*. Lisboa: União dos Escritores Angolanos, Edições 70, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. Ler Fanon no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N. 82, 2008.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Tradução de Hildegart Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WICK, Alexis. A nação no pensamento de Amílcar Cabral. In: LOPES, Carlos (org). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.